

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Alida Corey Arango Cruz

**PERSPECTIVA SISTÊMICA DA PROPRIEDADE SOCIAL
MEXICANA: HISTÓRIA E ATUALIDADE DO USO DA TERRA**

Santa Maria, RS, Brasil
2021

Alida Corey Arango Cruz

**PERSPECTIVA SISTÊMICA DA PROPRIEDADE SOCIAL MEXICANA: HISTÓRIA
E ATUALIDADE DO USO DA TERRA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Doutora em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. PhD. Vicente Celestino Pires Silveira

Santa Maria, RS
2021

Cruz, Alida Corey Arango
Perspectiva sistêmica da Propriedade Social Mexicana: História e atualidade do
uso da terra / Alida Corey Arango Cruz.- 2021.
120 p.; 30 cm

Orientador: Vicente Celestino Pires Silveira Silveira Tese (doutorado)
- Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural, RS, 2021

1. ejido 2. comunidade agrária 3. pensamento sistêmico 4. conceptagon 5.
DPSIR I. Silveira, Vicente Celestino Pires Silveira II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo
autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central.
Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

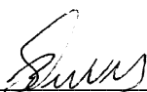
Declaro, ALIDA COREY ARANGO CRUZ, para os devidos fins e sob as
penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de
conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as
informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras
fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este
trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para
obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de
que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na
anulação da titulação pela Universidade, entre outras
consequências legais.

Alida Corey Arango Cruz

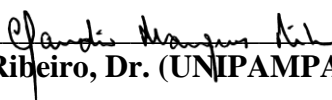
**PERSPECTIVA SISTÊMICA DA PROPRIEDADE SOCIAL MEXICANA: HISTÓRIA
E ATUALIDADE DO USO DA TERRA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Doutora em Extensão Rural**.

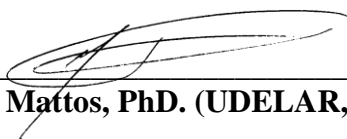
Aprovada em 30 de agosto de 2021:



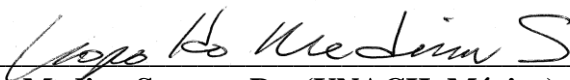
Vicente Celestino Pires Silveira, PhD. (UFSM)-Videoconferência
(Presidente/Orientador)



Claudio Marques Ribeiro, Dr. (UNIPAMPA)-Videoconferência



Gustavo Álvaro Ferreira De Mattos, PhD. (UDELAR, Uruguay) -Videoconferência



Leopoldo Mexitzin Medina Sanson, Dr. (UNACH, México) -Videoconferência



Jean Francois Marie Charles Tourrand, Dr. (CIRAD, França) -Videoconferência

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

A Marcos e Nizã

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao “Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología” (CONACYT) pela concessão da bolsa para estudar no Brasil. À Beatriz Paredes e ao “Tecnológico Nacional de México” (TecNM) por ter insistido para a concretização do convênio de colaboração entre Brasil-México mediante o “Programa de Becas de Posgrado en Ganadería y Agricultura Tropicales” (PROPAT). À Universidade Federal de Santa Maria, por todo o apoio institucional proporcionado durante sete anos de pós-graduação.

Agradeço ao meu Orientador e amigo Vicente, muito grata por ter sido a pessoa que me transformou e me fez uma pessoa melhor em muitos sentidos, por você aprendi os elementos epistemológicos que mudaram para sempre a minha percepção da realidade, obrigada por ter-me induzido ao pensamento sistêmico, tudo faz sentido agora. Obrigada por ser um amigo para mim, e muitas vezes um terapeuta. Obrigada pela paciência e sabedoria desses sete anos juntos tentando descobrir as raízes agrárias tão complexas do México.

Aos professores da banca, por ter lido meu trabalho e pelas suas contribuições. Aos ejidos e comunidades que me receberam nas suas localidades para fazer o estudo de campo.

Agradeço aos meus professores do Programa. Pelas aprendizagens e amizade, a Vivien Diesel, por ter sido uma amiga, por todas suas atenções e pelo carinho. Ao meu querido professor Joel, pelas conversas e aprendizagens. A José Geraldo, Renato, Marcos Froehlich, Marcos Piccin, Prof. Fialho, Pedro e Andreia Dorr, obrigada pelas orientações nos trabalhos e disciplinas.

Agradeço profundamente à minha família que teve que suportar o distanciamento, os largos períodos de meses e anos para poder nos ver novamente; a Nizä, por ter aceitado viver em um país longe de casa, por ter cuidado de mim no período de vida mais difícil que já vivi. A Marcos, por tudo, sim, só isso, rsrs, se eu começasse a escrever tudo pelo que eu te agradeço, escreveria uma tese. A Noemí por ser uma mãe para mim, desde há quase vinte anos, pelo apoio o tempo todo, e principalmente na fase final da escrita no México, na qual, foram inumeráveis as longas noites me fazendo companhia.

Agradeço a minha mãe, pelo apoio e orações que sempre me mantiveram a salvo. A meu pai pelo apoio, pela sabedoria que só a gente apreende de bruxos e “chamanes”; agradeço a Deus e à vida por permitir meu pai estar vivo.

Aos meus irmãos e irmãs: Alejandra, Claudia, Monse, Leon, Fernando, Ithan e Karina, porque sempre recebi seu apoio, seu cuidado e pelos momentos em que me confortaram.

Agradeço a Yosani, a irmã mexicana que conheci no Brasil, por todos os momentos que vivemos juntas, pelo seu apoio e as largas conversas, lembro de todas, te amo muito amiga. Ao “*chilango*” perdido em Santa Maria, Edgar, sem você Santa Maria não teria sido a mesma experiência. Aos meus amigos mexicanos no Brasil: Rubi, Aaron, Jazmín e família, e Gilberto Carmona[‡] por sempre ter me confortado e apoiado; aos meus colegas da bolsa PROPAT pelas vezes que precisamos da união e apoio para resolver as diferentes situações que aconteceram estando no Brasil.

Aos meus amigos estrangeiros “aqui e na China”: Salvador, Luis E., Dinka, Leonardo, Claudio, Richard e Roxana.

Ao Brasil, infinitamente grata por ser minha outra casa, por ter essa maravilhosa mistura de culturas, cheia das pessoas mais maravilhosas que conheci, porque nele, no Brasil, cabem todos os sentimentos e emoções juntas que definem uma identidade que com o tempo virou minha também. Aos meus amigos e amigas brasileiros: Kelly, Gabriela, Julia, Andreia Drê, Rodrigo F., Railton, Daniel, Giovanna Fogaça, Simone Santarém, Fernanda Venturini, Iolanda e família, Luciane, Edílson, Alsiane, Francis e Laís, Tamires, Lucas Vieira, Lucas Pilon, Carla Dornelles, Michael, Thiago, Simon, Viviane, Cris, Breno, Martin D., Samilla, Marinês e família. E todas as pessoas maravilhosas que em algum ponto desses anos, passaram pela minha vida cobrindo-me de luz.

“...para tudo o que vem, flores brancas, paz e Iemanjá...”.

“...Y la tierra es empinada. Se desgaja por todos lados em barrancas hondas, de un fondo que se pierde de tan lejano. Dicen los de Luvina que de aquellas barrancas suben los sueños; pero yo lo único que vi subir fue el viento, en tremolina, como si allá abajo lo hubieran encañonado en tubos de carrizo. Un viento que no deja crecer ni a las dulcamaras...”

“Así nos han dado esta tierra. Y en este comal acalorado quieren que sembremos semillas de algo, para ver si algo retoña y se levanta. Pero nada se levantará de aquí. Ni zopilotes.”

JUAN RULFO, EL llano en llamas.

RESUMO

PERSPECTIVA SISTÊMICA DA PROPRIEDADE SOCIAL MEXICANA: HISTÓRIA E ATUALIDADE DO USO DA TERRA

AUTORA: Alida Corey Arango Cruz
ORIENTADOR: Vicente Celestino Pires Silveira

O presente trabalho discute a propriedade social da terra no México, uma vez que os estudos a esse respeito vêm diminuindo, visto que essa modalidade de propriedade da terra ainda ocupa pouco mais de 50% do território mexicano. São discutidos os últimos paradigmas agrários e o como na maioria dos casos estão permeados sob o olhar jurídico, ou seja, desde a trajetória histórica como as formas estruturais atuais segundo a criação e transformação de leis agrárias. Por tanto o objetivo é enriquecer as formas metodológicas de estudo da Propriedade Social, propondo um método sob a lógica do pensamento sistêmico, ou seja, que a partir da discussão nas formas de estudo da Propriedade Social, o problema seja abordado como um sistema. Além disso, a configuração econômica, política, social e comercial atual é considerada como uma economia-mundo segundo a análise dos sistemas-mundo. Se assume no mesmo sentido, primeiro, que as relações sociais encontram-se *embebidas* ou incrustadas nas relações econômicas; segundo, que as relações de dependência entre os países em relação aos poderes e os processos duradouros explicam a configuração atual da economia-mundo. Razão pela qual, foi considerado o estudo de dois momentos históricos que determinaram diretamente o conceito de Propriedade Social. O primeiro é a relação comumente feita entre propriedade comunal, derivada aliás das formas de acesso à terra pelas sociedades pré-hispânicas, de acordo com a maioria dos estudos historiográficos que determinaram a história oficial e a epistemologia dessa suposição. Outro momento importante analisado é o período da Reforma Agrária, pois a estrutura atual -de acordo com a Lei- foi configurada como tal durante esse período, focando por sua vez nos aspectos econômicos que parcialmente a determinaram, conhecido como “*desarrollo estabilizador*”. Adicionalmente a esses estudos históricos, um estudo atual mediante o acúmulo de revisões documentais, teóricas e um estudo multicaso no Estado de Oaxaca em cinco núcleos agrários. Teoricamente sustentado o estudo, mediante a análise de sistemas-mundo, se incorpora a noção de atividade unificadora, a qual, organiza, hierarquiza e articula e reproduz num momento histórico determinado, o que diferentes autores chamam como totalidade, ou seja, o sistema. Noção estudada sob a lógica do pensamento sistêmico aplicando ferramentas como o “*conceptagon*” e o marco causal DPSIR (*driver, pressures, state, impact, responses*), nesse último se propõe ao *driver* como o elemento que permite a determinação dessa atividade unificadora. Em resumo, propõe-se que o estudo da Propriedade Social considere elementos históricos da sua origem, de sua conformação e de sua dinâmica atual. Com base nisso, foram escritos três objetivos específicos que estudam cada momento histórico proposto como sistemas, e são apresentados os modelos conceituais derivados dessas análises que estudam a dinâmica agrária. Considera-se que o método proposto é uma ferramenta para a análise da dinâmica de agrária da Propriedade Social, já que em cada artigo foi possível obter relações e processos entre os vários elementos que compõem sua dinâmica.

Palavras-chave: ejido, comunidade agrária, pensamento sistêmico, *conceptagon*, DPSIR.

RESUMEN

PERSPECTIVA SISTÊMICA DA PROPRIEDADE SOCIAL MEXICANA: HISTÓRIA E ATUALIDADE DO USO DA TERRA

AUTORA: Alida Corey Arango Cruz
ORIENTADOR: Vicente Celestino Pires Silveira

El presente trabajo trae a discusión la Propiedad Social de la tierra en México, pues ha venido disminuyendo los estudios al respecto siendo que aún ocupa esta modalidad de propiedad de la tierra poco más del 50% del territorio mexicano. Se discute los paradigmas al respecto y cómo ha sido abordado en la mayoría de los casos, esta noción bajo la mirada jurídica, es decir, su conformación histórica y estructural según la creación de leyes agrarias. Con las reformas estructurales de 1992, México reformuló ciertos aspectos de la Propiedad Social que diversas fuentes mencionan no se conoce del todo el alcance de éstas en la actualidad. Por lo tanto, es a nivel del estudio de la tierra parcelada en donde se puede revelar las prácticas concretas que ocurren cotidianamente en el campo y su relación con las reformas. Por otro lado, se quiere enriquecer las formas metodológicas por las que se estudia la Propiedad Social, proponiendo un método bajo la lógica del pensamiento sistémico, es decir, que a partir de la discusión en las formas de estudio de la Propiedad Social se plantea el problema es abordado como sistema. Además, se considera la actual configuración económica, política, social y comercial con la de economía-mundo según el análisis de sistemas-mundo, por lo que se asume en primer lugar la transformación de las relaciones sociales incrustadas o embebidas en las económicas, así mismo las relaciones de dependencia entre los países hacia las potencias y los procesos de larga duración que explican la configuración actual. Por esta razón se consideró el estudio de dos momentos históricos que determinaron directamente el concepto de Propiedad Social, el primero es la relación que se hace por lo común de ésta con la propiedad comunal según la mayoría de los estudios de corte historiográfico, y, por lo tanto, la discusión de base epistemológica para esta suposición. Otro momento importante para ser analizado es el periodo de Reforma Agraria pues la estructura actual -según la Ley- fue configurada como tal durante este periodo, ya incorporando el contexto económico que parcialmente la determina, que es el conocido como “desarrollo estabilizador”. Y finalmente el estudio actual mediante el acúmulo de revisiones documentales, teóricas y un estudio de multicaso en el Estado de Oaxaca en cinco núcleos agrarios. Desde la perspectiva del análisis de sistemas-mundo, se incorpora la idea de *actividad unificante* que organiza, jerarquiza, articula y reproduce en un momento histórico determinado, lo que diferentes autores llaman como totalidad, es decir el sistema. Esta noción se estudia bajo la lógica del conceptagon para la estructuración del sistema y del marco DPSIR (*driver, pressures, state, impact, responses*) en el que el *driver*, se propone como elemento que permite determinar a esta *actividad unificante*. En suma, se plantea que el estudio de la Propiedad Social debe considerar elementos históricos de su origen, de conformación y la dinámica actual de ésta. Se realizó a partir de esto, tres artículos que corresponden con los tres objetivos específicos que estudian cada momento histórico planteados como sistemas y se presenta los modelos conceptuales derivados de estos análisis que estudian la dinámica agraria. Se considera que el método planteado es una herramienta para el análisis de la dinámica agraria de la Propiedad Social, puesto que en cada artículo se consiguió obtener relaciones y procesos entre los diversos elementos que componen su dinámica.

Palabras clave: ejido, comunidad agraria, pensamiento sistémico, conceptagon, DPSIR

ABSTRACT

SYSTEMIC PERSPECTIVE OF MEXICAN SOCIAL PROPERTY: HISTORY AND ACTUALITY OF THE LAND

AUTHOR: Alida Corey Arango Cruz
ADVISOR: Vicente Celestino Pires Silveira

The present work brings to discussion the Social Property of land in Mexico, since it has been decreasing the studies in this regard being that it still occupies this modality of land ownership little more than 50% of the Mexican territory. It discusses the paradigms in this regard and how it has been approached in most cases, this notion under the legal gaze, that is, its historical and structural conformation according to the creation of agrarian laws. With the structural reforms of 1992, Mexico reformulated certain aspects of Social Property that various sources mention are not entirely known the scope of these at present. Therefore, it is at the level of the study of parceled land where the concrete practices that occur daily in the field and their relationship with the reforms can be revealed. On the other hand, we want to enrich the methodological forms by which Social Property is studied, proposing a method under the logic of systems thinking, that is, that from the discussion in the forms of study of Social Property the problem is approached as a system. In addition, the current economic, political, social and commercial configuration is considered with that of world-economy according to the analysis of world-systems, so it is assumed in the first place the transformation of the social relations embedded on the economic ones, as well as the relations of dependence between the countries towards the powers and the long-lasting processes that explain the current configuration. For this reason, we considered the study of two historical moments that directly determined the concept of Social Property, the first is the relationship that is usually made of it with communal property according to most historiographical studies, and, therefore, the discussion of epistemological basis for this assumption. Another important moment to be analyzed is the period of Agrarian Reform because the current structure - according to the Law - was configured as such during this period, already incorporating the economic context that partially determines it, which is known as "stabilizing development". And finally, the current study through the accumulation of documentary, theoretical reviews and a multi-case study in the State of Oaxaca in five agrarian nuclei. From the perspective of the analysis of world-systems, it incorporates the idea of unifying activity that organizes, hierarchizes, articulates and reproduces at a given historical moment, what different authors call as totality, that is, the system. This notion is studied under the logic of the conceptagon for the structuring of the system and the DPSIR framework (driver, pressures, state, impact, responses) in which the driver is proposed as an element that allows to determine this unifying activity. In short, it is proposed that the study of Social Property must consider historical elements of its origin, conformation and the current dynamics of it. From this, three articles were made that correspond to the three specific objectives that study each historical moment raised as systems and presents the conceptual models derived from these analyses that study the agrarian dynamics. It is considered that the proposed method is a tool for the analysis of the agrarian dynamics of Social Property, since in each article it was possible to obtain relationships and processes between the various elements that make up its dynamics.

Keywords: ejido, agrarian community, system thinking, conceptagon, DPSIR

LISTA DE FIGURAS

APRESENTAÇÃO

Figura 1- Exemplo da estrutura de três <i>ejidos</i> em dois municípios.....	34
Figura 2 - O Estado corporativo em busca da sociedade mexicana	42
Figura 3 – Metodologia para <i>soft systems</i> de Chekcland.....	60
Figura 4 - Sinergia iterativa do processo de definição do pensamento sistêmico	61
Figura 5 - Fases da investigação e proposta de método	62

ARTIGO 1

Figura 1 - Marco analítico "Conceptagon".....	69
Figura 2. Marco DPSIR.....	69
Figura 3 - Límites del sistema internos y externos.....	70
Figura 4 - Entradas y salidas del sistema.....	71
Figura 5 - Relación de las partes del sistema.....	72
Figura 6 - Partes y relaciones de las variables del sistema de acceso a la tierra.	73
Figura 7 - DPSIR del acceso a la tierra en la sociedad náhuatl	75

ARTIGO 2

Figura 1 – Límites de la dinámica de agraria durante el desarrollo estabilizador	84
Figura 2 - Entradas, salidas y transformaciones agrarias en el desarrollo estabilizador	85
Figura 3 - Totalidad, partes y relaciones de la dinámica agraria.	86
Figura 4 - Modelo conceptual de la dinámica agraria a partir de un marco DPSIR.....	90

ARTIGO 3

Figura 1 - Fases de investigación realizadas.	97
Figura 2 - El conceptagon.....	98
Figura 3 - Marco DPSIR desde la perspectiva de bucle causal	99
Figura 4 - Tipos de tierras en un núcleo agrario.....	100
Figura 5 - Dinámica agraria de Oaxaca incrustada en sistemas mayores.....	103
Figura 6 - Límites internos y externos en actores y factores del sistema.	104
Figura 7 – Efectos de la transición hegemónica en el contexto mexicano	105
Figura 8 - Diagrama de bucle causal de la dinámica agraria de los n.a. estudiados.....	113
Figura 9 – DPSIR de la dinámica agraria de los casos estudiados.	115

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO

Figura 6 - Modelo para o estudo da dinâmica atual agrária da Propriedade Social	123
Figura 7 - <i>Drivers</i> do modelo de comparação	124
Figura 8 – <i>Loop</i> causal dos <i>drivers</i> do modelo nos momentos estudados.....	125

LISTA DE QUADROS

APRESENTAÇÃO

Quadro 1 – Tipos de Propriedade Social no México e sua organização interna	33
Quadro 2 - Especificidades legais dos <i>ejidos</i>	46

ARTIGO 3

Cuadro 1 - Contextos productivos de las tierras parceladas de los n.a. estudiados.....	101
Cuadro 2 - Elementos de aplicabilidad de los reglamentos agrarios en los n.a. estudiados...	110

LISTA DE TABELAS

APRESENTAÇÃO

Tabela 1 – Direitos de propriedade segundo sua jurisdição e dimensão 32

Tabela 2 – Distribuição e dimensão da Propriedade Social 32

ARTIGO 3

Tabla 1 - Destino de la tierra parcelada en hectáreas de los n.a. estudiados 101

Tabla 2 – Origen de alimentos de mayor importancia para los n.a. 108

Tabla 3 - Actividad económica predominante de las parcelas y comercialización. 109

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	27
1.1	A PROPRIEDADE SOCIAL	31
1.2	ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROPRIEDADE COMUNAL	36
1.2.1	O passado comunal pré-hispânico	36
1.2.2	Da colônia ao México independente.....	37
1.2.3	Reforma Agrária	40
1.2.4	Reforma estrutural de 1992	43
1.3	OBJETO DE ESTUDO	46
1.3.1	A questão agrária no capitalismo.....	47
1.3.2	Estado da questão	53
1.3.3	Elaboração do problema	57
1.4	METODOLOGÍA.....	59
2	ARTIGO 1. ENFOQUE SISTÉMICO DE LAS FORMAS DE ACCESO A LA TIERRA EN LA SOCIEDAD PREHISPÁNICA NÁHUATL	63
2.1	INTRODUCCIÓN	63
2.2	ARTICULACIÓN DEL PROBLEMA.....	66
2.2.1	La propiedad comunal como origen de la Propiedad Social	66
2.3	PENSAMIENTO SISTÉMICO, CONCEPTAGON Y DPSIR	67
2.4	ANÁLISIS DEL SISTEMA	70
2.4.1	Límites del sistema internos, externos	70
2.4.2	Entradas, Salidas, Transformaciones	71
2.4.3	Totalidades, Partes, Relaciones; Comando, Control, Comunicaciones	72
2.4.4	Estructura, Función; Procesos	74
2.4.5	Variedad, parsimonia, harmonía; emergencia, jerarquía, apertura	76
2.5	CONSIDERACIONES	76
2.6	REFERÊNCIAS	78

3	ARTIGO 2. ENFOQUE SISTÉMICO DE LA PROPIEDAD SOCIAL DURANTE EL DESARROLLO ESTABILIZADOR	81
3.1	INTRODUCCIÓN	81
3.2	LÍMITES DEL SISTEMA	83
3.3	ENTRADAS, SALIDAS Y TRANSFORMACIONES	85
3.4	TOTALIDAD, PARTES Y RELACIONES	86
3.5	COMANDO, CONTROL Y COMUNICACIONES	88
3.6	ESTRUCTURA, FUNCIÓN Y PROCESOS – DPSIR	89
3.7	VARIEDAD, PARSIMONIA Y HARMONÍA	91
3.8	EMERGENCIA, JERARQUÍA Y APERTURA	92
3.9	CONSIDERACIONES FINALES	92
3.10	REFERENCIAS	93
4	ARTIGOO 3. ENFOQUE SISTÉMICO DE LA DINÁMICA AGRARIA DE OAXACA 95	
4.1	INTRODUCCIÓN	95
4.2	MARCO METODOLÓGICO	96
4.2.1	El conceptagon	97
4.2.2	El marco DPSIR	99
4.2.3	Estudio multicaso	100
4.3	TOTALIDADES, PARTES, RELACIONES	101
4.4	LÍMITES, INTERIOR, EXTERIOR.....	103
4.4.1	Economía-mundo, subsistemas y la totalidad	104
4.4.2	Relaciones de las partes desde la economía-mundo a la dinámica estudiada	106
4.5	COMANDO, CONTROL, COMUNICACIONES	112
4.6	ESTRUCTURA, FUNCIÓN, PROCESOS.....	114
4.7	EMERGENCIA, JERARQUÍA, ABERTURA	116
4.8	VARIEDAD, PARSIMONIA, ARMONÍA	117
4.9	CONSIDERACIONES.....	117

4.10	Referencias	119
5	DISCUSSÃO	123
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	131

1 APRESENTAÇÃO

Há mais de vinte anos, De Grammont escrevia:

Es importante señalar que, por razones históricas obvias, sabemos mucho sobre procedimientos legales para tener acceso a la tierra (tanto para lograr el reparto como para impedirlo). También sabemos mucho sobre conflictos agrarios, pero sabemos muy poco o nada sobre los procedimientos económicos, sociales y culturales de acceso a la tierra. (De GRAMMONT, 1996, p. 120).

Os anos que seguiram aos seus estudos, e dos grandes autores agrários mexicanos, é surpreendente que, apesar de sua insistência, todas as políticas públicas agrárias no México que outrora brilharam por seus métodos através de programas, reformas agrárias, instituições e até mesmo mecanismos de coleta de dados agrários como os *Censos Ejidales*, progressivamente extintos. No mesmo sentido os estudos agrários têm vindo diminuindo.

Partindo dessa inquietude se iniciou o percorrido de quase quatro anos de pesquisa para compreender a questão agrária do México e o porquê deixou de ter protagonismo, sendo que o país se caracterizou durante mais de setenta anos de ser uma nação eminentemente agrária.

Para situar ao leitor, México tem uma estrutura agrária particular, com uma dimensão diferente dada sua natureza e conformação anterior ao sistema econômico atual, que tem perdurado pouco mais de cem anos, com poucas transformações, sobretudo no aspecto legal, o qual tem sido o foco de pesquisa no âmbito acadêmico e de pesquisa.

Essa estrutura surge durante os anos em que terminava a Revolução Mexicana em 1915, e consta basicamente de três formas de acesso legal à terra, no referente ao campo: a propriedade pública, a propriedade privada conhecida como pequena propriedade -agrícola ou pecuária-, e a Propriedade Social, por sua vez, em duas formas: *ejido* e comunidade agrária¹ (c.a.). O termo de Propriedade Social refere-se ao aspecto legal das formas de propriedade comunal no México, pelo que existe um tratamento diferenciado quanto ao conceito de propriedade comunal e outros que fazem complexa a discussão como “*tenencia de la tierra*”.

No estudo da Propriedade Social e de suas abordagens teórico-metodológicas, se tem tido uma estagnação intelectual, como se descreve ao longo desse trabalho, por diversas razões, porém, a abordagem adopta uma posição na que a realidade do campo tem sido altamente complexificada pelas transformações econômico-financeiras que ultrapassam as fronteiras nacionais para uma mundialização dessas relações (WALLERSTEIN, 2006).

¹ No conseqüente da tese, se refere à comunidade como agrária para denotar seu sentido estritamente agrário de propriedade coletiva da terra, segundo o capítulo V da Lei Agrária (MÉXICO, 1992), e o artigo 27º constitucional mexicano para distingui-la da noção de comunidade *per se*.

Essa visão de mundialização -sistêmica- é uma consequência do avanço e imbricação dos conhecimentos das ciências biológicas nas sociais, pois, desde as contribuições de Bertalanffy (1933) e Maturana e Varela (1973), iniciara-se uma transferência dos conceitos para o âmbito social com os trabalhos de Parsons (1937), inclusive articulando-se a teoria de sistemas, a cibernética e as teorias sociais (FOERSTER, 1952). Esse último como campo de estudo que não tem parado de aumentar e se complexificar em torno da visão sistemática das coisas. Sobre essas bases teóricas é no campo do pensamento sistêmico no qual se enriquece a discussão metodológica dos problemas organizados como sistemas (IMAZ, 2011).

Relacionar essa base teórica com a dimensão agrária, foi com o tempo, uma consequência epistemológica e de desenvolvimento de um conjunto de noções de diversas disciplinas: desde a economia, como ciência imediata ao agrário, as bases encontram-se em Polanyi (1944), com a “grande transformação” e o estabelecimento definitivo das relações sociais *embebidas* nas relações econômicas (*embeddedness*); continuariam as abordagens neomarxistas da Escola dos Annales da França com Braudel (1958) e sua centralidade na história como causal das estruturas atuais; e finalmente as contribuições da análise de sistemas-mundo (WALLERSTEIN, 1974; ARRIGHI, 1994).

Por outro lado, certas reflexões epistemológicas foram consideradas, que permitem compreender o objeto de estudo, portanto, cabe mencionar que desde o início da pesquisa se tem incorporado a dimensão histórica. Congost e Lana (2007, p. 22) indicam que se deve considerar o problema de propriedade como problema histórico, pois todos os seus elementos que o integram têm sido analisados por separado: “sociais, econômicos, políticos, culturais, ideológicos e jurídicos”. O saliente sobretudo é a integração dos aspectos históricos, para compreender os processos atuais, como menciona Febvre (1992, p. 485) “compreender o presente pelo passado, e sobretudo, o passado pelo presente”.

Por tanto, se quer resgatar a discussão sobre a Propriedade Social, partindo de suas bases históricas e epistemológicas, e propor um método que permita facilitar a compreensão desde o pensamento sistêmico de um problema -sistema- imerso numa rede de relações complexas, que pode ser estudado determinando sua dinâmica ou dinâmicas históricas.

Antes de passar ao foco substancial da pesquisa, se apresenta primeiro um panorama geral da Propriedade Social, partindo logicamente do aspecto legal que contém sua definição; posteriormente se aborda a sua conformação histórica. Finalmente como parte da apresentação da tese, se introduzem o objeto de estudo, problema de pesquisa, o estado da questão, os objetivos e a metodologia.

1.1 A PROPRIEDADE SOCIAL

A propriedade da terra no México pertence originalmente à nação segundo o artigo 27º constitucional (MÉXICO, 1917), a qual, pode traspasar o domínio a particulares (propriedade privada). Segundo o inciso VII do artigo mencionado, se reconhece a personalidade jurídica e a propriedade da terra dos núcleos de população “ejidales” e comunais, também reconhecidos como núcleos agrários (n.a.).

Concretamente, a propriedade da terra no México tem três formas: a propriedade do Estado ou pública, a propriedade privada e o tipo de propriedade que conformam os *ejidos* e comunidades agrárias, conhecida como Propriedade Social, pois, nesse caso, a propriedade da terra não pertence aos indivíduos, mas à localidade em seu conjunto.

Existe aliás, um tipo de propriedade conhecida como “*colonias agrícolas*” e pecuárias que, pelo seu comportamento legal, corresponde com um tipo de propriedade privada -compra, venda- mas regida por um regulamento interno coletivo, segundo a Lei Agrária no artigo 8º (MÉXICO, 1992).

A Propriedade Social inicialmente foi pensada dessa forma por tratar-se de terras dedicadas à agricultura, a lei também as denomina como terras rústicas. Sua contraparte na propriedade privada se denomina “pequena propriedade agrícola, gadeira, ou florestal”, segundo o inciso XV do artigo 27º constitucional (MÉXICO, 1917). Do artigo 27º se deriva a Lei Agrária, a que foi originalmente escrita em 1915, mas reformada em 1992, essa lei é específica para os *ejidos* e comunidades agrárias.

O arranjo institucional derivado da legislação agrária consta como primeira instância a “*Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano*” (SEDATU), dessa dependem o “*Registro Agrario Nacional*” (RAN), a “*Procuraduría Agraria*” (PA) e o “*Fideicomiso Fondo Nacional de Fomento Ejidal*” (FIFONAFE); e como organismos independentes e autônomos os “*Tribunales Agrarios*”.

Os direitos de propriedade segundo sua jurisdição mostram-se na tabela 1, na qual se observa a dimensão e portanto, a importância da Propriedade Social, com mais da metade do território mexicano e com 99 790 250 hectares no domínio de 32 193 núcleos agrários.

Tabela 1 – Direitos de propriedade segundo sua jurisdição e dimensão

	% del Territorio	
	Nacional	ha
Superfície Nacional		196.437.500
Jurisdição Federal	57,2%	112.362.250
Propriedade Social	50,8%	99.790.250
Terrenos Nacionais	0,6%	1.178.625
Colônias Agrícolas y Ganadeiras	2,2%	4.321.625
Outros	3,6%	7.071.750
Jurisdição local	42,8%	84.075.250
Propriedade privada	42,8%	84.075.250

Fonte: RAN, 2019. Org.: por autores, 2020.

Na tabela 2, se mostra a distribuição dos n.a. em *ejidos* e comunidades agrárias; assim como o número de n.a. certificados, isto é, os que já foram regularizados mediante algum dos programas de certificação com a intenção de “dar certeza jurídica” aos sujeitos agrários (*ejidatarios* e *comuneros*), por serem regularizados perante às autoridades agrárias e delimitados internamente (RAN, 2015).

Tabela 2 – Distribuição e dimensão da Propriedade Social

Tipo de Prop. Social	n.a.	Superfície (ha)	Certificados	Não certificados
<i>ejidos</i>	28.487	82.291.058	28.488	1.299
comunidades a.	2.406	17.437.950	1.992	414
total	32.193	99.729.008	32.193	1.713

Fonte: RAN, 2019. Org.: por autores, 2020.

Os *ejidos* e comunidades agrárias se conformaram aproximadamente em 1915, como resultado da Revolução Mexicana, segundo a história oficial. Porém, o processo de conformação de cada um deles tem sido distinto.

No caso de existir distinção entre *ejido* e comunidade a., atualmente, seria só hermenêutica: os *ejidos* são os núcleos de população proprietários das terras que lhes foram *dotadas* (MÉXICO, 1992); no entanto a comunidade agrária, a qual é reconhecida mediante o processo de “restituição” de suas terras que foram arrebatadas pelas leis de “mãos-mortas” ou de desamortização de 1856, além disso, que “guardam o estado comunal” (MÉXICO, 1992, artigo 98º, inciso I e II).

Essa distinção, naturalmente não é exata ao processo de conformação de *ejidos* e comunidades agrárias; estudos de cunho historiográfico tem aprofundado mais, como os de Kourí (2015), Alegría e López (2010); Dietz (2005) e Roux (2011), somado com uma

experiência previa de pesquisa sobre a origem das noções de *ejido* e comunidade agrária (CRUZ, 2016), por citar alguns exemplos.

A conformação de uma comunidade agrária não necessariamente aconteceu partindo do estado comunal que guardaram alguns núcleos de população, ou de ter sido arrebatadas as terras desses núcleos durante as leis de desamortização em 1856. Do mesmo modo no caso dos *ejidos*, as terras não se trata unicamente de aquelas que lhes foram *dotadas* (ibid.).

Contudo, partindo dessa distinção na lei, se estabelece e delimita a estrutura agrária interna aos núcleos agrários, e se organiza socialmente em função a ela, ou seja, o quanto e como se deve repartir as terras dentro do núcleo, o destino das terras e a estrutura organizativa para a tomada de decisão (Quadro 1).

Especificamente com a comunidade agrária, a lei concede certas liberdades de autodeterminação segundo os “usos e costumes²”, razão pela qual, a Lei Agrária não especifica as normas a seguir para assignar as terras como no caso dos *ejidos*; do mesmo modo as c.a. têm liberdade para decidir suas formas de representação além da Assembleia Geral e do *Comisariado*. Quando a lei menciona “segundo o estatuto comunal”, faz referência ao documento criado pela comunidade para se reger agrariamente.

No quadro 1 se mostra os tipos de terras segundo seu destino -de uso-, para o caso dos *ejidos* e se assim o determinar, também a comunidade agrária. Os núcleos agrários podem dispor e decidir a quantidade de terra para cada tipo; as terras parceladas são aquelas que têm sido fraccionadas e repartidas entre os sujeitos agrários ou membros do núcleo, com a liberdade de poder ser explorada de forma individual ou coletiva segundo a seção sexta da Lei Agrária (MÉXICO, 1992).

Quadro 1 – Tipos de Propriedade Social no México e sua organização interna

Propriedade Social	Distinção legal	Tipos de terras segundo destino	Órgãos internos
Ejido	Terras <i>dotadas</i>	1. De assentamento humano 2. De uso comum 3. Parceladas	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • <i>Comisariado Ejidal</i> • Conselho de Vigilância
Comunidade	Terras por restituição, ou que guardam o <i>estado comunal</i> .	As que a comunidade determine* A lei prevê as terras de uso comum	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • <i>Comisariado de Bienes Comunales</i> • Qualquer outra que autodeterminem*

*Segundo o seu *estatuto comunal* e costume, artigo 99º da Lei Agraria.

Fonte: Lei Agrária (MÉXICO, 1992). Org.: por autores, 2020.

² Sistemas normativos de direito consuetudinário próprios das sociedades indígenas no México (GAMBOA, 2005).

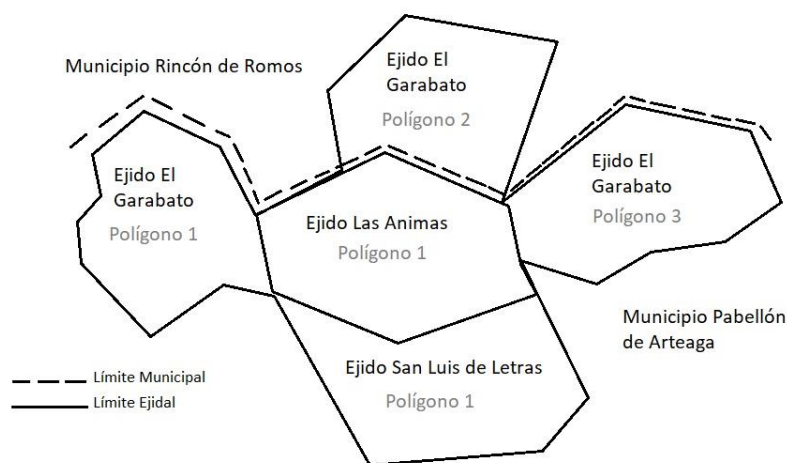
É no caso das terras parceladas que é emitido o certificado *parcelário* aos titulares, mediante os programas de certificação, por tanto, mesmo as terras sendo do tipo Social, do núcleo agrário, podem ser herdadas ou traspassadas entre os *ejidatarios/comuneros*.

De acordo com Dietz (2005) a lógica que seguiriam as leis agrárias pós-revolucionárias é a partir das noções de *dotación* e *restitución*, durante o processo de Reforma Agrária (1917-1992). As terras *dotadas*, ou seja, com “direito de usufruto de terras com titularidade federal” aos *ejidatários*, são as terras *ejidales*. A restituição como “devolução das terras desamortizadas de titularidade comunal” para uma comunidade, nomeadas como terras comunais.

Em uma pesquisa anterior (CRUZ, 2016), para entender essa disposição de lei sobre o ordenamento territorial dentro dos núcleos agrários, se constatou tanto por um estudo de caso múltiplo quanto por dados secundários, que a organização territorial e social é a mesma tanto para *ejidos* quanto para comunidades agrárias; ou seja, nos dois casos se têm terras para assentamento humano, terras de uso comum e as terras parceladas, para a organização social: assembleia geral de *ejidatários/comuneros*, *Comisariado de Bienes Ejidales/Comunales* e Conselho de vigilância.

Ora, um núcleo agrário, geralmente se constitui a partir de uma localidade completa e dentro dessa se delimitam os tipos de terras. O RAN, requer que cada n.a. presente os “polígonos” que o conformam, dimensão e tipo de terras de cada um desses polígonos. Se uma localidade está completamente conformada de um *ejido* ou c.a., trata-se de um polígono. Do contrário, haverá diferentes possibilidades de conformação de um n.a. dentro de uma localidade, como se observa na Figura 1.

Figura 1- Exemplo da estrutura de três *ejidos* em dois municípios



Aliás, uma localidade pode estar conformada pelos três tipos de propriedade, a privada -pequena propriedade-, *ejidal*, e a comunal; inclusive um n.a. pode pertencer a mais de uma localidade, município ou estado.

A lei determina, igualmente, a organização interna do n.a., ou seja, as figuras representativas: assembleia de *ejidatários/comuneros*, que são possuidores de direitos *ejidales/comunales*; como conselho de representação dessa assembleia, está o “*Comisariado de Bienes ejidales/comunales*” conformado por presidente, secretario e tesoureiro tanto, com seus respectivos suplentes. Esses proprietários e suplentes devem estar em função do cargo três anos, e não podem ser reeleitos durante um tempo igual ao exercido. O conselho de vigilância é o encarregado de observar e supervisionar os atos do comissariado, também constituído por sua vez por presidente e dois secretários e seus respectivos suplentes, eleitos pela assembleia.

Os possuidores -de direitos *ejidales/comunales*- têm seu certificado parcelario, documento por qual é acreditado o *ejidatário/comunero* para usar e disfrutar de uma parcela determinada ao interior do núcleo. Esse documento é emitido pelo RAN, segundo o acordado pela assembleia; é diferente do título de propriedade emitido pelo RAN quando o *ejido* por médio da assembleia decide assumir o “*domínio pleno*” das suas parcelas -privatização-.

Cabe mencionar outro aspecto para ser mencionado é o direito do *ejidatário/comunero* para herdar seus direitos *ejidales/comunales*, a lei estabelece no artigo 17º da Lei Agrária o seguinte:

[...] para lo cual bastará que el ejidatario formule una lista de sucesión en la que consten los nombres de las personas y el orden de preferencia conforme al cual deba hacerse la adjudicación de derechos a su fallecimiento. ...La lista de sucesión deberá ser depositada en el Registro Agrario Nacional o formalizada ante fedatario público (México, 1992).

Segundo o artigo 18º da mesma lei, os beneficiários podem ser os familiares, outros sujeitos agrários ou *avecindados*, o *avecindado* é o mexicano que tenha vivido um ano ou mais nas terras *ejidales/comunales*, reconhecido pela assembleia, e que tem direito à atribuição de direitos agrários.

Os n.a. devem estar inscritos no RAN e devem frequentemente atualizar os dados dos comissariados e dos conselhos de vigilância cada que aconteça alguma modificação, bem como registrar o seu regulamento interno, para o *ejido*. No caso da comunidade agrária se denomina “*estatuto comunal*”, nos dois casos devem ser elaborados pela assembleia e conter os direitos e obrigações dos sujeitos agrários, bem como as “bases gerais para a organização económica e

social do núcleo”; no caso da comunidade, baseado aliás, nos “usos e costumes” da localidade (MÉXICO, 1992).

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROPRIEDADE COMUNAL

Para situar ao leitor no tema de pesquisa, se faz um breve parêntese de importância primordial, no qual se menciona a conformação histórica da propriedade comunal no México, porque se considera a história como fundamental e causal nos processos atuais associados à Propriedade Social; ou seja, que entendendo os processos históricos poderemos explicar as relações atuais produzidas.

Nesse sentido se quer ressaltar dois momentos históricos que condicionam a estrutura agrária mexicana, portanto, a dinâmica socioeconômica interna e o papel e dinâmica das culturas indígenas dentro da propriedade comunal.

Na construção histórica da propriedade comunal no México (CRUZ, 2016) se encontraram duas razões fundamentais que facilitarão a continuidade da noção no decorrer do tempo: o passado pré-hispânico e o processo de transformações agrárias durante a colonização e o México independente, e finalmente no período de reforma agrária (1915-1992), portanto, se teriam teoricamente duas tradições a indigenista e a agrarista (DIETZ, 2005).

1.2.1 O passado comunal pré-hispânico

Na maioria dos estudos sobre a origem da propriedade comunal -como noção- no México, é relacionada com as sociedades existentes à chegada dos espanhóis, já que, foram de mais fácil acesso tanto por os primeiros contatos como no estudo dos registros históricos mais recentes naquela época portanto, o período com mais estudos sobre o tema recai no “pós-clássico tardio” (LUJÁN; AUSTIN, 2007), como dos estudiosos que tiveram os primeiros contatos com as sociedades originárias.

A profundidade do conhecimento e de estudos dessas culturas nesse período é bastante complexo pela diversidade de sociedades e estruturas internas de cada uma, porém, o que interessa aqui, é a ligação que tem feito os autores clássicos historiográficos entre propriedade comunal e o *calpulli*.

Se ressalta, portanto, a organização social de essas sociedades e o como ela determina a organização política e forma de “tenência da terra” segundo Santamarina (2006). A figura central do estudo de Santamarina é o *altépetl*, considerado uma cidade, uma estrutura maior da

qual derivam-se outros *altépetl* que por sua vez adquirem outros nomes para se diferenciar das estruturas de maior nível. O *calpulli* é um segmento desse e funcionava a um nível inferior, contando com território, população e um chefe *Teuctlatoani*.

Contudo, para outros autores, a figura central da organização dos astecas e dos povos vizinhos era o *calpulli*, segundo Pinchetti (1972) trata-se de “um clã dentro do sistema tribal”. O autor faz uma análise aprofundado do que é o *calpulli*, explica por que para os historiadores espanhóis durante a colonização lhes seria difícil definir.

O *calpulli* era um clã, “um grupo sociológico unido fortemente pela linhagem” (ibid. p. 33), isso fica claro, mas no referente às terras, tem a ver com as que são propriedade desse clã que não propriamente ao conceito de terras de uma aldeia ou de um povo em si, porém, existia essa extrapolação de ideias. O sistema de “tenência territorial” do clã chama-se *calpultin*.

Ora, seguindo a lógica de propriedade da terra, o rei *-huey tlatonani-* era o dono de todas as terras e a origem dessas a “ocupação e conquista” (MENDIETA, 1965); a terra conquistada era distribuída entre os nobres dos clãs, portanto, as instituições agrárias seriam um reflexo de sua constituição social, menciona Mendieta (1965, p. 168) se tratava de:

Las propiedades agrarias del rey, de los nobles, de los militares de alta categoría, las del ejército, las de funcionarios, las de los sacerdotes y del culto religioso, eran cultivadas por campesinos llamados macehuales o por otros que se denominaban mayeques; estos últimos tenían ciertos derechos sobre las tierras que cultivaban y los primeros ninguno. Los esclavos estaban al servicio de sus amos lo mismo en las labores domésticas que en las agrícolas.

O autor menciona do mesmo modo, que essa forma de organizar a propriedade da terra estava arraigada às tradições, costumes e à religião, no entanto, por causa da concentração dos povos vencidos pelos astecas, a densidade de população era muito alta em *Tenochtitlán* pelo que começava a formar-se uma crise agrária que não se concretou pela chegada dos espanhóis.

Retomando a Pinchetti (1972), o autor menciona que as terras do *calpulli* pertenciam “à pessoa coletiva que constituía o próprio *calpulli*” (p. 331). Na sua explicação afirma que os “indígenas mesoamericanos não conheceram a propriedade privada das terras com a perfeição dos romanos” (p. 331), um sentido que outros autores não concordam.

1.2.2 Da colônia ao México independente

Ora, como se trata de um tempo suficientemente longo entre a chegada dos espanhóis e a revolução mexicana, para não aprofundar muito nesse período, mesmo sendo importante no sentido agrário acontecidos, a discussão se prolongaria desnecessariamente, o que não é

conveniente para efeitos ilustrativos nessa secção da tese. Pelo que se mencionam certos momentos e processos importantes que derivariam na estrutura agrária atual.

Hernán Cortés por médio de “*mercedes reais*” (aprox. 1521) concessionou grandes extensões de terra para uso do solo mas não como propriedade, essas com o tempo virariam propriedade (TRUJILLO, 2006).

A coroa espanhola nas “reais cédulas de composição” -ordens dos reis da Espanha para seus territórios em América- de diferente datação, estabeleceram ordenanças agrárias que posteriormente seriam os antecedentes da conformação agrária mexicana pré-revolução:

- *dotación* de terras como “direito de conquista” para os caudilhos e conquistadores;
- lhes foi delegado o papel de “protetores” dos povos originários vencidos -*ordenança* 8 de 1523-, o que se chamou de *encomendas*, a partir dessas com o tempo se apropriariam de vastos territórios originando “*granjerías*” e mais tarde as *haciendas* -latifúndios- (RIVERA, 1984);
- a ordenança da cédula 26.06.1526 estabeleceu “a construção de uma igreja em cada *redução* de índios” (id. 1988), dentro dessa delimitação de terras para criação de vilas e cidades, se ordenou dar suficientes para “próprios e *ejidos*”, os quais, (*exidos* espanhóis) seriam as terras destinadas para recreação do povo e para o crescimento da pecuária, além de ser uma área reservada para o crescimento do povoado (FLORES, 2008)
- o estabelecimento por primeira vez dos tipos de terras, segundo as cédulas de 1591, nas quais se reconhece a legítima posse indígena da terra, e que seria reiterada em 1618, 1631, 1642 e 1646, o que levaria, segundo Menegus (1994) aos povos originários “a escrever a história da origem da sua propriedade da terra” nos anos 1620-1640, esses documentos se conhecem como “Títulos primordiais”.

Essa dinâmica de ordenanças desde o reino da Espanha, e sobretudo com o reconhecimento específico das terras indígenas, mais o posterior interesse por parte da coroa em dar solução a conflitos agrários nas terras das comunidades indígenas, foi que surgiu uma das instituições do direito agrário mexicano, a “restituição” de terras (MENDIETA, 1965).

Posteriormente em 1856 por várias razões complexas, com o México já estabelecido como país independente, se emite a lei de desamortização de “bens de mãos-mortas³” na qual, segundo Rivera (1986) se alienam as terras dos povos originários, com o propósito de conseguir

³ Quando se pretendia implementar a modernização, era considerado essencial alienar as terras que estavam principalmente nas mãos da Igreja, através de doações ou compras, mas que não podiam ser alienadas -seriam chamadas de mãos mortas porque pertenciam a Deus-, assim como aquelas por herança -*mayorazgos*- (POLANYI, 2007) e, no caso do México, as terras comunais (RENTERÍA, 2011).

a titulação individual; essa lei se manteve vigente por 64 anos, portanto, desapareceram nesse período as instituições de procuração e justiça agrária.

Somado o anterior com a questão das grandes *haciendas* já conformadas, virariam o argumento principal de muitos historiadores para explicar o processo que derivaria na revolução mexicana de 1910. Segundo Reyes et al. (1974), em 1910 existiam mais de 3 milhões de diaristas; no mesmo sentido assinala Robles e Bórquez (2014) que em 1905 existiam 8431 *hacendados* possuidores de 114 milhões de hectares, ou seja, 87% da propriedade rústica do país.

No entanto, Emilio Kourí⁴, em vários dos seus artigos e livros questiona a história oficial, razão pela qual ele se dedicou a um estudo mais aprofundado destas questões, atribui aliás, a uma conveniência política tanto a revolução quanto a criação do *ejido* pós-revolucionário.

No mesmo sentido, tanto a questão de que as leis de desamortização fossem cumpridas, quanto a luta de poder interna nelas, ainda está por serem discutidas e em construção, já que segundo Kourí (2017b), não se tratava de uma pacífica e equilibrada convivência dos mecanismos da propriedade comunal inerentes a ela, senão produto de:

[...] una escueta lógica histórica a la que se le sumaron a lo largo del siglo XX una serie de argumentos (primero evolucionistas, luego relativistas y más tarde multiculturalistas) que postulaban el carácter constitutivo de la propiedad comunal en las culturas indígenas. Y si el colectivismo era una expresión orgánica de la identidad indígena, entonces no quedaba sino concluir que el comunalismo era la forma autóctona (y por ende más auténtica y armónica) de la propiedad mexicana. (KOURÍ, 2017b, p. 1926-1927)

Além de questionar a legitimidade da ideia do *comunalismo* inerente às comunidades indígenas, Kourí salienta situações que não se tem estudado na “narrativa hegemônica” (ibid. p. 1924):

[...] sucesos que no cuenta y no es capaz de contar la interpretación que hemos heredado: pueblos que quieren y piden subdividir sus terrenos, indígenas desamortizadores, comuneros acomodados que acaparan las tierras de sus condueños, vecinos que prefieren la pequeña propiedad, especuladores y leguleyos que son hijos del pueblo y trafican con sus tierras, por mencionar sólo algunos.

⁴ Professor da Universidade de Chicago, no seu artigo de 2017, ele cita algumas fontes a serem consultadas sobre este assunto, pois, por ser uma posição contrária ao discurso hegemônico, este tipo de estudos ainda está em construção, tanto que ele menciona que estes não são muitos, "uma dúzia de ensaios, várias teses e um punhado de livros" (p. 1930).

O interessante é que em todos os momentos históricos importantes de crises sociais, tanto na colonização quanto na guerra de independência e na revolução, é central a demanda por *restituição* das terras aos povos originários. Isso ajuda a entender o processo que viria com a reforma agrária.

1.2.3 Reforma Agrária

O que tem sido descrito até este ponto, abre o caminho para entender de modo geral, o que acontece na estrutura agrária durante o século XX. Em 1910 se inicia a revolução mexicana por diversas razões, entre elas a comumente descrita foi a demanda por terra para aqueles que a trabalham, por camponeses e diaristas cansados das fazendas e por comunidades indígenas que exigiam “o reconhecimento de suas comunidades e a propriedade coletiva das terras de que foram privadas durante o período colonial” (MOYA, 2012).

Outros autores como Gilly (2015) e Semo (2015) enfatizam que a revolução mexicana se trata de uma revolução inconclusa ou interrompida, já que não se concretizou em uma ruptura histórica, pois na realidade essa não eliminou o modelo de propriedade que se tinha, senão que lhe foi reformando paulatinamente. Nesse sentido, mesmo que transformada gradualmente a estrutura agrária mexicana a partir da revolução, se transformaram profundamente as relações agrárias com o sistema econômico, segundo Gilly (2015, p. 76):

Entonces la inmensa insurrección campesina mexicana, si bien no pudo triunfar, tampoco pudo ser aniquilada por un capitalismo que había comenzado a perder su monopolio mundial del poder y cuya seguridad histórica entraba en crisis irreversible.

Em 1915 por causa da lei de desamortização (1856) se estabelecem os dois direitos principais da estrutura atual, o decreto de 6 de janeiro de 1915, Lei agrária e o artigo 27º constitucional. Com essas bases é que se inicia a conformação da estrutura agrária atual. Porém, o artigo 27º constitucional inicialmente não considerava o conceito de *ejido*, este com o tempo foi-se configurando a partir primeiramente da recuperação do conceito e depois durante um processo de vários anos nos quais não faltou os conflitos e os interesses políticos para a construção de um Estado corporativo.

Para 1920 se adiciona a palavra *ejido* “erroneamente entendido” (KOURÍ, 2017b) à ideia de propriedade comunal que se pensava construir. Em palavras de Kourí (2017a, p. 14):

[...] la institución (el ejido) que se fue inventando y configurando -contra viento y marea- entre 1920 y 1940, tanto sobre el terreno como a través de nuevas leyes y enmiendas, habría de constituirse en la principal de las modalidades aplicadas a la propiedad privada por el Estado [...] [...] es más ni menos que una forma de propiedad privada corporativa creada y regulada por el Estado, y no una ‘propiedad social’ opuesta a la privada como vendría erróneamente a llamársele después.

Rentería (2011) enfatiza a forma como os *ejidos* se criaram a partir da introdução de uma organização interna que eles deviam cumprir, com a qual não estavam familiarizados, além de chamar a atenção para o fato de que o uso da terra foi alterado, impondo a atividade agrícola sobre os novos *ejidos* em terras que não eram de natureza agrícola, mas que eram para produção pecuária; isto foi introduzido com o objetivo de denotar uma função puramente agrícola ao *ejido*, e associá-lo ao triunfo da revolução.

É imperante mencionar que como Kourí, há outros autores que criticam essa parte da história, Dietz (2005) reconstrói os fatos que pouco se mencionam em outras pesquisas, como o fato de o México ter se tornado gradualmente uma maioria mestiça tem muito a ver como o fato de que os direitos dos povos indígenas como comunidades não foram reconhecidos, juntamente com o longo período de desamortizações causadas pela lei de mãos-mortas.

Para o autor, acontece um giro ideológico no qual a supremacia da raça mestiça se converte na forma de enaltecer a nação e sobretudo as conquistas da revolução, exaltando o glorioso passado indígena somado ao “nacionalismo crioulo das elites pós-coloniais, excludente e etnocêntrico” (ibid.); originando desse modo uma integração de ambos, centrados na mestiçagem.

Nesse sentido, Dietz (ibid.) menciona que no processo de reforma agrária recém iniciado, realizou-se uma “intensa campanha de ‘penetração ideológica’” (p.59) através de um coletivo de intelectuais conhecidos como “Ateneo da juventude”, entre dos quais se encontrava José Vasconcelos, quem em 1921 se tornou o primeiro “Secretário de Educação Pública” (SEP) e mais tarde durante o mandato do presidente Lázaro Cárdenas, elaborariam o plano estratégico para estabelecer um “Estado corporativo” que permitiria atender os fins do Partido Revolucionário Institucional (PRI) (figura 2).

Figura 2 - O Estado corporativo em busca da sociedade mexicana



Fonte: Dietz (2005, p. 61).

É importante entender a participação do partido revolucionário dentro dos processos de formação agraristas, já que esse se sustenta nos “pilares do exército, bem como das classes operária, camponesa e popular” (ibid. p. 60). Durante todo o processo agrário, continuariam as regiões indígenas que se opunham a uma reforma do tipo estatista, o que levou a Cárdenas e Vasconcelos à implementação de campanhas educativas mediante professores agraristas para “educar os ‘obstinados camponeses’ e convencê-los das conquistas da revolução institucionalizada” (ibid. p. 62).

Por outro lado, Kourí (2017b) aponta certamente que a criação da noção *campesino* servia aos interesses políticos porque conseguia abranger por igual -na nova nação mestiça- toda uma grande diversidade de identidades coletivas envolvidas na luta pela terra. O conceito de *campesinado*, na sua dimensão política e de categoria analítica, problematiza o entendimento dos processos agrários justamente na época que deveria ter sido de suma importância ter tido em conta as características socioeconômicas que distinguem a cada uma delas e que o conceito de *campesinado* homogeneíza.

A discussão hoje sobre a comunidade agrária é muito ampla, mas parece que ninguém concorda sobre sua origem e a relação entre essa com as comunidades indígenas. No estudo legal sobre a comunidade agrária que o Gaytán (2006) desenvolve, se menciona que embora a lei não tenha estabelecido, e a história não tenha descrito a questão em profundidade, devido a

certos fatos, os juristas agrários concluiriam que a comunidade agrária é uma referência às comunidades indígenas. Entretanto, esse estudo data de 1971, na época que devido à pressão internacional, a questão indígena não podia continuar sendo ignorada.

No entanto, Rentería (2011) menciona que a questão da *restituição* tinha a ver com o reconhecimento da propriedade comunal dos povos (se foram indígenas ou não, não é mencionado) que durante as leis de desamortização tinham sido alienadas; umas das principais vias para isso acontecer foi com a evidência de ter *Títulos primordiais*, os quais em muitos casos tinham sido perdidos (CRUZ, 2016).

No caso da *dotación*, se tratava do processo que ajudaria na construção da nação ideal baseada no trabalho coletivo, como anteriormente se mencionou. Mas é nesse período no qual o *ejido* vai-se conformando e lançando raízes no imaginário mexicano, e no qual Dietz (2005) situa as lutas indígenas, povos que apesar do momento marcado pelo agrarismo “comunal” não foram reconhecidos como tal, nem seus costumes, tradições e menos, sua própria organização territorial.

Ao fim de 75 anos de reforma agrária, segundo Warman (2003) se restituíram e *dotaram* aproximadamente 100 milhões de hectares, o que representa a metade do território mexicano. A reforma agrária modificou profundamente a estrutura da propriedade da terra, lembrando que no início da revolução, 87% da propriedade rústica do país estava nas mãos de 8431 *hacendados*; para 1991 “se contavam 5 600 mil proprietários de terra e 103 milhões de hectares foram entregues a *ejidatarios/comuneros* (ROBLES; BÓRQUEZ, 2014).

Pelo exposto, se compreende que o processo de conformação da Propriedade Social não corresponde totalmente com a simples *dotación* e *restituição*, este aconteceu durante 75 anos, a ruptura agrária do latifúndio para o minifúndio, ou seja, de grandes *haciendas* a pequenas propriedades, *ejidos* e comunidades agrárias não foi abrupta, não aconteceu imediato à revolução. Além, intervieram inúmeras situações que embaçam o entendimento deste processo histórico.

1.2.4 Reforma estrutural de 1992

Face aos processos de liberação de mercados que foram em aumento no final dos anos 80 e inícios dos anos 90, foi evidenciando-se segundo os autores agrários da época a precária situação do campo mexicano, sobretudo no setor *ejidal* -e comunal- que incluía uma crise de pobreza e falta de seguridade jurídica sobre os direitos de “*tenência*” da terra (WARMAN, 1996; FERNÁNDEZ, 1996; DE GRAMMONT, 1996).

De Grammont (1996) menciona que a reforma estava pensada para conseguir uma estrutura agrária ajustada às demandas exigidas pelo “*Tratado de libre comercio*” (TLC) com Estados Unidos e Canadá. Para isso o Estado tentou dialogar com o Conselho Agrário Permanente (CAP), que, por um lado, reconheceu que a repartição agrária não tinha mais condições de continuar, e por outro apresentou propostas, as que foram ignoradas pelo “Congresso da União”.

Warman (1996) por sua vez, salienta que o diagnóstico feito para demonstrar a situação do campo, aconteceu de forma “pública e plural em um processo longo de reflexão e debate”; as partes coincidiam no baixíssimo investimento privado e especulativo, por tanto era ineficiente para conseguir o desenvolvimento agropecuário, somado às observações das antigas discussões de que “a relação do campo com o Estado virou clientelista e populista” (ibid. pp. 43, 44)

Fernández (1996) menciona nesse sentido que a problemática afetava não só *ejidos* e comunidades agrárias, como a pequena propriedade, produzindo-se um minifúndio com falta de incentivos, atraso tecnológico, baixa produtividade, portanto, baixa renda e conseqüentemente migração do campo para a cidade. As principais modificações na reforma constitucional de 1992 podem ser resumidas como segue:

- Fim da repartição agrária, argumentando que não era possível continuar fornecendo terras àqueles que solicitarem, já que o território mexicano permanece igual, entanto que a demanda continua.
- Criação de tribunais agrários para lidar com reclamações de justiça, pois antes era um processo mais administrativo do que jurisdicional.
- A possibilidade (o cerne da questão) dos *ejidos* adquirirem o “domínio pleno” das suas parcelas de terra, o que em outras palavras, significa a privatização das terras *ejidales*.
- Regularização da Propriedade Social através do “*Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares*” (PROCEDE).
- Garantir o direito de posse da terra aos *ejidatários* e *comuneros* para evitar que fossem obrigados a devolver suas parcelas no caso de não ter trabalhado elas durante dois anos consecutivos.

Citando a Warman (1996, p. 50):

Los sujetos más importantes de la reforma jurídica son los 4.3 millones de productores rurales que surgieron de la gran reforma agraria mexicana del siglo XX. En todos privaba la inseguridad, la ambigüedad y la precariedad.

Com a modificação mais substancial dessa reforma, a que a lei se refere como o processo de aquisição do “domínio pleno”, se concede a possibilidade dos *ejidos* decidirem ou não a privatização de suas parcelas. Da mesma forma, e como instrumento importante da reforma se conseguiria dar certeza jurídica a ejidatários mediante o PROCEDE, já que, com a certificação e titulação da terra, embora sendo *ejido*, os sujeitos não perderiam os seus direitos arbitrariamente como segundo Warman vinha acontecendo.

O anterior acontecia porque antes de 1992, a lei estabelecia que, se durante dois anos consecutivos o *ejidatario* não usufruava a terra, esta tinha que ser devolvida à assembleia para ser outorgada a outro *ejidatario*, o que Warman (ibid. p. 50) chamou como “posse precária e vulnerável sobre sua parcela [...] precariedade que tinha um reflexo econômico e produtivo”.

Pelo contrário, para Bárcenas (2011) essa reforma removeu o caráter de inalienáveis, não embargáveis e imprescritíveis, aos *ejidos* e comunidades agrárias, para poder dessa forma, ser vendidos, alugados ou transmitidos por associação. Segundo o autor se trata de um mecanismo de desapossamento de terras através de atos particulares sem intervenção do Estado.

Por causa de ser polémico o assunto da reforma, no seu momento, borbulhava as mobilizações camponesas, de grupos de esquerda contra a reforma; assim como as pressões do setor empresarial e político identificados com a corrente neoliberal para conseguir que a reforma fosse aprovada. Apesar do que mencionam De Grammont e Warman, Ornelas (2004, p. 30) menciona que o presidente Carlos Salinas de Gortari:

[...] hizo un excesivo uso de sus amplísimos poderes metaconstitucionales, cooptando a muchos políticos y líderes campesinos y ejerciendo sin restricciones el cabildeo con diputados y senadores.

Castañeda y Mackinlay (2015) observam que no final da reforma de 1992, os princípios que caracterizavam à propriedade social de inalienabilidade, imprescritibilidade e intransmissibilidade; foram alterados e isso sugere uma importante mudança, já que os autores questionam a suposta “função social” na propriedade comunal; sendo que finalmente se trata de uma *dotación* de direitos que pouco ou nada se diferencia da propriedade privada (quadro 2).

Quadro 2 - especificidades legais dos *ejidos*

Qualidade	Direito dos <i>ejidos</i> do século XX (1917-1992)	Direito dos <i>ejidos</i> atuais (1992-¿?)	Direito de propriedade privada em “ <i>domínio pleno</i> ”.
Alienabilidade	Inalienável	Alienável	Alienável
<i>Prescritibilidade</i>	Imprescritível	Imprescritível	Prescritível
Transmissibilidade	Intransmissível	Transmissível	Transmissível
<i>Embargabilidade</i>	<i>Inembargável</i>	Embargável	Embargável
Divisibilidade	Indivisível	Divisível	Divisível
Regímen Jurídico	Inconvertível	Convertível	Convertível

Fonte: Castañeda e Mackinlay (2015).

Independentemente dos interesses políticos que poderia haver ou não na reforma de 1992, fica evidente que a intenção e o que se esperava, era que por vontade própria dos sujeitos agrários, dotados de certas liberdades que não asseguravam mais a propriedade comunal (anteriormente blindada) entraram em uma dinâmica fundiária. Dessa forma se legalizava o mercado de terras próprio do sistema econômico capitalista, numa tentativa de monetizar a terra comunal. Warman (1996, p. 51) o resume da seguinte maneira: “o direito do *ejidatario* à parcela pode ser agora incorporado como ativo, como capital para seu próprio desenvolvimento com a proteção da lei”.

Porém, e depois de vários anos da reforma, alguns autores mostram que a suposta reativação do campo prometida com a reforma, não aconteceu. Do mesmo modo, não foram privatizados tantos *ejidos* como talvez se esperasse.

Tanto as pressões econômicas externas ao país quanto as internas levariam a uma dinâmica conveniente com os acordos internacionais, contudo, o aumento do número de conflitos agrários entre megaempresas e *comuneros/ejidatarios* não parou (informes de PRODESC⁵); a incerteza jurídica sobre terras *ejidales* continua, tanto por parte das pessoas que adquiriram *lotes* de estas na expansão das cidades, quanto das que permanecem nos núcleos agrários (CRUZ, 2016).

1.3 OBJETO DE ESTUDO

Como já mencionado anteriormente, a intenção da tese é resgatar a discussão em torno à Propriedade Social e propor uma visão sistêmica para o seu estudo. Por tanto, é apresentado

⁵ Projeto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais A.C. Organização não-governamental com amplo escopo na gestão de informações em conflitos agrários, bem como no apoio a núcleos agrários em disputa por suas terras com empresas transnacionais. Mais informações em: <http://www.prodesc.org.mx>

um estado da questão para ilustrar as abordagens da questão agrária, partindo dos clássicos, seguido das aproximações recentes da Propriedade Social, finalmente a elaboração do objeto.

1.3.1 A questão agrária no capitalismo

Na medida que certos conceitos contribuem na construção do conhecimento do âmbito desse trabalho, e portanto, da elaboração do problema e objeto de estudo, se faz uma análise a partir dos autores clássicos que descrevem certamente o processo de desenvolvimento capitalista, que, embora sabemos não se trata de regras universais, o caráter explicativo contribuem no entendimento da configuração agrária do México, além de visualizar o por que ainda não termina de se desenvolver como tal -o capitalismo-, e portanto, o lugar do México na relação de centro-periferia (análise de sistemas-mundo) e que reflete no âmbito agrário.

No apartado seguinte, nos referimos à questão agrária, no papel que tem em primeiro lugar no processo histórico de configuração das sociedades camponesas (MARX, 1975), segundo, como o lugar que ocupa no desenvolvimento da discussão da terra como fator de produção (SMITH, 2010), conseqüentemente, as derivações teóricas da relação da propriedade privada (fisiocratas, escola política económica), renda da terra, acumulação de capital (originária ou não), abordagens clássicas e socialistas; e as conseqüentes propostas reformistas agrárias relativas à reivindicação da propriedade coletiva.

Nesse sentido, o agrário após grandes discussões da dinâmica econômica em torno da renda da terra, surge como campo para teorias que buscam descrever as perspectivas ou destino das sociedades rurais caracterizadas pelas pequenas unidades de produção (LENIN, 1982; KAUTSKY, 1972; CHAYANOV, 1974).

Das três visões clássicas agrárias, duas se referem ao processo de proletarização do campesinato, sendo que no caso dos estudos de Lênin (1982) predizia a desaparecimento do campesinato, entanto que para Kautsky (1972), coexistiria o camponês como tal e como operário da grande exploração, porém, a pequena exploração estaria subordinada à grande. Nos dois casos consideravam necessária a dinâmica de renda da terra, portanto, as contradições inerentes da concorrência, acumulação de terra e concentração da produção com o fim de ser desenvolvido o capitalismo.

No caso da escola populista, Chayanov (1974) previu a sobrevivência e a resistência da sociedade camponesa a partir da sua própria reconfiguração e inserção na economia nacional, como um processo contínuo de modificação em um esforço para estabelecer equilíbrio entre os custos de força de trabalho familiar e as necessidades de consumo. A unidade econômica

camponesa prevaleceria com sua própria dinâmica específica capitalista e daria lugar a uma dinâmica de trabalho familiar integrada nos circuitos de acumulação agroindustrial.

Muito depois dos clássicos, Polanyi (2007) aprofundaria nos processos históricos que configuraram a lógica capitalista nas sociedades modernas, dando lugar a uma transformação da lógica pré-capitalista, mudando assim as relações sociais, além disso, sustentaria teoricamente como operam as lógicas econômicas dos modelos clássicos e que na real aconteceram segundo o previsto pelos autores, mas que entre elas não se invalidaram criando hegemonias, pois coexistem apesar do tempo e do desenvolvimento capitalista.

Se considera imperativo adicionar o enfoque de Polanyi, na sua obra “A grande transformação” de 1944, pois a partir de seus estudos de economia substantiva, estabelece os três tipos de economias resgatas pela análise de sistemas-mundo.

Para o autor existe uma relação entre sociedade e economia, sendo a última *embebida* ou *incrustada* (*embeddedness*) nas estruturas mais aprofundadas da sociedade, isso muda com o desenvolvimento do capitalismo e da economia mundial durante um processo longo e complexo no qual, ao se mercantilizar a terra, trabalho (bases materiais da subsistência humana) e o dinheiro, a relação é invertida convertendo-se a sociedade em si a que se encontra *incrustada* ou *embebida* no mercado.

Polanyi ainda indica que as relações econômicas aconteciam nas sociedades pré-capitalistas, fossem feudais ou corporativistas, mesmo no mercantilismo, e inclusive aquelas que não enquadravam nesses esquemas. O que tinham em comum é que não apresentavam nenhuma estrutura da economia do mercado capitalista; o autor resume isto da seguinte forma (POLANY, 2013, p. 3241):

[...] a terra e o trabalho faziam parte da própria organização social (o dinheiro ainda não se tornara um elemento maior da indústria). A terra, como elemento axial da ordem feudal, era a base do sistema militar, judicial, administrativo e político -o seu estatuto e a sua função eram determinados por normas legais e consuetudinárias.

O uso lucrativo da propriedade da terra esteve durante o longo processo de formação do sistema capitalista, pode-se dizer bloqueado pelas formas sociais pré-capitalistas; no caso das sociedades mercantilistas que se conformariam depois, Polanyi explica que igualmente não se concretizou o processo de dotar à terra do caráter mercantil, já que embora baseado este na comercialização como política nacional, a intervenção do Estado era diminuída consideravelmente nas suas tentativas.

Não existia diferencia entre os esquemas sociais pré-capitalistas nesse sentido, a diferencia radicava nas formas de regulamentação e normatização das relações comerciais. O

que obstaculizaria o desenvolvimento do mercado autorregulado, pois a comercialização da terra e do trabalho é uma condição necessária para o surgimento da economia de mercado (ibid. 3268).

Polanyi é considerado um dos representantes das escolas institucionalistas, já que, para o autor, a estrutura social, sempre expressa suas relações através de instituições. A mudança institucional que instauraria a economia de mercado capitalista criaria uma esfera econômica e uma esfera política, o que não significa que não tivessem existido, porém estavam unidas. A dicotomia segundo o autor, não mais subordinada à ordem social, mas às exigências do mercado.

O anterior acontece num período de trezentos anos, no qual, a propriedade da terra passa por três etapas de subordinação às necessidades de uma sociedade industrial: comercialização do solo, produção forçada de alimentos e matérias-primas para a industrialização; e a extensão do sistema de mercado para as colônias e demais territórios, introduzindo a terra ao “mercado autorregulado à escala mundial” (ibid. p. 4731).

Portanto, foi necessário desapropriar a terra dos mecanismos açambarcadores pré-capitalistas, como as organizações de parentesco, vizinhança e os direitos da Igreja, porque não permitiam à terra entrar no comércio e nas hipotecas. As leis de desamortização foram o principal meio para transferir terras a pessoas privadas, desse modo se conformaria o mercado através da terra, o trabalho e o dinheiro, feitos mercadorias. A condição, portanto, seria a liberdade individual sob os princípios de propriedade privada.

Para Polanyi, acontece uma reconfiguração, uma grande transformação na que a sociedade está *embebida* nas relações da economia de mercado, mudam as instituições, se expande globalmente a agricultura subordinada para atender as crescentes populações urbanas; surgem conflitos entre a tradição e a cultura das sociedades que ainda não estavam absorvidas pelo sistema, o que Polanyi chamaria de “reação”, e se opuseram à mobilização da terra.

Entretanto, a mobilização da terra sempre implicará a mobilização dos proprietários, no caso das sociedades rurais, estas veriam sua total destruição após os processos de expansão do mercado, o qual, foi favorecido pelas tecnologias de transporte e a mundialização da agricultura, para Polanyi isto não aconteceu desse modo por causa da legislação agrária.

Este preâmbulo sobre as contribuições de Polanyi representa a característica da sua época e o perfil dos estudos que viriam após, teriam de base essas discussões, pois somado aos aportes *braudelianos*, seriam a base conceitual da análise dos sistemas-mundo.

Ora, independentemente da origem da teoria sistema-mundo, se reconhece que o autor transcendental para essa base foi Immanuel Wallerstein na sua obra inicial “O moderno sistema

mundial” (1974), pois seus postulados tiveram maiores repercussões acadêmicas e porque foi quem consolidou esta perspectiva. Com o tempo se sumariam outros autores e diversificariam as narrativas da análise de sistemas-mundo, mantendo-se a igual a estrutura do pensamento, somados conformam o que se conhece como teoria dos sistemas-mundiais.

Esta teoria toma de várias outras fontes elementos importantes que pela capacidade analítica que possuem, fazem parte da bagagem de conhecimentos necessários para o estudo dos sistemas-mundo. De Braudel (1958) incorporariam dois conceitos, o de “processo de longa data” e o método de análise a partir de regiões geoecológicas (como unidade de análise).

Da teoria da dependência aceitam e reconhecem a premissa de desigualdade mundial, mercado mundial e de imperialismo, características do capitalismo histórico, porém, a diferença é que Wallerstein propõe que os países centrais não exploram unicamente aos países pobres, basicamente porque os países centrais exploram aos trabalhadores do mundo todo, portanto a distribuição entre centro e periferia é o mais-valor antes do que a riqueza ou os recursos.

Wallerstein (2006) afirma que são quatro debates os que prepararam o cenário para poder emergir a análise dos sistemas-mundo: o conceito de centro-periferia da “Comisión Económica para América Latina y el Caribe” (CEPAL); a utilidade do conceito marxista “modo asiático de produção” (discutido por comunistas da época); a discussão entre acadêmicos europeus sobre a transição do feudalismo para o capitalismo; e o debate sobre a “história total” com o triunfo da Escola dos Annales da França.

Wallerstein na introdução à análise dos sistemas-mundo (2006), faz um histórico de como se configuraram as ciências a partir da epistemologia e como surgem as contradições entre elas, sobretudo o referente à historiografia de caráter ideográfico e das ciências *nomotéticas* como economia, sociologia e ciências políticas.

O anterior adicionado à expansão das potências acadêmicas europeias na modernidade, que foram gerando outras disciplinas contraditórias entre si, misturadas, que derivariam o conceito de desenvolvimento, o qual serviria tanto para os Estados Unidos quanto para a União Soviética, cada um se colocando como modelo possível de replicar em outras sociedades em vias de desenvolvimento.

Wallerstein aplica na sua análise momentos históricos importantes que geraram rupturas tanto epistemológicas quanto de reformulação e questionamento de certas categorias e conceitos tradicionais, marxistas ou não, que explicavam os processos de desenvolvimento. Quando surge a análise de sistemas-mundo, a unidade de análise é questionada, já que economistas, sociólogos e politólogos estudaram a partir de estados-nação. A unidade de análise

que propõe são os sistemas históricos, baseados a partir de uma reformulação *braudeliana* na qual se propunha estudar levando em conta sempre, dois tempos sociais:

1. o tempo estrutural de longa data, “das estruturas básicas que subjacentes aos sistemas históricos” (ibid. p. 13), para os analistas dos sistemas-mundo seria a duração de um sistema histórico particular;
2. os processos cíclicos dentro de essas estruturas, de médio prazo, ou seja, as expansões e contrações da economia mundial.

Os sistemas históricos, teriam que ser, de dois tipos basicamente, os minissistemas e os sistemas-mundo, o qual tem por sua vez, dois subtipos, as economias-mundo e os impérios-mundo. O hífen é importante, sobretudo em inglês, pois quer-se chamar a atenção a sistemas, economias ou impérios que são um mundo em si, e não que sejam parte do mundo, segundo Wallerstein (op. cit.):

Afirma que en “sistema-mundo” estamos frente a una zona espaciotemporal que atraviesa múltiples unidades políticas y culturales, una que representa una zona integrada de actividad e instituciones que obedecen a ciertas reglas sistémicas.

Wallerstein acrescentaria à análise uma contribuição de Polanyi (1944) paralela à categorização da unidade de análise: as três formas de organização econômica: recíproca, presente nos minissistemas; redistributiva, própria dos impérios-mundo; de mercado, característica nas economias-mundo.

O autor ainda inclui as categorias de Raúl Prébisch (1949), baseadas em que a economia-mundo capitalista (única economia-mundo em ter-se mantido muito tempo) se encontrava uma divisão axial de labor entre os processos de produção centrais e os processos de produção periféricos” (WALLERSTEIN, 2006, p. 14). Isto na análise do autor, é incorporado parcialmente, pois o conceito de centro-periferia é relacional, diferente do caso *cepalino*, pois nesse se tratava de uma categoria reificada.

Os analistas do sistema-mundo atribuem a relação centro-periferia à forma de divisão do trabalho, e que o que converte a um processo de produção em central ou periférico é o grau de monopolização sobre os processos particulares que não os de livre mercado; desse modo, os países com maior número de processos centrais seriam os mais beneficiados do fluxo de mais-valia. Nesse sentido, Braudel (1985), colocaria que os monopólios são em si o capitalismo e esse é o “antimercado”.

Essas premissas facilitam o questionamento das bases da inevitabilidade do progresso na que não cabem outros modelos de produção, se considerou por fim, a possibilidade de que o

progresso seja na realidade mais uma possibilidade do que uma necessária certeza. Desta forma se poderia “incorporar dentro da narrativa da história humana as realidades de aqueles sistemas que tinham sido agrupados sob o título de ‘modelo asiático de produção’” (WALLERSTEIN, 2006, p. 14).

No México um dos autores que mais aprofundou desde a crítica e logo elaborando análise do sistemas-mundo, é Osorio (2017, 2015, 2010). Osorio (2017; 2014) recupera a figura do estado-nação como necessária no processo de mundialização e como mecanismo de autoridade para legitimar os processos de reprodução que requerem matérias-primas, força de trabalho, mercados e investimento.

Se trata, portanto, de uma subordinação em diferentes momentos de expansão, extensiva e intensiva e de reprodução de unidades de capital que permitem superar “as condições climáticas, as estações, a consistência dos solos e capas; as distâncias geográficas, a profundidade das águas, etc.” (OSORIO, 2017, p. 75). Para o autor, a mundialização é mais complexa que somente seus aspectos quantitativos, ele diz “trata-se de um pulo qualitativo na subordinação real do planeta, de territórios e espaços ao capital” (op. cit.).

A forma em que operam os estados-nação é através das políticas económicas, pois regulam e controlam todo o aparato complexo de problemas que o capital necessita resolver: massa de capitais adequados, créditos, juros, capitais estrangeiros, médios de produção no exterior, investimentos, salários, jornada de trabalho, vendas locais e exteriores; enfim tudo o que tem a ver com estes (OSORIO, 2014).

Além disso, Osorio realiza os aspectos epistemológicos dos estudos do sistema mundial, para o autor, a totalidade é uma condição imperativa na análise de sistemas-mundo, pois atribui à “atividade unificante” a capacidade de organizar, hierarquizar e articular a sociedade em determinados momentos históricos. Ou seja, que cria uma dinâmica que a reproduz para se manter no tempo. Por totalidade, Osorio se refere à pretensão de “conhecer o tudo” na vez de “conhecer todo” (crítica ao positivismo) (ibid. p. 23). Portanto se trata de uma visão sistêmica na epistemologia do seu estudo.

Nesse sentido, Osorio, elabora um conceito similar ao de Polanyi de *embeddedness*, pois menciona “No nosso tempo, é a lógica do capital a *atividade unificante* que organiza e articula a vida societal” (ibid. p. 24). Sob essa lógica da dinâmica que reproduz uma unidade -articulada e organizada- por causa da atividade unificante, é que se traz o enfoque a um nível intrassistêmico.

Osorio ainda indica a questão regional nos seus estudos, e como essa dimensão é afetada pelo sistema mundial, nesse sentido, a questão agrária a partir do estudo de dinâmicas tem duas

aristas, uma delas com perspectiva regional, porém, além das fronteiras desta e com base sistêmica. Young (1987) considera nesse sentido, a região integrada numa metaregião, estado-nação ou sistema-mundial, portanto, é uma macro perspectiva.

Outra das aristas é a perspectiva territorial, Fernandes (2008) desenvolve o estudo do agrário como conflito social. Ou seja, considera a *conflitualidade* como característica principal da relação necessária entre os conflitos de terra e desenvolvimento rural. Esta conflitualidade a considera um processo de contradições e desigualdades do capitalismo na dimensão territorial, a denomina com territorialidade do conflito, se refere à compreensão dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

É no campo da geografia política em que se incrementaram os estudos com princípios e lógica da teoria de sistemas. Desde os aportes de Wallerstein (1974) e Arrighi (1994) os autores que consideram a dimensão agrária nas suas narrativas, o realizam a partir de um elemento a mais na economia-mundo.

Grosfoguel (2016) complementa o anterior considerando que “as singularidades de processos globais de mais longa duração e de mais ampla espacialidade” acontecem “para além e para aquém das fronteiras e estruturas ultrapassando-as transversalmente” (p. 155). Se refere aos processos comunitários de longa duração, certamente, conectados a níveis mais amplos, o macro, no sistema. Não deve ser considerado somente o estudo a escalas globais ou de estado-nação, pois se cometeria um “*comunitaricídio*”, homogeneizando grupos bastante distintos.

O anterior pode ser resumido compreendendo que a questão agrária tem passado desde dimensões macro até aquelas mais delimitadas por unidades menores, sem ser micro totalmente; com o tempo aumentariam os enfoques sistêmicos, que não são necessariamente macroperspectivas, senão que consideram ainda as relações a nível de comunidade, mas levando em conta que estão dentro de um sistema mundial. Como se relaciona esta perspectiva de economia-mundo no estudo de uma dinâmica agrária? Isto é o que se quer elaborar como problema. Porém, se quer trazer o estado da questão nos cada vez mais escassos estudos agrários.

1.3.2 Estado da questão

A mais importante limitação da proposta de estudo tem sido trabalhar com literaturas recentes no aspecto socioeconómico da propriedade comunal, embora nos últimos 50 anos do século XX foram abundantes e de grande importância, hoje tem vindo diminuindo consideravelmente. Em primeiro lugar porque no modelo económico cada vez mais a terra

parece ter perdido protagonismo na participação econômica no país e por outro lado porque se têm criado tendências bipolares para explicar problemas de atraso ou desafios rurais. Assim cria-se um grupo homogêneo de agricultura familiar e outro de um setor agropecuário modernizado.

Poderia ser colocado todo um ensaio do porquê tem vindo acontecendo isto, porém, o que importa salientar é que com este trabalho quer-se mostrar que mesmo hoje está vigente a importância, segundo Reyes et al. (1974), da estrutura agrária dentro da complexidade do campo mexicano.

No caso estrito da estrutura agrária na economia mexicana e global, poderia considerar-se que os apontamentos últimos entre fins dos anos noventa e inícios dos anos 2000 continuam vigentes, pois fica claro quando se colocam alguns dados como os trazidos na parte introdutória da apresentação e outros que se apresentam no apartado da metodologia.

Para caracterizar brevemente o que academicamente circula sobre a propriedade comunal ou social, basicamente teríamos quatro tipos de autores. Há aqueles que se dedicam ao estudo histórico dos processos de conformação da estrutura agrária mexicana atual. Estes estudos poderiam considerar-se os que mais relevância têm, e de fácil acesso, o tema principal é a propriedade comunal propriamente dita. Autores como Kourí (2015; 2017a, 2017b), Menegus (2009), Trujillo (2006), Rentería (2011), Dietz (2005).

Outra linha de pesquisa seriam aqueles autores que trabalham com dados estatísticos da estrutura agrária, como Robles (2016), quem inicialmente mostrava dados socioeconômicos específicos da Propriedade Social, porém, nos últimos anos vem trabalhando com dados das unidades de produção familiar. Bárcenas (2017) igualmente no início estava focado na estrutura agrária e povos indígenas, mas os últimos trabalhos do autor abordam os mecanismos jurídicos mediante os quais são alienadas as terras dos povos indígenas. Bórquez (2018) quem estuda a perspectiva jurídica a questão da terra, além disso, as políticas públicas sob o paradigma da questão agrária.

Um terceiro grupo de autores, focam em outros aspectos relacionados com a Propriedade Social sem ser esta o foco principal. Por sua vez há dois tipos de estudos, os que abordam questões de pobreza e marginalização e a situação socioeconômica no setor rural, e os estudos que embora não desconsideram essas realidades, focam no estudo das diversas formas em que as famílias rurais contribuem com a economia, a maioria estabelecidas em terras *ejidales/comunales*.

Além disso, os autores destes estudos salientam a forte implicação das famílias rurais na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, a riqueza cultural associada aos

mecanismos produtivos para autossustentabilidade e caracterização das economias alternativas nas esferas regionais e locais. Entre eles Alarcón (2019), Bassols (2018) y Toledo (2013) entre outros.

Finalmente os autores que propriamente focaram no estudo da Propriedade Social a respeito das pressões sociopolíticas externas e internas, as reformas neoliberais estruturais nos anos 90s e 2000s, sem se afastar do foco jurídico e por vezes econômico, encontram-se Azuela (2011), Calva (1998), Castañeda y Mackinlay (2015), Chacón (2018), de Grammont (1996; 2016) e Warman (2003). A grande maioria deles herdeiros de abordagens clássicas mexicanas como as de Bartra (1972), Palerm (1980), Stanvenhagen (1965) e Wolf (1966).

Estes autores apontavam tanto às circunstâncias enfrentadas pelo “*agro mexicano*” quanto as pressões em que se encontrava sujeita. A continuação se apresenta parte dessa discussão e sua relação com as políticas neoliberais, entanto as possibilidades da estrutura agrária, a propriedade comunal de poder enfrentá-las.

O momento que reconfigurou a propriedade comunal foi o fim da reforma agrária em 1992, é o divisor de águas que marca o passado pós-revolução da configuração atual, iniciada pelo presidente Carlos Salinas de Gortari, incentivando às reformas estruturais como imperativas para a reativação do campo e da modernização do “agro”.

Assim, uma das reestruturações mais importantes foi a reforma do artigo 27º constitucional, tinha a ver com a Propriedade Social da terra, principalmente com a intenção de criar mecanismos de acesso às terras anteriormente blindadas, as que não podiam ser vendidas, alugadas ou traspassadas etc. (CHACÓN, 2014), o que permitiria abrir opções para o crescimento das cidades que já não contavam com espaço (FLORES, 2008); além de dar certeza jurídica aos *ejidatarios/comuneros*, e para fortalecer o trabalho coletivo através da associação e cooperação (Secretaria de la Reforma Agraria, 2006), bem como ser uma das estratégias para superar a crise do campo que acontecia no México desde há várias décadas (WARMAN, 1996).

Contudo, após 20 anos das reformas dessa época, muitos estudiosos concordam que na realidade não houve melhoria no campo como se esperava, pelo contrário, o cenário sobretudo nos *ejidos* e comunidades agrárias há estado conformado por abandono do campo, migração, falta de políticas de apoio direto aos *ejidatários/comuneros* (TRUJILLO, 2009) bem como uma falta de organização entre eles para formar cooperativas e empresas consolidadas e rentáveis, por causa do marco jurídico que regula essas figuras associativas (CHIRINO; KRAMSKY, 2004).

O minifúndio tem sido consequência natural do esquema agrário mexicano, mas um minifúndio que Warman (1996) descreve como esmagador, limitante para o desenvolvimento

e bem-estar do campo, minifúndio não determinado pelo tamanho (a dimensão) senão aquele que se define “porque a produção da terra não basta para sustentar a seus possuidores”, o que poderia somente ser superado pela ampliação da superfície ou pelo aumento da produtividade.

Por sua vez, De Grammont (1996) menciona que o *ejido* deixou de ser a unidade básica de todas as ações no campo, não é mais eficaz, seja por falta de apoio público ou pela diferenciação social no seu interior que gera grupos de interesse contrários.

Fernández (1996, p. 92) coincide com Warman que o “minifúndio constitui o núcleo dos problemas rurais de pobreza, improdutividade e degradação dos solos e recursos agroecológicos”, defende a ideia de que o setor mais marginalizado por causa da estrutura agrária são os diaristas que não podem ter direitos de propriedade, nem direitos laborais permanentes. O autor propõe uma estrutura “unimodal” na que “um pequeno proprietário ou *ejidatario* teriam condições de produção e um tratamento igual perante a lei que os tornaria indistinguíveis.

De Grammont (1996) descreve uma estrutura bimodal no campo: por um lado “um campo empresarial, moderno e competitivo no mercado internacional, por outro, o camponês atrasado e de subsistência, apoiado por limitados programas contra a pobreza”. Com as políticas neoliberais se dividiria em três “as terras comerciais para produção agropecuária-florestal; as terras de autossuficiência, e as terras improdutivas” (p. 109-110).

De forma similar, Fernández (1996) classifica o sistema agropecuário em duas formas de produção, as explorações de autoconsumo e as explorações comerciais, no entanto, difere que sejam consequência das políticas neoliberais, pelo contrário, supõe que essas, sobretudo as de abertura comercial, poderiam levar a uma adequada integração das pequenas explorações agrícolas (ibid. p. 89):

No solamente afirmamos que las pequeñas explotaciones agrícolas tienen viabilidad, sino más todavía, que son la clave para reanimar productivamente al campo y, a la vez, atender las necesidades nacionales de combatir la pobreza, generar empleos y reactivar el mercado interno. Además, las pequeñas unidades de producción ahora con múltiples posibilidades de asociación y de hacer agricultura de contrato, pueden integrarse hacia adelante en la cadena producción-distribución y así enfrentar los desafíos de la apertura económica y del Tratado de Libre Comercio (TLC).

Trujillo (2009) considera que o inibidor do desenvolvimento rural no México é o *ejido*, em vez das reformas estruturais de 1992, para o autor, fatores como a venda, alugação ou migração aconteciam desde antes e vinham em aumento.

Finalmente pelo lado do campo jurídico, os estudos problematizam nas definições, nas reformulações agrárias e câmbios de lei, para Castañeda e Mackinlay (2015), a Propriedade

Social deixou de existir para passar a ser um tipo de propriedade mancomunada transitória no caso do *ejido*; e um tipo de propriedade comunal no caso da comunidade agrária que não enquadra com a propriedade privada, nem com a Propriedade Social, porém, os autores chamam a atenção à aplicação da lei:

[...] esto no significa que en la práctica las cosas se hagan u ocurran necesariamente como la disposición señala; lo cual no debe extrañar a nadie si se considera que nuestro país es pródigo en ejemplos de la disociación que con frecuencia surge entre lo que dispone la norma jurídica, el sentido en que ésta se aplica y la realidad que presumiblemente regula. (CASTAÑEDA; MACKINLAY, 2015, p. 73).

Estes autores, chamam a atenção a um campo de estudo que não tem sido explorado pelos especialistas em legislação agrária, pelo contrário, investigadores de outras disciplinas têm ido introduzindo-se, ficando um grande campo, todavia por ser incursionado, ressaltando que “os resultados serão uma valiosa ajuda para que quem estabelecem e aplicam leis em matéria agrária” (ibid. p. 74).

1.3.3 Elaboração do problema

Em geral os autores já consideram o ambiente externo ao país como elemento ou fator que incide sobre a dinâmica agrária, sob a premissa que considera a economia de qualquer espaço geográfico inserido numa economia-mundo, se constrói o trabalho de tese, além disso, o estudo da Propriedade Social poderia ser visto desde a perspectiva do pensamento sistêmico.

Até este ponto, segundo todo o anterior, o problema é o estudo Propriedade Social na atualidade e após vinte anos das reformas estruturais, segundo os seguintes elementos considerados:

- o aumento de perspectivas sistêmicas que explicam os processos de subordinação das economias locais e nacionais (OSORIO, 2017) a uma economia-mundo que tem reconfigurado ainda as relações sociais, as que se encontram embebidas nas relações econômicas, sobretudo as de perspectiva macro sistêmica;
- portanto, a elaboração do problema da Propriedade Social deve ter em conta a influência sobre “as práticas concretas do dia a dia no campo” (CASTAÑEDA, 2018), especialmente em terras parceladas;
- o estudo da atividade unificante, que organiza, hierarquiza e reproduz um sistema num período determinado, proposto por Osorio (2014);

- nesse sentido, e considerando a importância das causas históricas na análise de sistemas-mundo, se considera necessária a discussão sobre a origem da Propriedade Social relacionada com a propriedade comunal.

Portanto, a primeira hipótese é que é possível incorporar o pensamento sistêmico para o estudo da Propriedade Social, mediante uma proposta de método que aplica ferramentas que permitem organizar um problema como sistema, e considera pelo menos o estudo de três dinâmicas agrárias relacionadas a três momentos históricos:

1. a dinâmica agrária originária pré-hispânica
2. a dinâmica agrária durante o período de reforma agrária
3. a dinâmica recente e após vinte anos das reformas estruturais

A segunda hipótese é que conhecendo a atividade unificante que gera, organiza e mantém no tempo um sistema é possível determinar a estrutura da dinâmica agrária num período. É possível associar certos conceitos de ferramentas do pensamento sistêmico para identificar esta atividade.

A terceira hipótese está relacionada com esses três momentos: se considera que cada dinâmica que antecede à anterior, permite identificar elementos pelos quais os sistemas ou dinâmicas se justapõem não havendo na realidade uma transformação de ruptura desses elementos, senão que se adaptam tanto às reformas agrárias e jurídicas quanto à dinâmica econômica interna e externa aos sistemas.

O anterior permite elaborar três objetivos específicos, que foram estudados com o método proposto para avaliar e concatenar os resultados dos momentos determinados para o estudo de cada um:

- estudar a origem da Propriedade Social sob a premissa da propriedade comunal das sociedades pré-hispânicas e contribuir à discussão epistemológica entre os dois conceitos;
- discutir as bases que configurariam a estrutura da Propriedade Social no período pós-revolução e durante o período conhecido como “desenvolvimento estabilizador”;
- estudar as práticas concretas no dia a dia nas terras parceladas dos n.a. para revisar os efeitos das reformas estruturais de 1992 e compreender a dinâmica atual.

1.4 METODOLOGÍA

Para Foerster (2007) são três os pilares conceituais do pensamento sistêmico, a cibernética -aspecto causal-, o construtivismo -epistemologia do problema na realidade-, e a hermenêutica -interpretação-; porém, Imaz (2011) adiciona o pensamento complexo como método para a realização do pensamento sistêmico.

Segundo Boardman et al. (2009) há três áreas que foram desenvolvidas antes de se formar o pensamento sistêmico, estas são a engenharia de sistemas, a ciência da complexidade aplicada e a metodologia de *soft systems*. No entanto, embora tenha surgido o paradigma do pensamento sistêmico no campo da engenharia de sistemas, tem sido mediante a desconstrução do elevado positivismo das ciências que operam nela que se viu fortalecido e ampliado. Os trabalhos prévios tanto de Bateson (1972) quanto de Foerster (2007) contribuíram na reformulação epistemológica de base neste campo, mediante a complexidade que seria aprofundada por Morin (1998).

Embora sejam campos que vêm se desenvolvendo provavelmente durante séculos, alguns dos autores no século passado lhe deram formalmente uma introdução e metodologia. O predecessor imediato do pensamento sistêmico foi Forrester (1969) com dinâmica de sistemas; Senge (1990) com sua contribuição metodológica conhecida como *causal loops* no campo empresarial, propus aliás, o pensamento sistêmico como quinta disciplina e o pensamento de retroalimentação com arquétipos ciclo-causais (RICHARDSON, 1994).

Nessa abordagem Senge (2006, p. 94), define sistema como “totalidade percebida cujos elementos se aglomeram porque se afetam reciprocamente no tempo e com um propósito em comum”. Edson (2008, p. 6) por sua vez, especifica que os sistemas além de ser um conjunto de dois ou mais elementos, deve cumprir três condições:

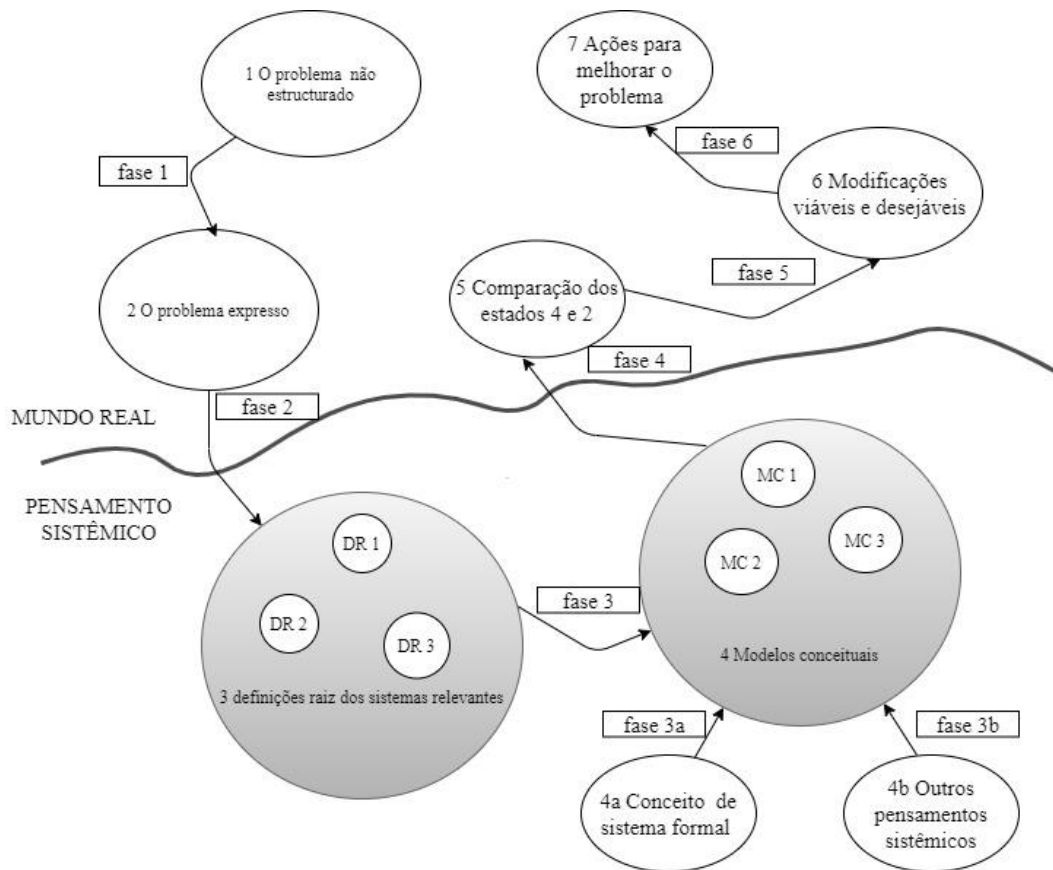
- i. o comportamento de cada elemento tem um efeito no comportamento do todo;
- ii. o comportamento dos elementos e seus efeitos no todo são independentes;
- iii. os elementos dum sistema estão tão conectados que subgrupos independentes não podem ser formados.

Entretanto, o pensamento sistêmico possibilita a construção de sistemas mediante a elaboração de problemas, ou seja, o problema definido -de qualquer natureza- e pode ser organizado como sistema para sua compreensão, estudo e conseqüentemente para resolvê-lo (BOARDMAN et al. 2009).

Checkland (1981) sugere uma metodologia para os *soft systems*, isto é, para aqueles que surgem da elaboração de um problema de natureza social, econômica e sobretudo

organizacional. O presente trabalho teve com guia o modelo de Checkland (figura 3) junto com o proposto por Edson (2008) das fases investigativas de síntese, análise e indagação (figura 4).

Figura 3 – Metodologia para *soft systems* de Checkland.



Fonte: Adaptação do modelo de Boardman; Saucer, 2008, p. 81.

Este método consiste em sete estágios com seis fases. O primeiro estágio, se tem o problema não estruturado, ou seja, identificado sem estar elaborado propriamente; a partir disso, na primeira fase se obtêm toda a informação possível da situação para poder elaborar o problema no segundo estágio. Com o problema definido e a informação acumulada se determinam as definições raiz, referindo-se a conceitos que caracterizam o problema, que conseqüentemente serão utilizados na construção de modelos (CHECKLAND, 1981).

Essas definições raiz expressam a estrutura da definição do problema, resultado da primeira fase; durante a terceira fase essa informação pode ser elaborada em modelos conceituais que descrevem o problema como sistema, seja mediante o modelo formal de Checkland ou mediante outros processos de pensamento sistêmico. Os modelos conceituais são testados mediante a comparação com o problema elaborado inicialmente, depois no sexto

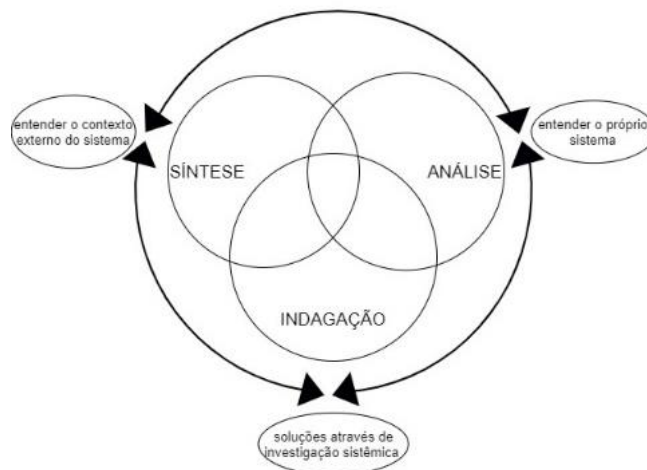
estágio, se propõem modificações ao problema e finalmente se realizam melhoras (BOARDMAN; SAUCER, 2008).

Esta metodologia foi adaptada e melhorada por John Boardman, Brian Saucer e Robert Edson, que buscam a sistematização do campo de estudo do pensamento sistêmico, de modo tal que possa aplicar-se à grande variedade de métodos desse paradigma em qualquer tipo de elaboração sistêmica (figura 4). A síntese e a análise representam a primeira aproximação com a definição mediante o pensamento sistêmico, Edson (2008, p. 5) descreve da seguinte forma:

A síntese é armar, avaliar o sistema como um todo e entendê-lo no seu entorno. Em síntese, o ‘todo contendor’ é o foco. Na análise, o sistema se separa e se compreende em suas partes, comportamento e atividades. [...] a indagação, reflete a segunda parte da definição do pensamento sistêmico: obtenção de soluções através da investigação sistêmica.

Esses elementos são sinérgicos e iterativos, isto é, que cada um é necessário; por outro lado podem repetir-se as vezes que seja necessário no processo de definição do pensamento sistêmico ao problema elaborado.

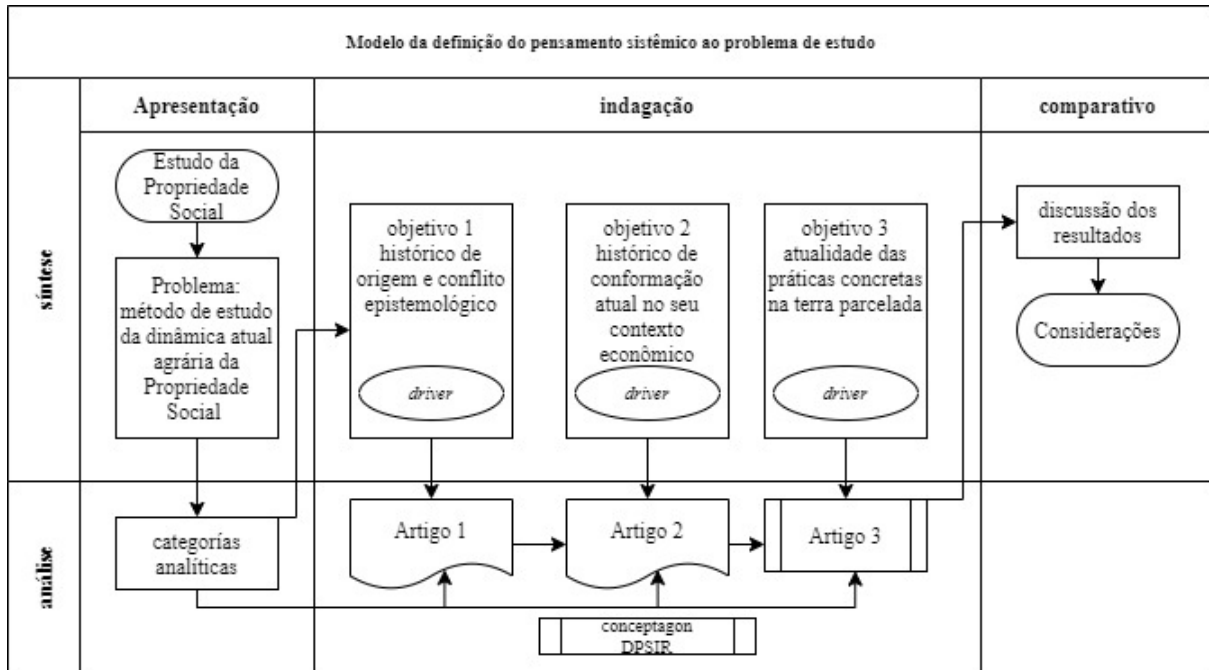
Figura 4 - Sinergia iterativa do processo de definição do pensamento sistêmico



Fonte: adaptação del modelo de Edson, 2008, p. 6

Na figura 5 se apresenta o processo metodológico desta investigação incorporando os elementos anteriores.

Figura 5 - Fases da investigação e metodologia proposta



Fonte: própria, 2021.

O trabalho foi realizado aplicando duas ferramentas para o estudo de sistemas, o *conceptagon* (BOARDMAN; SAUCER, 2008; EDSON, 2008) para a elaboração do problema de cada um dos objetivos específicos; e para a conversão desses sistemas se aplicou o marco causal DPSIR (*driving, pressures, state, impacts, responses*), pois embora seja uma metodologia aplicada para o estudo dos impactos ambientais, se propõe seu uso na organização da informação gerada no *conceptagon* para o design de modelos conceituais, pois, se busca explicar o elemento de cada um desses sistemas que os gera, unifica, hierarquiza e organiza como tais, isto é, a atividade unificante. Razão pela qual, neste trabalho, se denomina *driver* segundo a ferramenta do DPSIR. A descrição das ferramentas metodológicas é apresentada nos seguintes capítulos, pois têm sido explicados em cada artigo elaborado.

Além disso, cada objetivo específico gerou um artigo para publicação, portanto, a tese está organizada seus capítulos em: apresentação, com a introdução do tema, a revisão bibliográfica e o objetivo de estudo; nos capítulos 2-4 se apresentam os artigos 1, 2 e 3, que por sua vez correspondem a cada objetivo específico; e finalmente o capítulo 5 com a discussão dos resultados, e o capítulo 6 com as considerações finais.

2 ARTIGO 1. ENFOQUE SISTÉMICO DE LAS FORMAS DE ACCESO A LA TIERRA EN LA SOCIEDAD PREHISPÁNICA NÁHUATL¹

SYSTEM APPROACH TO THE FORMS OF ACCESS TO LAND IN PRE-HISPANIC NAHUATL SOCIETY

Alida Corey Arango Cruz

Mestra em Extensão Rural – Universidade Federal de Santa Maria
 Candidata a Doctora en Extensão Rural – Universidade Federal de Santa Maria
 Institución: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-PPGExR)
 Dirección: Prédio 44, sala 5209, Av. Roraima no. 1000, Bairro Camobi, Santa Maria, RS.
 E-mail: alidacorey@gmail.com

Vicente Celestino Pires Silveira

PhD in Resource Management – University of Edinburgh
 Institución: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-PPGExR)
 Dirección: Prédio 44, sala 5209, Av. Roraima no. 1000, Bairro Camobi, Santa Maria, RS.
 E-mail: vcpsilveira@gmail.com

RESUMEN

Se ha asociado constantemente la Propiedad Social de México con la propiedad comunal de las sociedades prehispánicas, sin embargo, existe un conflicto epistemológico en cuanto a la noción de propiedad en los mecanismos reales de acceso a la tierra en estas sociedades. Este trabajo aborda por un lado este conflicto epistemológico de propiedad, y por otro una propuesta de método para comprender problemas planteados vistos como sistema; combinando dos métodos de enfoque de sistemas: el conceptagon y DPSIR. El sistema de acceso a la tierra náhuatl corresponde con uno de no-propiedad basado en la detentación condicionada de la tierra, lo que contribuye parcialmente en la resolución del conflicto epistemológico y por otro lado en la desmitificación de la propiedad comunal de las sociedades prehispánicas.

Palabras-clave: Propiedad comunal. Prehispánico. Propiedad Social. Conceptagon. DPSIR.

ABSTRACT

The Social Property of Mexico has been constantly associated with the communal property of pre-Hispanic societies, however, there is an epistemological conflict regarding the notion of property in the real mechanisms of access to land in these societies. This work addresses, on the one hand, this epistemological conflict of property, and on the other, a proposed method to understand problems posed seen as a system; combining two systems approach methods: the conceptagon and DPSIR. The Nahuatl land access system corresponds to one of non-ownership based on the conditional possession of the land, which partially contributes to the resolution of the epistemological conflict and, on the other hand, to the demystification of the communal property of pre-Hispanic societies.

Keywords: Communal property. Prehispanic. Social Property. Conceptagon. DPSIR.

2.1 INTRODUCCIÓN

La Propiedad Social de México tiene por base un largo proceso de reconfiguraciones agrarias sobre la propiedad de la tierra que se remonta hasta los tiempos prehispánicos. Desde las descripciones de los grandes cronistas hasta los

¹ Artículo publicado en revista Brazilian Journal of Development, vol. 7, núm. 8, 2021. ISSN: 2525-8761

clásicos agrarios mexicanos se ha asociado la Propiedad Social a la propiedad comunal de los pueblos originarios, la cuál ha sido estudiada y descrita, siempre desde una epistemología occidental, positiva y jurídica.

En la última década han aumentado los estudios de historiadores que cuestionan los procesos históricos que describen la formación de la Propiedad Social desde la comunalidad prehispánica asociadas al *calpulli*, *altépetl*, etc., hasta los complejíssimos largos procesos de conformación de la propiedad privada iniciando con las cédulas reales, capitulaciones, mercedes de tierras, recomposición saneadora; y, todas aquellas formas internas a las comunidades y localidades que en sus propias especificidades conforman el debacle con respecto a lo que ha sido la historia agraria.

Estudiar la Propiedad Social de México requiere comprender el fondo de ésta, aquello que hace parte de su evolución histórica y que justifica su existencia, como lo es la propiedad comunal; por lo que es necesario situar el estudio en la estructura del sistema de propiedad prehispánico.

En las últimas décadas, así mismo, han crecido las posibilidades de enfoque para comprender procesos, problemas, en fin, objetos de estudio; así, el pensamiento sistémico ha tenido grandes contribuciones metodológicas que cuando aplicadas a las relaciones sociales y económicas, facilitan la simplificación de éstas.

Desde Bertalanffy (1976) y Maturana y Varela (1980), ha ido en aumento los avances en las discusiones epistemológicas del pensamiento sistémico; así como ampliándose su campo de aplicación y surgido innumerables formas de método para estudiar los problemas de estudio. Dentro de éstas se destaca el método del conceptagon propuesto por Boardman et al. (2009) para estudiar problemas planteados como sistemas; así mismo dentro de las contribuciones que vendrían a tener auge a partir del interés por la sustentabilidad del ambiente, se encuentra el marco DPSIR (drivers-pressures-forces-impacts-responses) empleado para entender un sistema ambiental afectado o modificado a través del tiempo por las presiones ejercidas por el ser humano (OECD, 2003).

El DPSIR ha ido más allá de su aplicación para entender problemas ambientales, dada su facilidad en el proceso de identificación de los componentes generales que conforman un sistema y sus relaciones causales, es frecuentemente

utilizado para el diseño de modelos conceptuales lo que posibilita aplicarlo para entender un ambiente no necesariamente ecológico y si, económico-social (COOPER, 2013).

Para desarrollar este enfoque metodológico, en primer lugar, es necesario asumir la propiedad como problema histórico (CONGOST; LANA, 2007) dado su constructo agrario según los clásicos agrarios: Marx (2015), Lenin (1982), Kautsky (1972); que vendría a derivar en las estructuras agrarias por las que se estudia la propiedad de la tierra.

El problema que se plantea es la propiedad comunal o las formas de acceso a la tierra de los pueblos prehispánicos, visto como un sistema, destacando sus componentes y relaciones entre éstos; puesto que el sistema “mantiene su existencia y funcionamiento como un todo a través de las interacciones de sus partes” (LIÉVANO; LONDOÑO, 2012) y aun cuando el concepto de “propiedad” tenga sus límites al ser empleado en contextos históricos prehispánicos (NOEJOVICH, 1992; 2003; 2006).

Siguiendo los principios básicos del pensamiento sistémico según Liévano y Londoño (2012), este trabajo se compone de la articulación del problema, el análisis de sistemas y el uso de modelos. De esta forma, se proporciona tanto una propuesta de método que permita ser adaptada para entender problemas u objetos de estudio como para ilustrar los mecanismos por los que operaba y se mantenía en relaciones de causa y efecto, la estructura agraria de los pueblos originarios.

Por lo tanto, se presenta una estructura conceptual que integra los principios de pensamiento sistémico en dos herramientas de análisis, primero en la definición del sistema y sus componentes mediante el conceptagon (Boardman *et al.*, 2009) y en un DPSIR que combine las relaciones causales en un modelo conceptual para comprender la estructura por la que operaba y se mantenía el acceso a la tierra en los pueblos originarios en el Altiplano Central de México, relacionada académicamente con la propiedad comunal.

2.2 ARTICULACIÓN DEL PROBLEMA

2.2.1 La propiedad comunal como origen de la Propiedad Social

Antes de abordar la asociación entre estas nociones, es importante mencionar que existe un debate actual sobre el concepto en sí de propiedad de la tierra; debate que se profundiza aún más cuando éste es utilizado para referirse a los modos en que sucedía en las sociedades precolombinas el acceso a la tierra.

A pesar de los grandes esfuerzos de muchos autores por poner en cuestión el concepto de propiedad y el de tenencia de la tierra para evidenciar la discrepancia del derecho positivo con el ejercicio real de las relaciones hombre-tierra, terminan encuadrando la idea en la propia episteme legal. Congost y Lana (2007), contraponen la propiedad-metáfora de la propiedad-realidad histórica; cuestiona el concepto, propone el uso de “derechos de propiedad” y el desuso de propiedad de la tierra; derechos de propiedad entendidos como las prácticas de uso y disfrute de la tierra sea o no regulados en leyes, y sea que éstas cambien a través del tiempo o no.

Epistemológicamente, otros aportes conceptuales tienen el mismo sentido (CASTAÑEDA, 2018; FAO, 2003; HINOJOSA, 1981), sin embargo, lo importante viene cuando según Congost y Lana (2007), se asume la propiedad como problema histórico; aunado a que en México coexiste un conflicto epistemológico.

En ese sentido, Noejovich (1992; 2003) complejiza estas ideas en su trabajo para comprender la idea de propiedad, en su origen, como en su aplicación de esta noción al interpretar la organización de las sociedades precolombinas. Llama la atención en primer lugar al proceso de replicación en el que se fue transmitiendo la idea de propiedad comunal desde las primeras descripciones por españoles, por la que asegura que la “calidad” de la fuente favoreció la apropiación de esta idea en estudios posteriores.

En el caso específico de Mesoamérica, han tenido importancia historiográfica las descripciones de Hernán Cortés, la escritura pictográfica y principalmente los grandes cronistas: Alonso Zorita -abogado-, Bernal Díaz del Castillo -soldado- y Bernardino de Sahagún -religioso-; siendo que en estudios posteriores sobre tenencia de la tierra se le dio gran importancia a Zorita, quien difundió la noción de propiedad comunal (NOEJOVICH, 1992; REYES, 1996).

La idea generalizada que se tiene como origen de la propiedad social, vendría a ser primero su aproximación con la propiedad comunal durante el periodo de independencia y la colonización; es decir, el trato jurídico que tuvieron las prácticas concretas de uso y usufructo

en sus territorios las comunidades descendientes de las sociedades precolombinas; las que, a su vez, fueron interpretadas mediante la aplicación de la lógica de propiedad occidental.

Los cronistas, así como algunos estudiosos del origen de la propiedad comunal han tenido una dificultad para explicar ésta en su contexto y momento histórico; la gran mayoría asocia la idea de propiedad comunal con el *calpulli* de las sociedades precolombinas.

Este *calpulli* ha sido tratado de diversas maneras; desde una simple traducción a “barrio” por Zorita (1891), es decir, una unidad territorial, a la que además le atribuía el carácter de igualitaria; hasta por explicaciones más complejas en las que sobresale la de Carrasco (1976) que liga la noción en cuestión a un sistema de casas nobles o *tecalli*; y las de Reyes (1996) y Pinchetti (1972) que describen el *calpulli* primero como un segmento de una organización social y territorial mayor llamada *Altepetl*, luego como persona moral y como un clan dentro del sistema tribal para finalmente afirmar que no hay una relación directa entre la propiedad comunal y el *calpulli*.

Si hubo o no una relación directa con la concepción de propiedad comunal y el *calpulli*, o con las formas de acceso a la tierra en los pueblos originarios durante el primer siglo de la colonización, pasa a segundo término sin dejar de ser relevante, puesto que a partir de la asociación de éstas nociones, desde hace cuatro siglos, se ha consolidado tanto en el imaginario mexicano (DIETZ, 2005; ROUX, 2011) como en las transformaciones jurídicas e institucionales; primero durante el periodo independiente de México y luego con la Revolución Mexicana (KOURÍ, 2015; 2017a, 2017b; ZÚÑIGA; CASTILLO, 2010).

Teniendo en cuenta estos conflictos que derivan por comprender la Propiedad Social en su origen, es posible comprender en primer lugar, esta propiedad comunal y/o las formas de acceso a la tierra de los pueblos prehispánicos, simplificándola mediante el pensamiento sistémico sin dejar de lado su naturaleza altamente teórica.

2.3 PENSAMIENTO SISTÉMICO, CONCEPTAGON Y DPSIR

A partir de la Teoría General de Sistemas, se desarrollaron tres pilares que conformarían la base en la que se ha desenvuelto el pensamiento sistémico, según Boardman et al. (2009) son Ingeniería de Sistemas, Metodología de *soft systems* y la ciencia de la complejidad aplicada. Así mismo los autores señalan que el pensamiento sistémico se definiría por ser un “cuerpo de conocimiento, pragmático y de principios que puedan servir para analizar, sintetizar e investigar ‘sistemas de interés’, independientemente de su dominio” (BOARDMAN et al., 2009, p. 1).

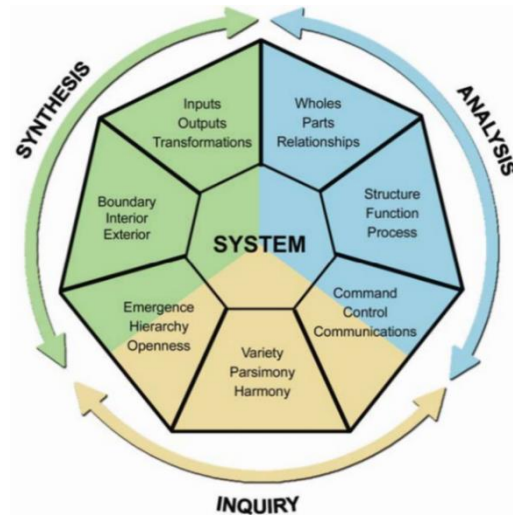
Edson (2008, p. 5) menciona que el pensamiento sistémico “es un proceso ordenado y metodológico para comprender problemas e identificar soluciones a éstos”. Según Boardman et al. (2009), se tiene cada vez más consciencia de que los problemas son sistémicos; en ese sentido, Edson (2008, p. 7) señala que un sistema puede tomar la forma de problema puesto que éste tiene un contexto interno y externo, es para el pensamiento sistémico “esencialmente un sistema con una propuesta de valor crítica adjunta”.

Un sistema puede ser cualquiera que sea el interés del profesional de sistemas, a lo que denomina SoI - “system of interest”; puesto que el pensamiento sistémico ha sido empleado en diferentes áreas del conocimiento (BOARDMAN et al., 2009). Es por esta razón que su aplicación es *ad hoc*, lo que frecuentemente hace carecer de un marco analítico de principios que unifiquen investigación con los avances científicos de diferentes áreas (McGEE; EDSON, 2010).

Boardman *et al.* (2009), proponen un método para analizar, sintetizar e investigar en los componentes y procesos que integran un sistema cualquiera (SoI) al que han denominado conceptagon, un marco que según Edson (2008 p. 31) permite “tanto evaluar un problema visto como sistema -síntesis y análisis-, como método que resuelve el problema del proceso sistémico de investigación”; es así mismo una poderosa herramienta conceptual según McGee y Edson (2010).

Se trata de una matriz de ordenamiento que sigue una secuencia lógica e intuitiva para determinar las partes de un sistema (véase figura 1), según Boardman et al. (2009) no hay un método prescriptivo en sí, lo que da libertad para tratar el SoI con cualquier forma de aplicar los tríplices del conceptagon. Debido al límite extensivo del trabajo, no se detalla el proceso del conceptagon como tal, sin embargo, más adelante se desenvuelve para el caso propuesto.

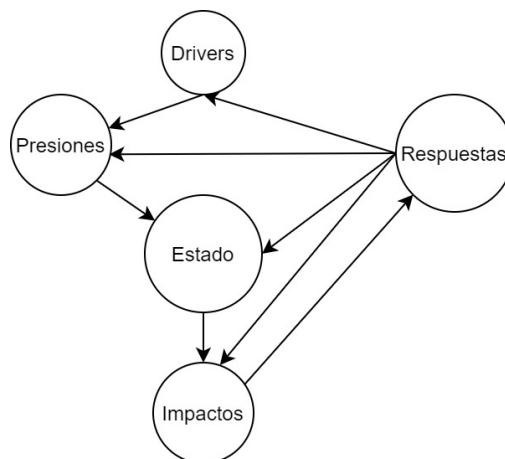
Figura 1 - Marco analítico "Conceptagon".



Fuente: Edson (2008)

A su vez, el DPSIR -driving-pressures-state-impacts-responses-, es una herramienta que ayuda a organizar la información que opera en un sistema (véase figura 2). A diferencia del anterior, este marco trabaja a partir de indicadores que componen las variables del sistema. Sin embargo, facilita la presentación de las relaciones causales e interacciones entre los componentes de un sistema (KRISTENSEN, 2003).

Figura 2. Marco DPSIR



Fuente: adaptación de la figura Smeets y Weterings (1999, p. 6)

En este trabajo estos elementos del DPSIR son tratados por las variables que conforman el sistema en conceptos que arremeten a las características identificadas en revisión literaria sobre propiedad comunal prehispánica; pues se considera que cualquier SoI, se compone así mismo de un "estado" provocado por una necesidad o *driver* que a su vez se ve afectado por

presiones y que genera impactos y respuestas permitiendo que el sistema se mantenga en el tiempo.

2.4 ANÁLISIS DEL SISTEMA

2.4.1 Límites del sistema internos, externos

Siguiendo a Boardman et al. (2009), el límite está dado por el nombre del sistema; el acceso a la tierra en las sociedades prehispánicas nahuas. Por lo tanto, el límite externo vendría a ser aquello que no corresponde al sistema de acceso a la tierra, aunque sea parte de estas sociedades. En la figura 3, se esquematiza los aspectos que se tienen en cuenta en el sistema y que se desarrollan más adelante; los límites se consideran permeables puesto que los aspectos externos inciden en mayor o en menor medida sobre el sistema.

Figura 3 - Límites del sistema internos y externos.



Fuente: Org. por los autores, 2021.

El sistema está contenido a primera instancia por elementos de suma importancia historiográfica para entender a las sociedades prehispánicas; el *altepétl* -reino- es la estructura organizadora y que conjunta unidades más pequeñas y/o *calpullis* en un reino o reinos (DYCKERHOFF; PREM, 1976; LOCKHART, 1999). El *calpulli/tlaxilacalli*, en la gran diversidad de acepciones, es visto como una unidad central en la estructura territorial (*tlaxilacalli*) y como una estructura social (*calpulli*) y que existían transversalmente en diferentes *altepétl* a diferentes niveles (JOHNSON, 2018). Por otro lado, hacen parte del sistema las formas de asignación de tierras, las condiciones para su acceso y las formas de transmisión del acceso a la tierra.

Algunos aspectos que hacen parte de las sociedades prehispánicas pero que no forman parte inmediata del sistema se encuentran por fuera de los límites, como la organización social, las creencias religiosas, la composición étnica, elementos del ambiente; y principalmente el mercado y la economía natural, puesto que está asociado el desarrollo de propiedad de la tierra paralelamente con el desarrollo del mercado (POLANY, 2007).

2.4.2 Entradas, Salidas, Transformaciones

Este triplete hace parte de la síntesis del sistema, proporciona una visión de alto nivel en cuanto al comportamiento (McGEE; EDSON, 2010). Los elementos que ingresan al sistema como entradas se refiere a los diferentes niveles de la necesidad de acceso a la tierra. En el sistema estas necesidades son transformadas a elementos de una dimensión limitada y específica en asignación de su función. Así, estos niveles en el sistema mantienen una dimensión únicamente estamental: con una tributación específica, y una meta que condiciona a las entradas de nivel individual, familiar y de comunidad (*chinamitl*) a la producción obligatoria y de acuerdo con la tributación asignada (véase Figura 4).

Figura 4 - Entradas y salidas del sistema



Fuente: Org. por autores, 2021.

El *chinamitl*, es el nombre con que se designa a la agrupación más pequeña en comunidad, un conjunto de éstos forma un *calpulli* (REYES, 1996; SMITH, 1992). El *coatéquitl/tequitl* es una forma de participación en la división de trabajo en el que todos desde el *macehual* -estamento de la gente común- hasta el rey y los señores *-pilli*, nobles- debían de participar (CARRASCO, 1989; 1994; NOEJOVICH, 1992).

Estas transformaciones asignadas derivan en las salidas del sistema, o sea, una clasificación muy generalizada de acceso a la tierra y que son nominadas como *pilalli*, tierras de la nobleza y *calpulalli* las tierras de los *calpulli/tlaxilacalli* en diferentes niveles de segmentación territorial (CARRASCO, 1994). Según el tipo de tributación asignada a un estamento, pueden las tierras ser referidas con nombres más variados y específicos

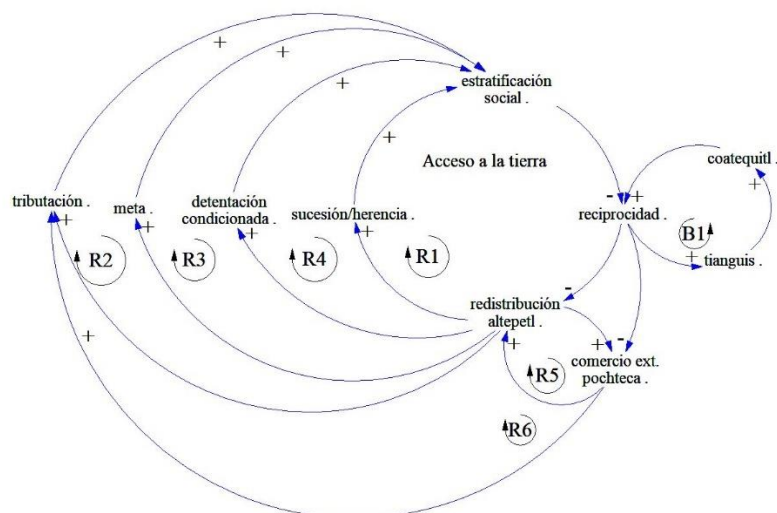
(CARRASCO; 1989). A partir de las salidas es posible delinear el sistema; es decir las transformaciones; las que se detallan en los tripletes siguientes.

2.4.3 Totalidades, Partes, Relaciones; Comando, Control, Comunicaciones

El acceso a la tierra está controlado por la economía natural náhuatl, aunque contaba con un mercado incipiente, presentaba una complejidad elevada en los mecanismos de la sustantividad (POLANY, 2007). Esta economía está representada por la redistribución y la reciprocidad (CARRASCO, 1994); el *altepetl* mediante su forma de gobierno, concentra y controla la mayoría de las formas de redistribución principalmente la tributación, la meta, la detentación condicionada y la sucesión o herencia para el acceso a la tierra (NOEJOVICH, 1992) (veáse Figura 5).

Estas formas son jerarquizadas y comandadas por la estratificación social (SMITH, 1993) que limita a la reciprocidad: el *tianguis* o el intercambio -forma tradicional de mercado público- (ROJAS, 1986), y en menor medida algunas formas de *coatequitl* consideradas como parte de la tributación, pero a niveles del *tlaxilacalli* y del *chinamitl*. Así, los controles del sistema, y el comando se representan en bucles de refuerzos (R's), en tanto que los bucles con dirección contraria son los elementos de equilibrio (B's).

Figura 5 - Relación de las partes del sistema



Fuente: Org. por autores, 2021.

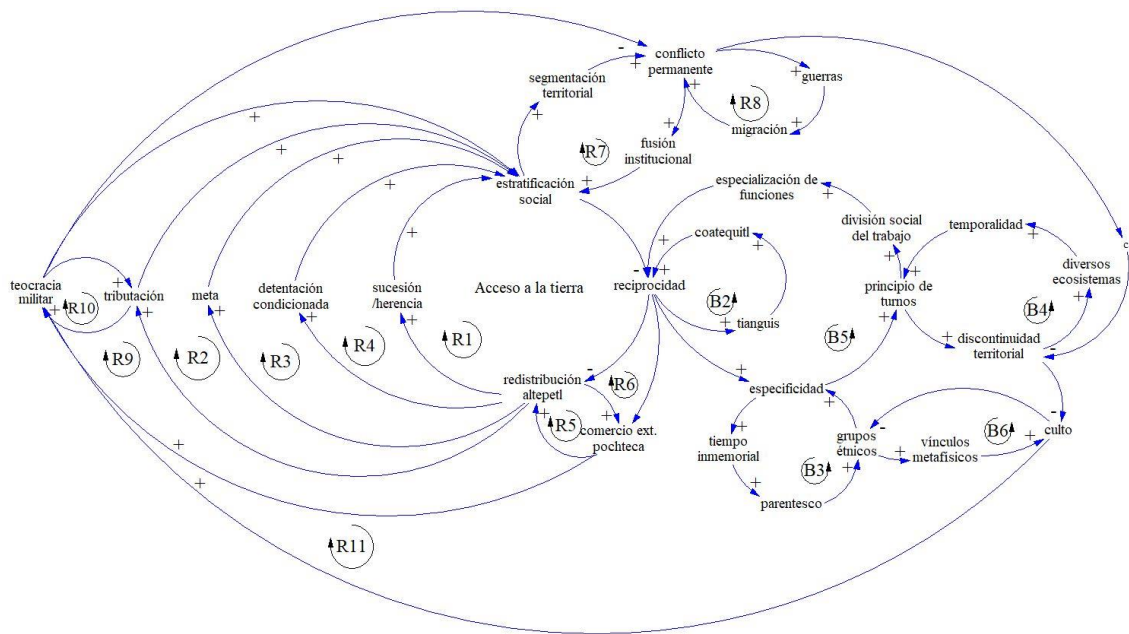
Un aumento de la actividad del *coatéquitl* y por lo tanto de los *tianguis*, incrementaría el nivel de la reciprocidad en el sistema, convirtiéndolo en un comando; sin embargo, el aumento de la estratificación social, que a su vez está determinado por las incidencias de la

tributación, la meta, la detentación condicionada y la sucesión/herencia; controla los niveles de la reciprocidad.

Como se está tratando con las formas del mercado relacionadas con el acceso a la tierra, Chapman (1957) y Noejovich (1992; 1993), mencionan que la estructura correspondiente al comercio internacional es la de los *pochtecas* -mercaderes y generales militares-; aunque parezca fuera de lugar en estos tripletes, es importante más que por su relación económica, por su trascendencia en la expansión del imperio azteca; por lo que un aumento de éste en el *calpulli/tlaxilacalli* significaría una forma de control de la reciprocidad.

Estas variables pueden ser entendidas así mismo a partir de sus causales, lo que aumenta el esquema anterior y proporciona una primera aproximación con el sistema en sí. Éstas se definen siguiendo la lógica de la transformación, pero vista a partir del triplete de límites (véase Figura 6).

Figura 6 - Partes y relaciones de las variables del sistema de acceso a la tierra.



Fuente: Org. por autores, 2021.

Los refuerzos del sistema se han explicado parcialmente en la figura 5; ahora bien, los causales de equilibrio del sistema están determinados por la transformación en primer lugar de la percepción del ambiente en el manejo de diversos ecosistemas característico de estas sociedades, por lo que aumenta la dimensión del tiempo en función de los ciclos naturales (NOEJOVICH, 1992) y por lo tanto se genera un principio de turnos (CARRASCO, 1994) que

por un lado incrementa la discontinuidad territorial (NOEJOVICH, 1992), y por otro aumenta y conduce la división social del trabajo.

Esta división del trabajo, a medida que aumenta, hay más especializaciones (CARRASCO, 1994) y por lo tanto especificidad a nivel del *calpulli* (JOHNSON, 2018); ésta lo define, por lo que su aumento conlleva a la asociación de los grupos étnicos con ecosistemas específicos desde tiempos inmemoriales (REYES, 1996), fortaleciendo relaciones de parentesco y a su vez, definiendo grupos étnicos en *calpullis/tlaxilacallis* que componen el *altepetl(s)* o agregaciones menores. El aumento de grupos étnicos favorece la diversidad de vínculos metafísicos que dan origen a las formas de culto de éstos, cuyo aumento homogeniza la identidad a nivel de grupos étnicos.

Estos causales se refieren a los mecanismos del sistema que actúan en dirección opuesta de los refuerzos del sistema, son la razón por la que emerge el sistema como tal y jerarquiza la estructura. Por el lado de los refuerzos, a partir del mecanismo de comando, se controla mediante la segmentación territorial, el conflicto permanente inherente a estas sociedades entre tributados y tributarios (REYES, 1996) aumentando las guerras lo que propicia la migración y ésta, el conflicto en sí, el cual además al aumentar, refuerza la fusión institucional que favorece a los *pillis* -nobleza- en la estratificación social.

Finalmente, la estratificación social del *altepetl* a través del aumento de su forma de gobierno -teocracia militar-, controla el conflicto permanente, el que al aumentar conlleva a una disminución de la discontinuidad territorial, lo que consolida la homogenización del culto a niveles de *altepetl*, reforzando la teocracia militar, que nuevamente al incrementar, favorece a la estratificación social.

2.4.4 Estructura, Función; Procesos

Este triplete es el más alto nivel del conceptagon y de comprensión del sistema. Mediante un modelo DPSIR, al fin, se comprende el *driver* del sistema, por lo tanto, su estructura y jerarquía de procesos. Con el modelo anterior de las partes y sus relaciones, los puntos de mayor convergencia son claves para definir la jerarquía del sistema, la estructura y por tanto las funciones y procesos como respuestas a los impactos del estado del sistema.

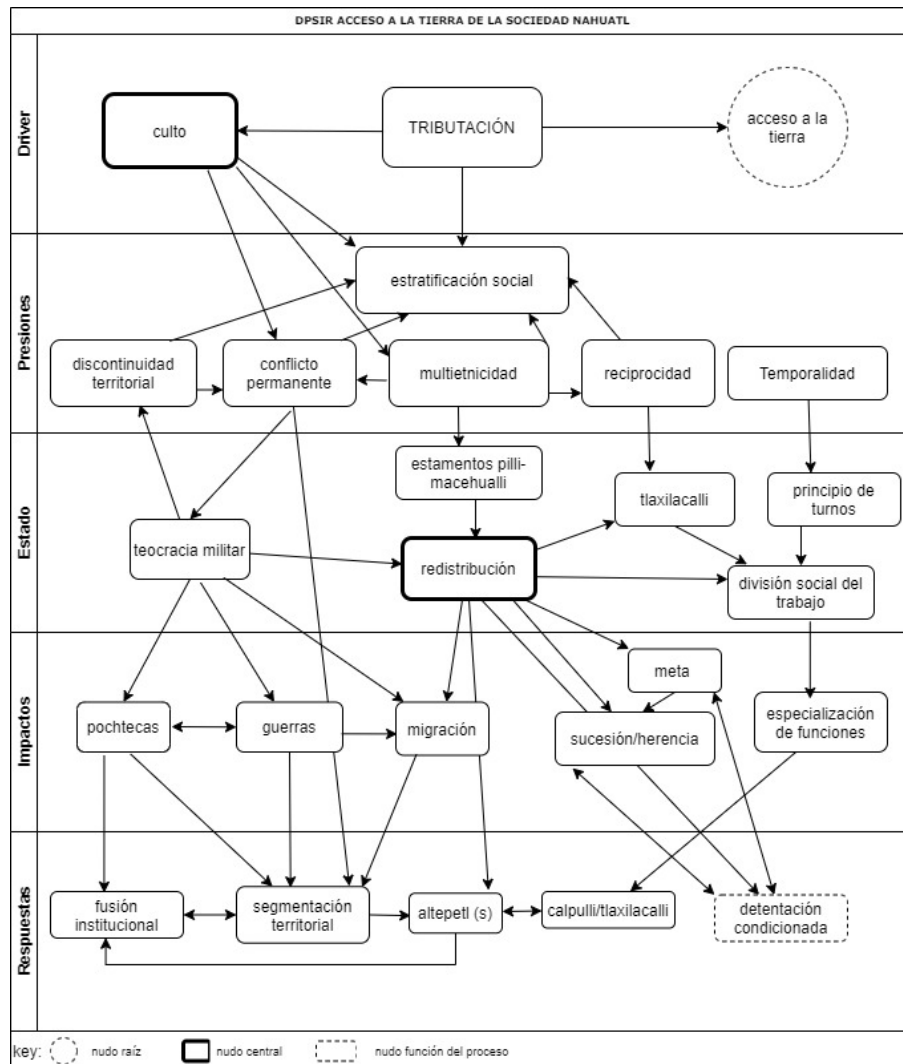
El acceso acontecía por medio de la asignación funcional de la tierra conocida como meta, puede adquirir diversas formas desde la subsistencia hasta como ofrenda a los dioses, (NOEJOVICH, 1992); consecuentemente la tributación puede tomar la forma de meta, sin embargo, ésta variable traspasa los límites de la meta puesto que es base de la economía náhuatl

y de la estratificación social (SMITH, 1993) aunque define algunas formas de acceso. Por otro lado, la detención de la tierra implica dos condiciones, la meta y dimensión temporal; es decir, mientras exista la meta (NOEJOVICH, 1992).

Lo anterior es de suma importancia porque define la jerarquía del sistema: la tributación es la mayor condicionante de las demás relaciones de acceso; entendiendo ésta como *driver*, pues es la variable de necesidad que el sistema requiere para asegurar e incluso aumentar la estratificación social como variable de estructura principal.

El DPSIR parte del *driver*, la variable estructural -estratificación social- y el comando principal -redistribución- (véase figura 7). El culto es un nudo central, pues define la forma de gobierno -teocracia militar- y por tanto la estructura de la estratificación social; la tributación entonces está en función por un lado de la preservación de la estructura y por otro permanencia y aumento de la participación del culto en la estructura de las demás variables.

Figura 7 - DPSIR del acceso a la tierra en la sociedad náhuatl



Fuente: Org. por autores, 2021.

El proceso inicial viene de la jerarquía de los elementos en otros procesos interrelacionados; siguiendo esta lógica el modelo determina las respuestas del sistema a los impactos de la operación de los controles del estado, los que aseguran la reproducción del sistema, y explica a su vez, el tipo de acceso a la tierra bajo una variable con la función final del proceso inicial, que es la detentación condicionada.

El binomio *calpulli/tlaxilacalli* es posible en cuanto las conformaciones en diferentes niveles de los *altepetls*, gracias a la especialización de funciones. Éste a su vez, tiene una relación indirecta pero importante hacia el *altépetl* (s), pues introduce características que le dan identidad étnica al mismo, es decir, que influye desde abajo y cohesiona de cierto modo la segmentación territorial pues este binomio tiene una dimensión transversal a la segmentación (JOHNSON, 2018).

2.4.5 Variedad, parsimonia, armonía; emergencia, jerarquía, apertura

El modelo evidencia en las respuestas una cantidad considerable de elementos que permiten al sistema reproducirse, por lo que es probable que ante la emergencia de nuevos elementos en el sistema -como los dados por la colonización- exista cierto grado de flexibilidad del sistema que no permita una ruptura sistémica sino más bien una yuxtaposición (NOEJOVICH, 2006).

En contraparte como procesos de parsimonia se encuentran aquellos que caracterizan al *calpulli/tlaxilacalli*, mediante los que se evade en menor medida los controles de la estratificación social, y son los ligados a la reciprocidad y los relacionados al *calpulli*. Sin embargo, en su forma bimodal, mantenía cierta libertad de administración (REYES, 1996) y la capacidad de influenciar y modificar estructuras imperiales -a nivel de *altepetls*- (JOHNSON, 2018). Por otro lado, el *altepetl* operaba también mediante los *pochtecas* para la conquista de nuevos territorios, imposibilitando así el aumento de mecanismos de reciprocidad aún entre *calpullis/tlaxilacallis* transversales a los reinos.

2.5 CONSIDERACIONES

El método del conceptagon es sin duda, una poderosa herramienta de síntesis, análisis y de indagación de un sistema planteado, es a partir de éste que se puede llegar a un modelo conceptual que posibilite la diagramación del sistema visto desde la jerarquía de procesos y entendido desde la relación de sus partes.

En ese sentido, el sistema de acceso a la tierra en las sociedades prehispánicas atendía a un sistema efectivamente de No-propiedad, caracterizado por no estar a nivel de la posesión, menos de la tenencia, sino de la detentación; así, la sucesión está caracterizada por la herencia no del recurso sino de la responsabilidad asignada. Esto resuelve en parte el conflicto epistemológico, pues al perder dimensión de estructura la idea de propiedad de la tierra en la época prehispánica, se abre camino a otras posibilidades de explicación y por tanto a otros niveles de comprensión de los mecanismos de acceso a la tierra.

Por otro lado, es evidente que la estructura del sistema responde a una fuerte jerarquización de los procesos de las relaciones de las variables; es decir que este sistema de acceso a la tierra no se caracteriza de una disposición de cooperación o de cumplimiento por cohesión interna ligados a un sistema de propiedad comunal (NOEJOVICH, 1992) sino de obligación y de una jerarquía de autoridad vertical, puesto que aún en el caso de los mecanismos de equilibrio – Figura 6-, éstos estaban en función de la tributación como se deriva en el modelo conceptual del DPSIR, que además concentraba la mayor parte de la producción (JOHNSON, 2018; REYES, 1996).

2.6 REFERÊNCIAS

- BOARDMAN, J.; SAUSER, B.; JOHN, L.; EDSON, R. **The conceptagon: A framework for systems thinking and systems practice**. In 2009 IEEE International Conference on Systems, Man and Cybernetics (pp. 3299-3304). IEEE. 2009, October. <https://doi.org/10.1109/ICSMC.2009.5346211>
- CARRASCO, P. La sociedad mexicana antes de la Conquista. In: COSÍO, V. D. (coord.). **Historia General de México**. Tomo 1. El Colegio de México. 4taª ed. 1994. pp. 165-288 <https://doi.org/10.2307/j.ctv47w8sq.7>
- CARRASCO, P. Los linajes nobles del México antiguo. In: CARRASCO, P.; BRODA, J. **Estratificación social em la Mesoamérica prehispánica**. Instituto Nacional de Antropología e Historia. 1976.
- CARRASCO, P. **Los mayequés**. Historia Mexicana. v. 39 (1) 153. 1989. 123-166.
- CASTAÑEDA, J.C. P. **Los condueñazgos en México durante el siglo XIX**. Signos históricos, 20(40), 2018. pp.178-231.
- CHAPMAN, A. C. Port of Trade Enclaves in Aztec and Maya Civilizations. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C.M.; PEARSON, H.W. (Coord.) **Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory**. 1957. pp. 114-153.
- CONGOST, R.; LANA, J. M. **Campos cerrados, debates abiertos. Análisis Histórico y propiedad de la tierra en Europa, siglos XVI-XIX**, Navarra, Universidad Pública de Navarra. 2007.
- COOPER, P.. **Socio-ecological accounting: DPSWR, a modified DPSIR framework, and its application to marine ecosystems**. Ecological Economics, 94, 106-115. 2003. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2013.07.010>
- DIETZ, G. **Del indigenismo al zapatismo: la lucha por una sociedad mexicana multi-étnica**. La lucha por los derechos indígenas en América Latina, 2005. 53-128.
- DYCKERHOFF, U.; PREM, H. J. La estratificación social en Huexotzinco. In: CARRASCO, P.; BRODA, J. **Estratificación social em la Mesoamérica prehispánica**. Instituto Nacional de Antropología e Historia. pp. 157-179
- EDSON, R. Applied Systems Thinking. Systems Engineering in the Fourth Industrial Revolution, 2008. 21-43. <https://doi.org/10.1002/9781119513957.ch2>
- FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Tenencia de la Tierra y Desarrollo Rural**. In: FAO, Estudios sobre Tenencia de la Tierra. v. 3. 2003. Available in: <http://www.fao.org/3/y4307s/y4307s00.htm> Accessed: novembro, 2020.
- HINOJOSA, J. O. **Formas de Tenencia de la Tierra en México**. Jurídica. Anuario del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana. Tomo 1. 1981. pp. 613-623.
- JOHNSON, B. D. **Tlaxilacalli y altepetl en el Acolhuacan central, siglos XIV-XVII**. Estudios de Cultura Náhuatl, 55. 2018. 53-81.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Lisboa: Portucalense, 1972. 27-29. 2 v.
- KOURÍ, E. **La invención del ejido**. Nexos (México, DF), 37(445), 2015. 54-61.
- KOURÍ, E. **Sobre la propiedad comunal de los pueblos, de la Reforma a la Revolución**. Historia mexicana, 66(4), 2017. 1923-1960. <https://doi.org/10.24201/hm.v66i4.3422>
- KRISTENSEN, P. **The DPSIR Framework**. Workshop on a comprehensive/detailed assessment of the vulnerability of water resources to environmental change in Africa using river basin approach. UNEP Headquarters, Nairobi, Kenya. 2004
- LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Brasil, 1982.

- LIÉVANO, M. F.; LONDOÑO, J.E. **El pensamiento sistémico como herramienta metodológica para la resolución de problemas**. Revista Soluciones de Posgrado EIA. núm. 8. p. 43-65. enero-junio 2012.
- LOCKHART, J. **Los nahuas después de la conquista según las fuentes en náhuatl**. Historias no. 28. 1992. 29-46.
- MARX, K. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial. 2015.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **Problems in the neurophysiology of cognition**. Autopoiesis and cognition. Springer, Dordrecht, 1980. 41-47. https://doi.org/10.1007/978-94-009-8947-4_5
- McGEE, S.; EDSON, R. **Extending the conceptagon as an analytic framework: A case study of public preparedness in israel**. In Proceedings of the 8th Conference on Systems Engineering Research, Hoboken, NJ, USA. (2010, March). (pp. 17-19).
- NOEJOVICH, H. O. **El régimen de bienes en la América Precolombina y el hecho colonial**. Serie de Documentos de Trabajo núm. 106. Octubre, 1992.
- NOEJOVICH, H. O. **La cuestión del comercio y los mercados en la América Precolombina**. Serie de Documentos de Trabajo núm. 111. Agosto, 1993.
- NOEJOVICH, H.O. **La noción abstracta de propiedad en América: una visión desde los Andes**. Derecho PUCP 56 (2003): 989. <https://doi.org/10.18800/derechopucp.200301.026>
- NOEJOVICH, H. O. **La yuxtaposición de sistemas en América Latina y sus consecuencias**. Economía, 29(57-58), 2006. 51-87.
- OECD—Organisation for Economic Co-operation and Development. **Environmental Indicators—Development, Measurement and Use**. Reference paper. 2003. Recuperado de: <http://www.oecd.org/env/>
- PINCHETTI, O. **La difícil historia del capulli o como defenderse con éxito de la civilización y la modernidad**. Jurídica. Anuario del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana. núm.4. 1972. pp. 327-348
- POLANYI, K. **La gran transformación: crítica del liberalismo económico**. Fondo de Cultura Económica. 2007.
- REYES, G. L. El término calpulli em documentos del siglo XVI. In: REYES, G. L.; CELESTINO, S. E.; VALENCIA, R. A.; MEDINA, L. C.; GUERRERO, D. G. **Documentos nauas de la Ciudad de México del siglo XVI**. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Archivo General de la Nación. 1996. p. 21-68.
- ROJAS, J. L. **México-Tenochtitlán**. Economía y sociedad en el siglo XVI. México: El Colegio de Michoacán-Fondo de Cultura Económica. 1986.
- ROUX, R. **El mito, la tierra, el Príncipe**. Argumentos (México, DF), 24(65), 2011. pp.11-35.
- SMEETS, E.; Weterings, R. **Environmental indicators: Typology and overview**. European Environment Agency (EEA). Technical report no. 25. 1999.
- SMITH, M.E. Houses and the Settlement Hierarchy in Late Postclassic Morelos: A Comparison of Archaeology and Ethnohistory. In: SANTLEY, R. S.; HIRTH, K. G. **Prehispanic domestic units in western Mesoamerica: studies of the household, compound, and residence**. CRC Press. 1992. pp. 191-206
- VON BERTALANFFY, L. **Teoría general de los sistemas**. México: Editorial Fondo de Cultura Económica. 1976.
- ZORITA, A. **Sumaria y breve relación de los señores y señoríos de la Nueva España**. Universidad Autónoma de México. Imprenta Universitaria. ed. 1942.
- ZÚÑIGA, A. J. G.; CASTILLO, L. J. A. **La Revolución de 1910 y el mito del ejido mexicano**. Alegatos 24(75), 2010. 497-522

3 ARTIGO 2. ENFOQUE SISTÉMICO DE LA PROPIEDAD SOCIAL DURANTE EL DESARROLLO ESTABILIZADOR¹

Vicente Celestino Pires Silveira
Alida Corey Arango Cruz

3.1 INTRODUCCIÓN

Las formas legales de propiedad de la tierra en México no corresponden únicamente a la propiedad privada y pública, existen, además, un porcentaje mínimo de colonias agrícolas y lo que conocemos como Propiedad Social en dos variantes: el ejido y la comunidad agraria (c.a.); conocidos también como núcleos agrarios (n.a.) (MÉXICO, 1992).

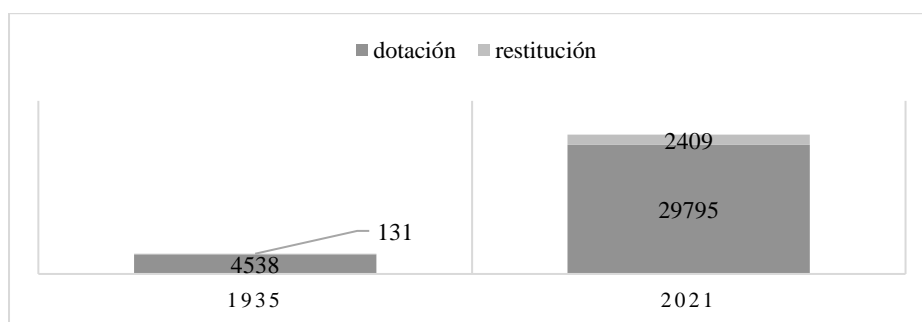
Éstas formas son consecuencia primero de un proceso de asimilación de la idea de propiedad de la tierra (NOEJOVICH, 1992; AZUELA, 2011), luego de la asociación de la noción de propiedad comunal como “expresión orgánica” de las comunidades indígenas (KOURÍ, 2017, p. 1927) y más complejo aún el proceso de diseño de la estructura agraria después de la Revolución Mexicana en 1910.

Estos procesos se caracterizan por la asociación de presupuestos relacionados a la propiedad comunal y las comunidades indígenas (KOURÍ, 2017) que luego durante el siglo XX, se consolida en un modelo con relaciones de propiedad “(trans)formadas” para propiciar la “(trans)formación” del Estado (AZUELA, 2011); específicamente con el discurso político en el diseño de un estado nación basado en un solo partido, el revolucionario institucional (DIETZ, 2005; ROUX, 2011; KOURÍ, 2015).

En las décadas que siguieron a la Revolución Mexicana se delinearon los procedimientos jurídicos que derivarían del artículo 27 constitucional mediante: la “dotación” de tierra a grupos de campesinos organizados y que conformarían ejidos; y más tarde el de “restitución” de las tierras a comunidades indígenas que anteriormente les habían sido privatizadas en la ley de desamortización de manos muertas (1856), para conformar comunidades agrarias (DIETZ, 2005).

¹ Artículo sometido para publicación como capítulo de libro en Programa de Pos-graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil.

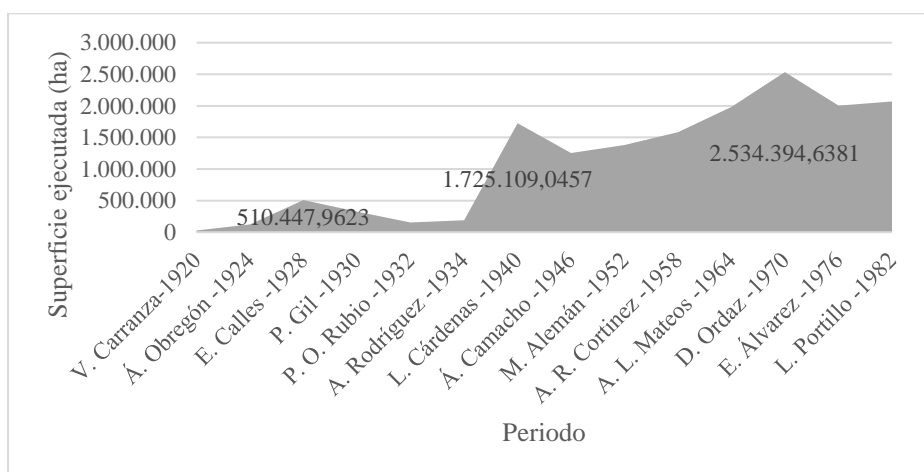
Las tierras bajo la lógica comunal, según Katz (2006) a inicios del siglo XIX, correspondían al 40% del territorio mexicano; al cabo del Porfiriato² se contaría apenas el 5%. En décadas posteriores, con el intento de restitución, no se tuvieron ni el aparato institucional ni los mecanismos para realizarse exitosamente; por lo que terminaron por ser más los n.a. por dotación -ejidos- que por restitución -comunidad agraria- (KOURÍ, 2015) (véase gráfica 1).



Gráfica 1 – n.a. por año de inicio y actual según dotación o restitución.

Fuente: Org. por autores, 2021 (MÉXICO, 1935; PHINA, 2021)

Por esta razón el sector agropecuario está asociado a la figura del ejido más que a la c.a. o a la Propiedad Social durante el desarrollo estabilizador. El reparto agrario comienza a representar importancia numérica y económica a partir del periodo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) caracterizado por el aumento considerable de la participación del estado a través de subsidios e infraestructura; así como el aumento del número de ejidos (véase gráfica 2).



Gráfica 2 - Superficie ejecutada (ha) por periodo presidencial.

Fuente: Org. por autores, 2021 (ROBLES; BÓRQUEZ, 2004)

² Periodo en el que gobernó Porfirio Díaz aproximadamente 31 años entre los años de 1876 y 1911; caracterizado por un aumento considerable en la concentración de la tierra en Haciendas, una entre tantas razones por las que se desencadenarían los eventos de la Revolución mexicana (KATZ, 2006).

El desarrollo estabilizador fue el periodo que va desde 1940 a 1970 caracterizado por presentar un alto crecimiento económico, es llamado también como “el milagro mexicano”; esta etapa está asociada al impulso que se le dio a la agricultura, por lo que el ejido fue central en el diseño de políticas agrícolas y agrarias de esta época.

Por lo tanto, en este trabajo se presenta la dinámica agraria a partir de la comprensión de la estructura causal de ésta, vista como sistema mediante las herramientas del pensamiento sistémico: i. del conceptagon (BOARDMAN *et al.*, 2009) para definición de las partes del sistema y relaciones; ii. el marco DPSIR (*drivers, pressures, state, impacts and responses*) (OECD, 2003) para el arreglo del modelo conceptual que operaba en este periodo.

3.2 LÍMITES DEL SISTEMA

Siguiendo a Edson (2008), los límites están dados en primer lugar al definir al sistema en sí, entonces los elementos que interactúan en un territorio hacen parte de éste interna y externamente. Estos límites son provisionales pues es un paso de síntesis que permite una primera aproximación de la configuración del sistema (BOARDMAN *et al.*, 2009).

Externamente los ámbitos se clasifican en tres tipos, el primero es el ámbito nacional, con elementos como la forma de gobierno y su política económica (CARMONA *et al.* 1970); las instituciones agrarias que vendrían (trans)formándose en la época (BARTRA, 1972); los sectores industrial, comercial y de servicios (OLIVER, 1995); la pequeña propiedad, que es la propiedad de la tierra en su modalidad privada pero que aún mantiene la condición de minifundio (STAVENHAGEN, 1971); y así mismo otro tipo de propiedad con menos participación a nivel nacional pero que llegó a ser un mecanismo gubernamental fuertemente incentivado para conformar colonias agrícolas (ABOITES, 2019) (véase figura 1).



Figura 1 – Límites de la dinámica de agraria durante el desarrollo estabilizador
Fuente: Org. por autores, 2021.

Un segundo ámbito de transición, son los elementos emergentes en la época que comenzaban a incidir en el sistema de manera más directa en un proceso más paulatino, como el de tecnología, ciencia y técnica; y el ámbito internacional, que cobraron mayor auge al final del desarrollo estabilizador (OLIVER, 1995).

El tercer ámbito, es uno condicional puesto que se trata de elementos más independientes de los controles públicos o externos al país, como la diversidad de ecosistemas que condicionan las prácticas productivas (CARMONA et al. 1970); la demografía y migración pues han incidido históricamente en la evolución de los ejidos y c.a. (KOURÍ, 2013; CARMONA et al. 1970; STAVENHAGEN, 1971; OSORIO, 1969); y los grupos sociales que componían en la época a la sociedad mexicana, pues al tener cada uno diversos intereses crearon una dinámica a su vez que condicionó la estructura agraria (DUVE, 2003; GUERRA, 2000; BARTRA, 1972; STAVENHAGEN, 1971; CARMONA, 1970).

Los límites internos del sistema están dados según la estructura a primera instancia de la propiedad social según la evolución del marco jurídico y de los n.a.; así como los mecanismos de la política agraria y agrícola (OLIVER, 1995; OSORIO, 1969) que condicionan el desarrollo de la producción, generando a su vez una dinámica específica a los n.a. (BARTRA, 1972; STAVENHAGEN, 1971; OSORIO, 1969); el contexto espacial en que sobresale una polarización entre norte y sur del país, y el acceso a infraestructura de comunicación y de riego (STAVENHAGEN, 1971; CARMONA et al. 1970); y elementos que hacen parte del día a día en el campo y que no están determinados por la ley como algunas formas de organización interna y de tenencia (CASTAÑEDA, 2018).

3.3 ENTRADAS, SALIDAS Y TRANSFORMACIONES

La base que impulsó el desarrollo estabilizador fue puesta durante el Cardenismo con la intención de desarrollar el mercado interno y así, acelerar el proceso de industrialización (OLIVER, 1995). El sistema, por lo tanto, tiene elementos de entrada, que se transforman y dan lugar a salidas; de las que se desarrolla más adelante las partes del sistema y sus relaciones.

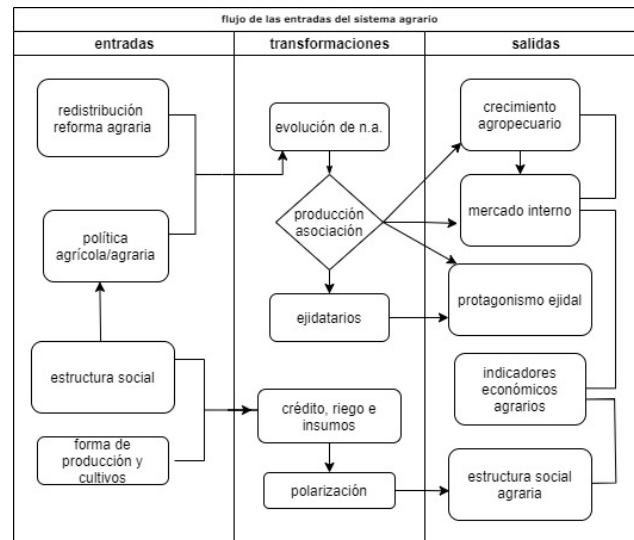


Figura 2 - Entradas, salidas y transformaciones agrarias en el desarrollo estabilizador
Fuente: Org. por autores, 2021.

La dinámica agraria en este periodo tiene por entradas en primera instancia el proceso de redistribución de la tierra de las grandes explotaciones conocidas como haciendas, mediante el reparto o reforma agrarios, e impulsado mediante la política agraria y la agrícola con el fin de producción de las parcelas (OLIVER, 1995; STAVENHAGEN, 1971).

Éstas, sin embargo, actuaron basadas en la estructura social, que se transformó desde el siglo XIX hacia el modelo del individuo moderno y republicano, pero que ha mantenido sus lazos tradicionales de parentesco, compadrazgo, caciquismo y otras estructuras verticales; y que son cruciales en la dinámica agraria que se desarrolló en todo el siglo XX (BUVE, 2003; BASTIEN, 2000; GUERRA, 2000; BARTRA, 1972).

Una entrada más a la estructura agraria en sí durante el desarrollo estabilizador fue las formas de producción, las que inicialmente estaban caracterizadas por una agricultura tradicional y que perduró sobre el minifundio en sí, y no únicamente sobre comunidades agrarias o ejidos (STAVENHAGEN, 1971); así como los tipos de cultivo y la expansión de éstos, se habla así de varios periodos en donde culmina un proceso de *cerealización* de los distritos de riego (OLIVER, 1995).

Las transformaciones son aquellos procesos que acontecen en el marco de la estructura agraria, la que está caracterizada por la evolución de los n.a. durante todo el desarrollo estabilizador, iniciando con apenas unos pocos ejidos, con algunos picos en el aumento de la superficie social (véase gráfica 2), lo que llevó a nuevas relaciones de producción y de asociación y al aumento de ejidatarios (OSORIO, 1969).

Las formas de acceso al crédito, riego e insumos estaban condicionadas por la estructura social, las políticas y el tipo de producción y cultivo, que desembocó en una polarización de las unidades productivas de este periodo, (trans)formando la estructura social agraria (BARTRA, 1972; STAVENHAGEN, 1971) como salida principal.

Las salidas son diversas y se expresan en indicadores económicos agrarios, enfocados al estudio de la evolución del crecimiento agropecuario de este periodo y al desarrollo del mercado interno (OLIVER, 1995); con estos datos el ejido se vuelve central y el blanco de las políticas agrarias y agrícolas, al menos en la demagogia (CARMONA et al. 1970).

3.4 TOTALIDAD, PARTES Y RELACIONES

La totalidad del sistema está dada por las relaciones entre las partes que lo conforman, no únicamente por la cantidad de ejidos y c.a.; si no de los indicadores económicos y políticas de que hacen parte (véase figura 3), los que han sido condensados en los más característicos, para facilitar la comprensión del modelo.

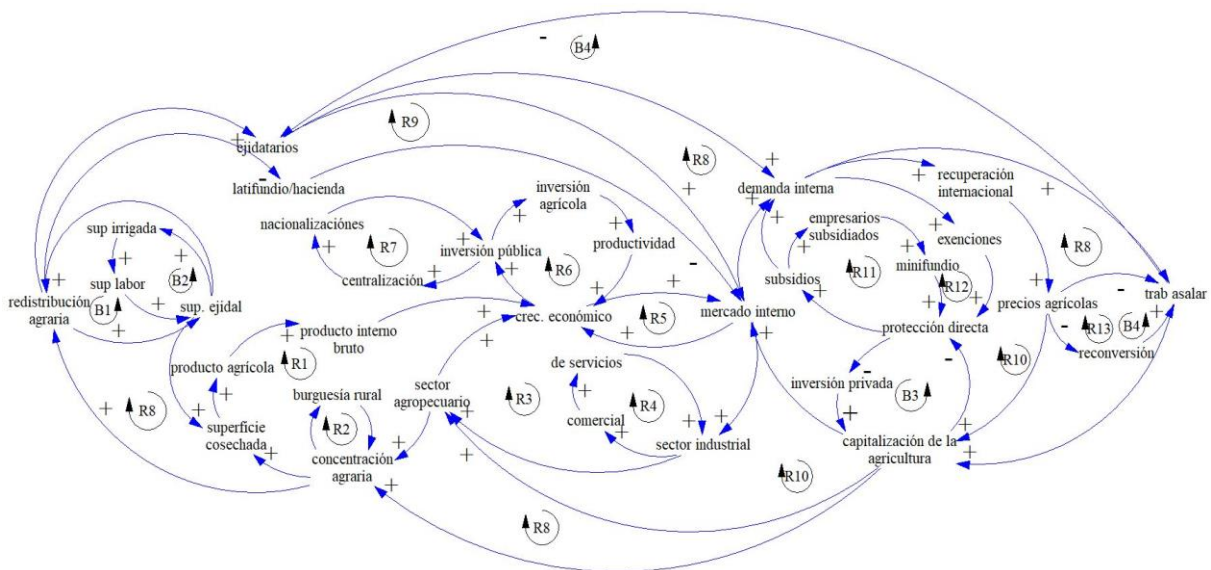


Figura 3 - Totalidad, partes y relaciones de la dinámica agraria.
Fuente: Org. por autores, 2021.

Las partes del sistema en la figura están dadas por indicadores económicos; en primer término, está el crecimiento del mercado interno, el cuál fue la justificación de la política económica, pues se quería incentivar éste para dar lugar a la industrialización; para lo que se valió de dos elementos importantes, la reforma agraria por un lado y la nacionalización del territorio, la energía, las ferrovías y la banca, durante el periodo de Cárdenas (CARMONA et al. 1970).

Con la reforma agraria, se intenta redistribuir la concentración de la tierra de las haciendas -latifundios- del periodo porfirista, en la medida que aumenta la redistribución, lo hace a su vez la superficie ejidal, la superficie de labor ejidal y la superficie irrigada ejidal, lo que incide sobre la superficie cosechada. Las parcelas ejidales llegaron a ocupar más del 50% de la superficie de labor e irrigación en 1940 (OLIVER, 1995).

EL bucle de la superficie cosechada es central en el impulso que llegó a tener la agricultura en la economía del país, pues la tasa de crecimiento se mantuvo hasta el 5% anual lo que llevó a un aumento de la participación del producto agrícola en el producto interno bruto, del 11% al 53% (ibid.).

Sin embargo, por el lado de indicadores socioeconómicos de los censos de la época, las unidades productivas que originan estos índices son aquellas nuevas formas de concentración de la tierra, que producen una burguesía rural, o agricultores empresariales (STAVENHAGEN, 1971), esto se hace evidente cuando según Osorio (1969), la mitad de los productores representan el 4% del producto agrícola, mientras que el 0.5% de los predios contribuye con el 32%.

En ese sentido, hay diversos indicadores que muestran esa polaridad; por lo que éstos agregados justifican la dinámica del bucle de polarización R11, en donde hay un aumento de los agricultores capitalizados subsidiados, mediante mecanismos antes mencionados de compadrazgo, amistad e incluso de renta institucional (OLIVER, 1995). Estos subsidios inciden en la conformación de la demanda interna mediante exenciones fiscales o protección directa con aranceles elevados, cuotas altas de importación e incluso por sobrevaluación (ibid.).

El aumento de los empresarios subsidiados aumenta a su vez el minifundio, pero éste en el sentido de Warman (1996): el de baja productividad, el que no tiene acceso a subsidios de crédito, de tecnología y técnica o de infraestructura como la de irrigación. Pero que se ve afectado con las políticas de precios agrícolas, pues éstos al no mantenerse al final del periodo, aumentan por un lado el trabajo asalariado, es decir, los ejidatarios tienen que emplear su fuerza de trabajo en la industria, o en la agricultura empresarial que a su vez reconvierte sus cultivos por otros más rentables (STAVENHAGEN, 1971).

La política agrícola es el principal motivo de crecimiento económico, dada la inversión pública en grandes obras de irrigación, que inciden a su vez en la inversión agrícola, por lo tanto, en la productividad. Sin embargo, esta alta productividad asociada a unidades de producción que disfrutaban la infraestructura, caracterizadas según Aboites (2019) y Bartra (1972) de estar la mayoría en el norte del país y por presentar altos índices de concentración de la tierra.

Al final del periodo estabilizador, el aumento del sector industrial fue una realidad, sin embargo, a su vez lo fueron el sector comercial y de servicios; éstos representados muchas veces por los mismos grandes empresarios agrícolas (STAVENHAGEN, 1971). Los bucles mayores, muestran dos dinámicas, una ligada a la capitalización de la agricultura, pero que privilegia la concentración de la tierra y condiciona la redistribución, pues cuantitativamente el aumento del reparto agrario no afecta la participación económica de la burguesía rural; por el contrario, al aumentar el índice de trabajo asalariado, disminuye el número de ejidatarios jefes de unidades productivas.

3.5 COMANDO, CONTROL Y COMUNICACIONES

Del modelo anterior se pueden hacer diversas derivaciones y explicaciones, así como mencionar las diversas fuentes que han estudiado estos datos, pero el presente trabajo no tendría un fin próximo, sin embargo, el arreglo sistémico de los tripletes del conceptagon a continuación, proporcionan una forma efectiva de explicar el sistema mediante un modelo conceptual; éste parte de conceptos conformados por los elementos anteriores pero que elevan sus propiedades a un grado más complejo, pues incluyen una naturaleza teórica y cualitativa que un modelo de bucle sólo representa al incrementar por demás, las variables cuantitativas.

El pensamiento sistémico organiza la información a partir de procesos, en este sistema se hace evidente que los hay, pero se le suma un arreglo de comando y control, así, los procesos anteriores ilustrados, recaen en categorías de comando y los procesos con más incidencias son los controles. Se deriva entonces que un mecanismo de comando estaría dado por la capitalización de la agricultura mediante procesos de concentración de la tierra.

En este sentido, estos procesos están caracterizados por mecanismos de lógica clientelar y de parentesco o societaria (BASTIEN, 2000) en las que operan redes de sociabilidad anteriores a la Revolución Mexicana (GUERRA, 2000). Estas impulsaron más tarde las políticas de nacionalización con la intención de edificar al estado revolucionario. Mediante estas redes de sociabilidad se explicaría, según CARMONA et al. 1970, la predilección de las

políticas hacia un sector agrario en específico e incluso la de estructuras verticales que propiciaron una corrupción interna en todo el ámbito agrario -caciquismo- (BUVE, 2003; GUERRA, 1992).

La cantidad de procesos de control que derivan de las políticas económica, agrícola y agraria, así como los procesos de nacionalización, son considerados indicadores de la formación de un Estado moderno que concentra la mayor parte de los procesos económicos. Carmona et al. (1970) lo denomina capitalismo de estado que opera gracias al control vertical institucional; al que Córdova (2000) atañe como producto más importante del largo proceso de una Revolución Mexicana inacabada a lo largo del siglo XX: la edificación del estado revolucionario.

3.6 ESTRUCTURA, FUNCIÓN Y PROCESOS – DPSIR

El sistema está dado por un *driver*, es decir, una necesidad que hace posible la dinámica del sistema en sí, sin este driver la estructura descrita anteriormente probablemente no sería la misma. Dado los tripletes anteriores, el *driver* del sistema por el lado económico es la necesidad de industrializar al país mediante la formación de un mercado interno, mientras que por el lado político y social es la (trans)formación del estado centralizador con control de todos los procesos económicos durante el periodo (véase Figura 4).

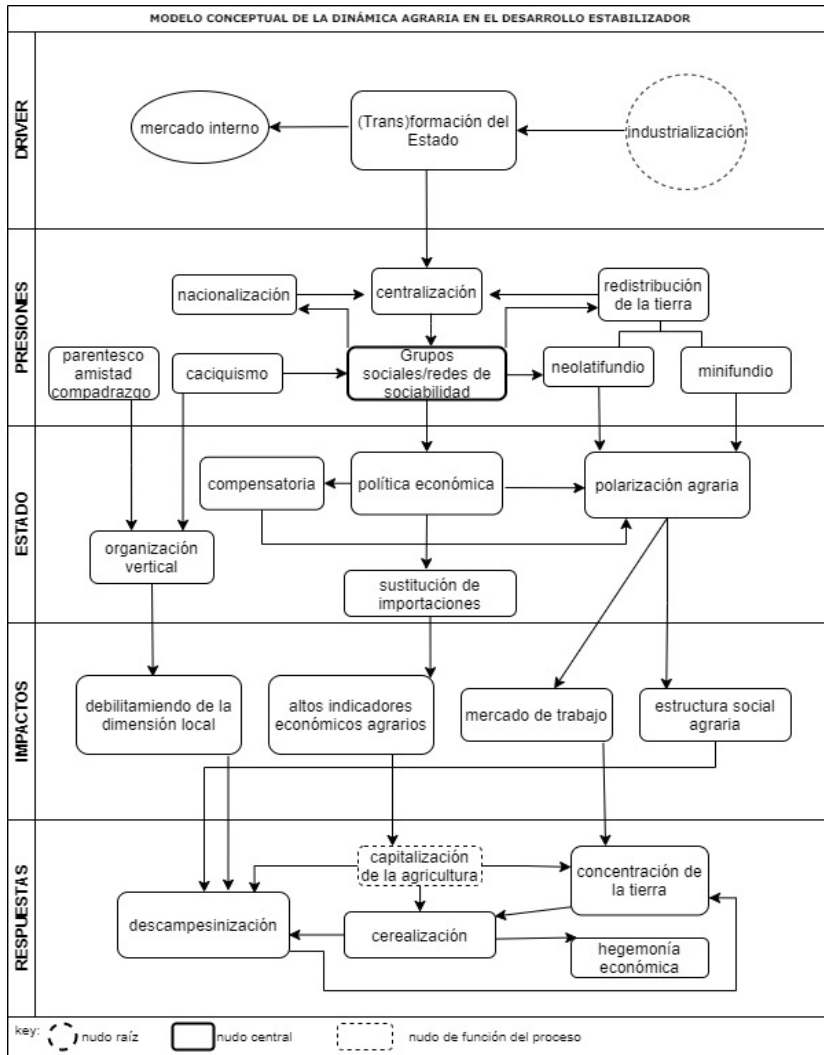


Figura 4 - Modelo conceptual de la dinámica agraria a partir de un marco DPSIR
 Fuente: Org. por autores, 2021.

Son por lo tanto presiones del sistema la centralización estatal, la nacionalización derivada de ésta y la redistribución de la tierra de las haciendas como fin de la reforma agraria y como ruptura del latifundio; operando en estos procesos las redes de sociabilidad o grupos sociales diversos que compusieron una gran diversidad de intereses en el ámbito agrario; éstos a su vez con base en relaciones de caciquismo desarrollado durante el siglo XIX; y las de parentesco, amistad y compadrazgo (GUERRA, 2000).

Así mismo como presiones operan en la dinámica agraria un neolatifundismo a partir de los mecanismos descritos y de otros relacionados a formas de asociación entre agricultores capitalizados, de “presta nombres” y de vicios burocráticos y administrativos en el reparto agrario; por otro lado, el minifundio no restringido a la propiedad social como de la pequeña propiedad (STAVENHAGEN, 1971).

Por lo tanto, el estado está dado por una polarización agraria ya descrita; la política económica que derivó de las redes de sociabilidad; seguido de la política compensatoria representada por fuertes subsidios a la agricultura, infraestructura de irrigación, crédito y fomento agrícola, maquinaria y fertilizantes; subsidios fiscales, control de precios entre otros (OLIVER, 1995). La organización vertical derivada de las presiones por las que opera no sólo la administración política como la institucional; y todas las demás que conformaron la política de sustitución de importaciones.

Los impactos por su lado, se manifiestan en dos formas opuestas: en un debilitamiento de la dimensión local, a nivel municipal y estatal (ABOITES, 2019) sumado a los elevados resultados de la política agrícola y agraria; por otro lado la (trans)formación del mercado de trabajo al aumentar los índices de trabajo asalariado, lo que según Stavenhagen (1971) es el indicador principal de una política agraria fracasada; y finalmente la estructura social agraria que derivó de las relaciones anteriores.

La dinámica agraria dio como respuesta y esto ha sido más estudiado al final del periodo estabilizador, un aumento de la capitalización de la agricultura que derivó en formas alternativas a la hacienda, de concentración de la tierra con dos procesos resultantes uno de descampesinización y el de cerealización de las unidades productivas más capitalizadas (OLIVER, 1995) con el control de la hegemonía económica.

3.7 VARIEDAD, PARSIMONIA Y HARMONÍA

El modelo en sí no presenta una gran variedad de procesos que permitan al sistema reproducirse a sí mismo; en todo caso es el alto control de los procesos que se tuvo en este periodo por parte del estado lo que permitió al sistema permanecer un tiempo. Los procesos de parsimonia están presentes, en el caso de la revolución inacabada, por un lado, y por otro el largo periodo de reforma agraria hasta 1992. Es difícil en este punto establecer los elementos o procesos que podrían por su naturaleza opuesta, dar un equilibrio dinámico al sistema; se pueden entender algunos como los bucles de equilibrio en el modelo causal de la figura 3, sin embargo, la armonía probablemente opera a niveles internos a los n.a. que no fueron abordados en este modelo.

3.8 EMERGENCIA, JERARQUÍA Y APERTURA

A pesar del alto grado de control estatal en los procesos de la dinámica agraria, el sistema está altamente abierto, esto se determina a partir de la trayectoria histórica del mismo. A estas alturas podemos saber que ante la emergencia de algún elemento nuevo o de reconfiguraciones a nivel interno del sistema este tiende a sufrir una ruptura, como las estructurales de 1992, que no sólo fueron a nivel político, institucional y legal, también lo fueron a nivel de los n.a. en sus prácticas concretas (CRUZ, 2016).

3.9 CONSIDERACIONES FINALES

Se ha expuesto ciertos aspectos de la dinámica agraria durante el desarrollo estabilizador, faltando algunos de suma importancia y que operan a nivel local o de los n.a., éstos tienen que ver con su especificidad, aspectos geográficos y demográficos (CARMONA, 1970); así mismo algunas estrategias políticas de los gobiernos bajo las redes de sociabilidad en que incentivaron el fraccionamiento de tierras disponibles -no de las haciendas- para conformar colonias agrícolas o pequeñas propiedades, como últimos intentos de instaurar el sueño liberal del siglo XIX de formar una clase de pequeños propietarios (ABOITES, 2019).

Otro aspecto que faltó profundizar es el de la cercanía de México con Estados Unidos, lo que derivaría al final del periodo en una relación de dependencia que contribuyó a la formación del mercado de trabajo (CARMONA et al. 1970).

Por otro lado, el resultado de las relaciones entre un sin número de elementos complica el desarrollo del pensamiento sistémico para elaborar el modelo de la dinámica agraria, sin embargo, esto puede ser mejor trabajado al nivel del modelo causal en un trabajo más extenso, ya que las variables a trabajar aumentarían varias veces las que se tocaron en este trabajo.

Finalmente hay que mencionar el asombro cuando, al realizar los pasos del pensamiento sistémico mediante estas dos herramientas (conceptagon y dpsir) no haya sido un *driver* de producción de alimentos el que originaría la dinámica agraria. Son los datos cuantitativos de los indicadores económicos agrarios por un lado y el conocimiento generado por las referencias literarias por otro las que condujeron la investigación a concluir que se trataba más de una intención política la que implantó un sistema agrario basado en la Propiedad Social durante este periodo.

3.10 REFERENCIAS

- ABOITES A. L. **La Comisión Nacional de Colonización y la expansión de la pequeña propiedad rural en México.** 1947-1963. Hist. mex. [online]. 2019, vol.68, n.3 [citado 2021-05-16], pp.1165-1204. Disponible en:
<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-65312019000101165&lng=es&nrm=iso>. ISSN 2448-6531.
<https://doi.org/10.24201/hm.v68i3.3813>
- AZUELA, A. **Property in the Post-post-revolution: Notes on the Crisis of the Constitutional Idea of Property in Contemporary Mexico.** Tex. L. Rev.. 2011;89:1915.
- BARTRA, R. **Campesinado y poder político en México: un modelo teórico.** Revista Mexicana de Sociología, 659-684. 1972.
- BASTIEN, J. P. **Memoria de la Revolución Mexicana, preguntas y respuestas (debate).** Colección Coloquio Internacional: El siglo de la Revolución Mexicana. Ayer, hoy y perspectivas. Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México. 2000. Disponible en:
https://mexicana.cultura.gob.mx/en/repositorio/detalle?id=_suri:INEHRM:TransObject:5bcbd a657a8a0222ef147dd7&word=episodio%206&r=3&t=1057 Consultado 05/05/2021
- BOARDMAN, J.; SAUSER, B.; JOHN, L.; EDSON, R. **The conceptagon: A framework for systems thinking and systems practice.** In 2009 IEEE International Conference on Systems, Man and Cybernetics (pp. 3299-3304). IEEE. 2009, October.
<https://doi.org/10.1109/ICSMC.2009.5346211>
- BUVE, R. **Caciquismo, un principio de ejercicio de poder durante varios siglos.** Relaciones. Estudios de historia y sociedad, 24(96), pp.17-39. 2003.
- CARMONA, F. et al. **El milagro mexicano.** Editorial Nuestro Tiempo.1970
- CASTAÑEDA, J. C. P. **Los condueñazgos en México durante el siglo XIX.** *Signos históricos* 20, no. 40 (2018): 178-231.
- ROBLES, B. H.; BÓRQUEZ, L. C. **Entre las fábulas y la realidad, los ejidos y las comunidades con población indígena.** 2004. pp. 863
- DIETZ, G. **Del indigenismo al zapatismo: la lucha por una sociedad mexicana multi-étnica.** La lucha por los derechos indígenas en América Latina, 2005. 53-128.
- GUERRA, F. X. **Los orígenes socio-culturales del caciquismo.** Anuario IEHS, v. 7, p. 181-196, 1992.
- GUERRA, F. X. **Pensar la ruptura revolucionaria desde las redes de sociabilidad modernas.** Colección Coloquio Internacional: El siglo de la Revolución Mexicana. Ayer, hoy y perspectivas. Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México. 20000. Disponible en:

https://mexicana.cultura.gob.mx/en/repositorio/detalle?id=_suri:INEHRM:TransObject:5bcbda657a8a0222ef147dd6&word=episodio%205&r=4&t=1111 Consultado 05/05/2021

KATZ, F. **Nuevos ensayos mexicanos**. Ediciones Era, 2006.

KOURÍ E. **Un pueblo dividido: Comercio, propiedad y comunidad en Papantla**, México. Fondo de Cultura Económica; 2013.

KOURÍ, E. **La invención del ejido**. Nexos (México, DF), 37(445), 2015. 54-61.

KOURÍ, E. **Sobre la propiedad comunal de los pueblos, de la Reforma a la Revolución**. Historia mexicana, 66(4), 2017. 1923-1960. <https://doi.org/10.24201/hm.v66i4.3422>

MÉXICO. **Ley Agraria**. 1992

MÉXICO. **Primer Censo Ejidal**. 1935, Secretaría de la Economía. 1937. Disponible en: https://www.inegi.org.mx/contenido/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/historicos/1329/702825110161/702825110161_1.pdf Consultado 24 de marzo de 2021.

NOEJOVICH, H. O. **El régimen de bienes en la América Precolombina y el hecho colonial**. Serie de Documentos de Trabajo núm. 106. Octubre, 1992.

OECD—Organisation for Economic Co-operation and Development. **Environmental Indicators—Development, Measurement and Use**. Reference paper. 2003. Recuperado de: <http://www.oecd.org/env/>

OLIVER, L. G. **El papel de la agricultura en el desarrollo de México**. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1995.

OSORIO, S. R. **El marco macroeconómico del problema agrario mexicano**. Investigación Económica. Vol. 29, no. 14 (abr-jun) 1969. pp. 291-306

PHINA. **Padrón e Historial de Núcleos Agrarios**. Registro Agrario Nacional. Sistema disponible en: <https://phina.ran.gob.mx/index.php> Consultado 24 de abril de 2021.

ROUX, R. **El mito, la tierra, el Príncipe**. Argumentos (México, DF), 24(65), 2011. pp.11-35.

STAVENHAGEN, R. Aspectos sociales de la estructura agraria en México. En: **Neolatifundismo y explotación de Emiliano Zapata a Anderson, Clayton & Co**. Centro Latino-Americano de Investigaciones en Ciencias Sociales; 1965.

4 ARTIGOO 3. ENFOQUE SISTÉMICO DE LA DINÁMICA AGRARIA DE OAXACA¹

RESUMEN

El presente artículo propone el uso del pensamiento sistémico como método para estudiar la dinámica agraria, en este caso del estado de Oaxaca, México. Se plantea el problema como sistema con la herramienta del conceptagon. Se realizaron tres fases de investigación, una documental que permite determinar las categorías analíticas con las que se desarrolla un estudio empírico en cinco núcleos agrarios de Oaxaca, finalmente con los datos de estos dos momentos, se hace una indagación del sistema propuesto para generar un modelo conceptual de esta dinámica agraria bajo la lógica de otra herramienta de corte sistémico, el marco causal DPSIR (*driving, pressures, forces, impacts, responses*), que a su vez se propone como herramienta del pensamiento sistémico para elaborar el modelo conceptual del sistema de interés. El enfoque del estudio es fundamentalmente sistémico, para lo que se basó teóricamente en el análisis de sistemas-mundo, en el que los sistemas intraestatales están incrustados a su vez en sistemas mayores hasta la economía-mundo que opera mediante el mercado mundial para influir directa e indirectamente en las dinámicas a nivel de la tierra parcelada de ejidos y comunidades agrarias. La propuesta de método permite indagar para simplificar procesos complejos que están modificando el uso de la tierra parcelada en Oaxaca, siendo que actualmente la actividad económica de esta ha ido distanciándose de la intención inicial por la que se crearon los núcleos agrarios. Lo anterior como consecuencia de las reformas estructurales de 1992 de México con la finalidad de implementar la política neoliberal, comandada desde la hegemonía en curso.

Palabras-clave: pensamiento sistémico; ejidos; comunidades agrarias; conceptagon; dpsir

ABSTACT

This article proposes the use of systemic thinking as a method to study agrarian dynamics, in this case from the state of Oaxaca, Mexico. The problem is posed as a system with the conceptagon tool. Three phases of investigation were carried out, a documentary research that allows to determine the analytical categories with which an empirical study is developed in five agrarian nuclei of Oaxaca, finally with the data of these two moments, an investigation of the proposed system is made to generate a conceptual model of this agrarian dynamics under the logic of another systemic tool, the causal framework DPSIR (*driving, pressures, forces, impacts, responses*), which in turn is proposed as a systemic thinking tool to elaborate the conceptual model of the system of interest. The focus of the study is fundamentally systemic for which it was theoretically based on world-systems analysis, in which intrastate systems are in turn embedded in larger systems up to the world-economy that operates through the world market to influence directly and indirectly in the dynamics at the level of the parceled land of ejidos and agrarian communities. The proposed method allows to investigate to simplify complex processes that are modifying the use of parceled land in Oaxaca, being that currently its economic activity has been distancing itself from the initial intention for which the agrarian nuclei were created. The foregoing, as the consequence of the structural reforms of 1992 in Mexico in order to implement the neoliberal policy, commanded from the current hegemony.

Key-words: system thinking; ejidos, agrarian community; conceptagon; dpsir

4.1 INTRODUCCIÓN

La estructura agraria mexicana que conocemos actualmente ha sido resultado de un largo proceso de transformaciones siendo las jurídicas a partir de la Revolución Mexicana las que definieron a la misma. En el debate de cómo debía ser ésta y a qué conformaciones campesinas debía responder, se retomaron ciertas formas de organización agraria preexistentes, sea derivadas de las prácticas concretas de uso en relación con la tierra desde tiempos prehispánicos, como aquellas que fueron incorporadas bajo la lógica de pensamiento español y finalmente las que derivaron en el ejercicio de éstas.

¹ Artículo sometido para publicación en revista Desenvolvimento em Questão ISSN 2237-6453.

El campo mexicano básicamente presenta tres formas de propiedad: la pública, la privada representada en pequeña propiedad y aquella conocida como Propiedad Social, dividida en dos formas: el ejido y la comunidad agraria. En estudios anteriores se ha explorado un poco más ésta en sus conceptos como en su trayectoria histórica; sin ahondar en esto, se quiere resaltar la discusión que ha venido dándose los últimos años sobre si la Propiedad Social continúa existiendo en México con las reformas estructurales en 1992 (CASTAÑEDA; MAKINLAY, 2015; BÁRCENAS, 2017).

La intención en este trabajo es presentar una forma adicional de entender no sólo la reforma al artículo 27 en 1992 y las causas económicas que las propiciaron mediante la investigación documental, como lo que acontece a nivel de las prácticas concretas de uso de la tierra, es decir, mediante un estudio empírico; ambos basados en un enfoque sistémico para fortalecer así, las discusiones desde una perspectiva complementaria a la económico-jurídica.

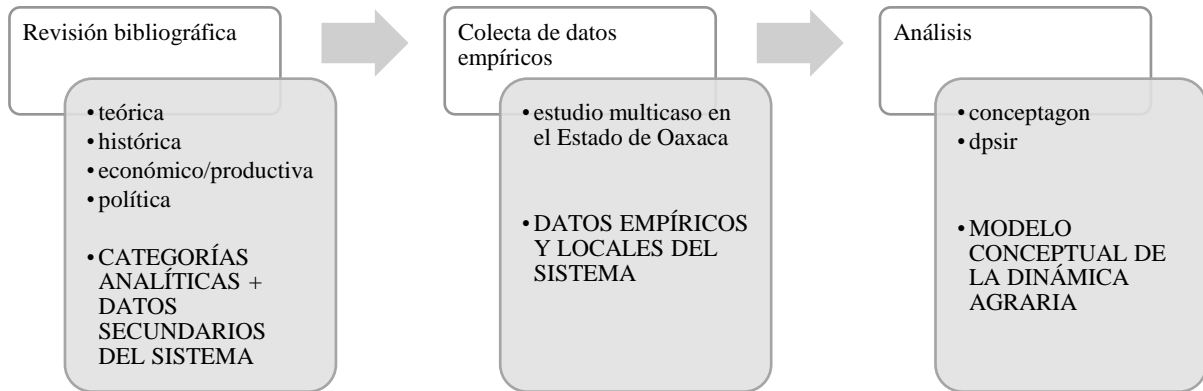
Se asume en primer lugar, a la propiedad de la tierra como problema histórico (CONGOST, 2007) por lo tanto la dinámica agraria en sí; segundo, que todo problema planteado puede ser visto mediante el pensamiento sistémico aplicado como un sistema (*system thinking applied*) (EDSON, 2008) y que éste puede ser representado mediante el modelado conceptual de sistemas para disminuir su complejidad y facilitar su comprensión (*modeling systems conceptually*) (BOARDMAN; SAUCER, 2008).

Así mismo, que toda estructura jurídica no necesariamente refleja el día a día del campo (KOURÍ, 2015; 2017; CASTAÑEDA; MACKINLAY, 2015) y esto en el pensamiento sistémico se traduce en la aplicación del estudio del contexto del sistema, es decir, de todo lo que, desde fuera, incide en éste (EDSON, 2008).

4.2 MARCO METODOLÓGICO

La investigación tiene por base el pensamiento sistémico, por lo tanto, el problema planteado como sistema requiere en lo posible, de un profundo conocimiento de éste, para lo que se diseñó una secuencia metodológica que permitiría ir derivando lo esperado de cada etapa subsecuente. Visto desde una perspectiva generalizada y bastante amplia del proceso metodológico, fueron tres momentos o fases de investigación (véase figura 1).

Figura 1 - Fases de investigación realizadas.



Fuente: Org. por autores, 2021.

La primera, mediante una extensa revisión bibliográfica con respecto al desarrollo histórico de la cuestión agraria mexicana hasta los últimos trabajos más específicos y restringidos a las dinámicas productivas y/o económicas de ejidos y comunidades agrarias. De esta fase se derivaron las categorías analíticas de la investigación y datos secundarios que componen una aproximación externa al sistema. Así mismo parte de estos resultados están siendo trabajados en otras publicaciones (CRUZ; SILVEIRA, 2021), por lo que no son considerados a profundidad en el presente estudio, sin embargo, guían la pesquisa.

Un segundo momento fueron el diseño y colecta de datos empíricos a nivel de ejidos y comunidades agrarias en el Estado de Oaxaca, México con la finalidad de explorar más a fondo las prácticas concretas que se llevan a cabo día a día en el campo de los núcleos agrarios, esto quiere decir lo que ocurre principalmente con las tierras parceladas. Esta fase se realizó mediante un estudio multicaso en Oaxaca, México según resultados de la investigación documental, mismos que se abordarán en otro apartado.

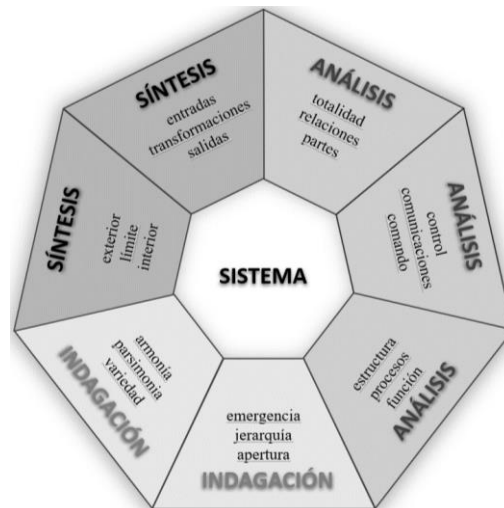
El tercer momento fue el de análisis de datos tanto documentales como empíricos mediante el pensamiento sistémico aplicado para obtener el modelo conceptual de la dinámica agraria de Oaxaca. Esta fase se desarrolló mediante dos herramientas sistémicas: el conceptagon (BOARDMAN *et al.* 2009) y el marco causal DPSIR (*driving, forces, pressures, state, impact, responses*) (OECD, 2003), éste último como complemento en una de las partes del conceptagon.

4.2.1 El conceptagon

En el pensamiento sistémico, hay métodos de éste aplicado, se trata básicamente del diseño de sistemas. Dentro de la gran variedad de métodos, el conceptagon permite organizar cualquier problema planteado como un sistema, independientemente de su naturaleza, pues

tiene como base teórica que existe una similitud entre los problemas de cualquier índole aún desde la perspectiva de la variedad y diferencia entre éstos (*sameness*) (BOARDMAN; SAUCER, 2008).

Figura 2 - El conceptagon



Fuente: Traducción por los autores de la figura de EDSON, 2008, p. 31.

El estudio de esta similitud llevó a los autores del método a desarrollar siete tripletes de atributos (véase figura 2) que resuelven cada fase del proceso de investigación de un sistema: la evaluación en síntesis y análisis; y “la resolución del problema como un proceso sistémico de indagación” (McGEE; EDSON, 2010, p.2). El orden en que se desarrolla cada uno de los tripletes varía en función del sistema de interés, son iterativos y no son exclusivos de cada fase (síntesis, análisis e indagación), pero generalmente siguen una progresión según se va “adquiriendo conocimiento del sistema desde fuera hacia adentro” (EDSON, 2008, p. 31).

Por lo tanto, en este trabajo los tripletes siguen la lógica de la Figura 1, la cual tiene algunas modificaciones de la original puesto que cada triplete se muestra restricto a una fase determinada para facilitar la explicación del método aplicado al sistema de estudio, pues en algunos casos como las fases de síntesis y análisis fueron más repetitivas de lo esperado traspasando las fases.

Cada triplete puede valerse de otras herramientas del pensamiento sistémico, como el diagrama de flujo, diagrama de bucle causal, mapa de procesos, diagrama de bloques, entre otros (BOARDMAN *et al.*, 2009). En el presente trabajo se desarrollan figuras para explicación de los tripletes, y dos herramientas sistémicas de apoyo, un diagrama de bucle causal para el triplete de control, comando y comunicaciones; y un DPSIR para el de estructura, función y procesos.

4.2.2 El marco DPSIR

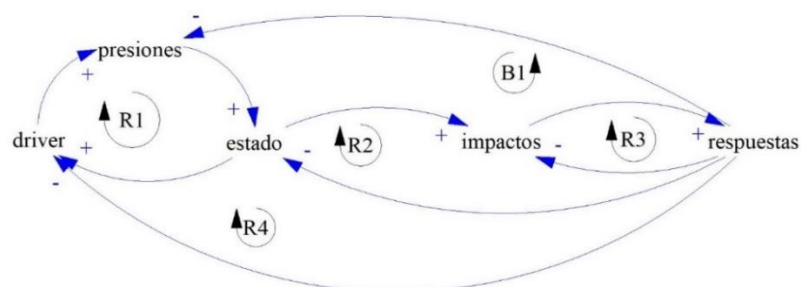
El DPSIR, tiene sus orígenes en la década de los años noventa, la European Environment Agency (EEA) lo presenta como una propuesta mejorada de otra llamada DSR (Driver-States-Response) desarrollada por la *Organisation of Economic Cooperation and Development* (OECD). Se trata de un marco metodológico para medir qué tan sustentable (ambientalmente hablando) es un sistema (OECD, 2003). Según Tchering *et al.* (2012) este marco muestra las relaciones de causa y efecto entre los sistemas ambientales y los sistemas humanos.

El DPSIR, puede así mismo ser aplicado en diversidad de problemas planteados, en este trabajo se propone como herramienta del pensamiento sistémico para organizar la información del sistema propuesto, en un modelo conceptual que permita simplificar la estructura, función y procesos de la dinámica agraria de Oaxaca. Se consideró por cuestiones de método, usar el término *driver* para referirse a lo que se ha traducido como fuerza motriz o causa de la presión; así mismo como entorno cuando se refiere al ambiente.

En este marco los *drivers* se refieren a fuerzas que impulsan la actividad humana, en este caso al sistema, y que impactan sobre el entorno, o sea, es la necesidad de algo. Las presiones son las actividades o aquello que incide sobre el estado del sistema en función de los drivers (KRISTENSEN, 2004).

Con estado queremos decir aquél en el que se encuentra el entorno y que conforma su estructura inmediata. Por lo tanto, las causas de las presiones en función de los drivers sobre el estado producen dos consecuencias, los impactos y las respuestas del sistema a éstos (véase figura 3), por esta razón se trata cada elemento como causal, que incrementa directamente a los otros, es decir como un bucle de refuerzo (R); siendo que en el caso de las repuestas, es posible incidir negativamente sobre las presiones para modificar al estado, como bucle de equilibrio (B).

Figura 3 - Marco DPSIR desde la perspectiva de bucle causal



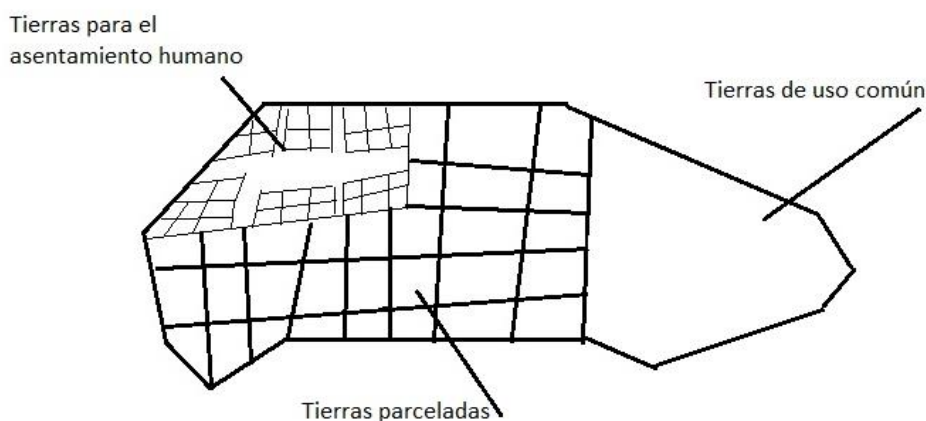
Fuente: Org. por los autores con información de la figura de KRISTENSEN, 2004, p. 1.

4.2.3 Estudio multicaso

Con los resultados de la investigación documental de la dimensión agraria de México, en su aspecto histórico, se clasificaron una diversidad de contextos que propician los cambios a nivel de la estructura, éstos no son enfocados en las transformaciones jurídicas si no de aspectos estudiados sobre las prácticas causadas por estos contextos en diferentes tipos de estudios agrarios.

Los contextos más relevantes y seleccionados son los que acontecen a nivel de la tierra parcelada en su forma económico-productiva, recordando que la estructura de la Propiedad Social se conforma de ejidos y comunidades agrarias y éstas a su vez de tres tipos de tierras: las tierras de asentamiento humano; las de uso común y las tierras parceladas (véase figura 4) (MÉXICO, 1992).

Figura 4 - Tipos de tierras en un núcleo agrario.



Fuente: Org. por autores con modelo de INEGI, 2020.

Estos contextos son dados por la naturaleza de la producción de las tierras parceladas. Se realizó el estudio en cinco n.a. de Oaxaca que corresponden con estos contextos y que tienen que ver con la actividad económica de las parcelas (véase tabla 1) y la comercialización (véase cuadro 1). El caso de Santa María Yaviche, es particular puesto que transita en diferentes contextos según la producción de las parcelas.

Tabla 1 - Destino de la tierra parcelada en hectáreas de los n.a. estudiados

	total	uso común	parcelada	asentamiento humano
Coixtlahuaca	23880,43	11877,5	11442,47	463,72
Mixtepec	44105,52	984	32876	140
Tapanatepec	1333,18	1,56	1331,61	47,89
Tecomavaca	14837,59	13296,4	1421,91	119,27
Yaviche	452,39	50	374	28,39

Fuente: Org. por autores, 2021.

Cuadro 1 - Contextos productivos de las tierras parceladas de los n.a. estudiados

Contexto de producción	Núcleo agrario	Actividad económica
Cultivo de comercialización local/regional	Santa María Tecomavaca Santa María Yaviche	Producción de limón Caña de azúcar
Cultivo de comercialización internacional	San Pedro Tapanatepec Santa María Yaviche	Producción de mango Producción de café
Cultivos tradicionales para autoconsumo	San Juan Bautista Coixtlahuaca Santa María Yaviche	Milpa y trigo Milpa
Cambio del giro económico de las tierras parceladas	San Pedro Mixtepec	Turismo

Fuente: Org. por autores, 2021.

Se realizaron entrevistas semiestructuradas para conocer los aspectos sociales, culturales y organizacionales; y un cuestionario para obtener datos específicos socioeconómicos, demográficos, productivos y de consumo en función de la actividad económica de las tierras parceladas, con informantes clave y los comisariados de bienes comunales/ejidales en el periodo de enero a marzo de 2020. Se basaron estas herramientas en Cruz (2016); en el cuestionario ejidal del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI, 2007); Yuñez y Taylor (1999); Moya (2012) y Silveira (2013). A continuación, se muestran resultados tanto documentales como los empíricos siguiendo la propuesta del conceptagon.

4.3 TOTALIDADES, PARTES, RELACIONES

El sistema debe ser pensado desde la dimensión de la totalidad, pero aquella que siendo más que la suma de sus partes, permite exponer las relaciones entre éstas y que son la verdadera naturaleza del sistema (EDSON, 2008; BOARDMAN et al. 2009). Si en el pasado la dinámica agraria estaba restringida al sistema agropecuario, hoy en día desde la liberación económica se ha complejizado el espacio rural por sus actividades económicas más allá del ámbito agropecuario. En este contexto surgen diversas teorías y marcos de referencia que buscan teorizar sobre la dinamización económica en el espacio rural.

En un primer momento, la dinámica agraria de Oaxaca podría ser pensada desde la perspectiva de un diagrama de venn, siendo ésta la intersección entre tres sistemas: el agropecuario, el de servicios y el comercial; los que a su vez hacen parte del sistema económico del país. Sin embargo, bajo la perspectiva teórica de sistemas y específicamente aquella que apunta al análisis de cómo evolucionan las sociedades bajo una mirada geográfica, política y económica, es que surge la noción de sistema mundial propuesta por Frank (1966) y desenvuelta consecuentemente por diversos autores en diversos matices y con grandes diferencias, como Wallerstein (1974), Arrighi (1994), Negri y Hardt (2000), Taylor (2002), Grosfoguel (2016) y Osorio (2017) entre otros, conocidos como teóricos del análisis de sistemas-mundo.

Wallerstein (2005) es uno de los autores más representativos de esta corriente, en su crítica a la noción de desarrollo y de la unidad de análisis tradicional en estados-nación, propone el estudio a partir de los sistemas históricos, entre éstos el sistema mundial que actualmente se expresa en términos de otro llamado economía-mundo, caracterizado por la acumulación incesante del capital.

Para los autores de este enfoque, hoy en día vivimos una economía-mundo que se expandió llegando a dominar todo el mundo a través de la centralización de procesos en primer lugar agro-productivos, luego los comerciales y principalmente financieros, que le dieron ventajas comparativas y posicionó a ciertos países como centrales, y sobre éstos los de mayor poder económico denominados *hegemones*; y otros como periféricos dependientes y controlados por los centrales (TAYLOR, 2002). Sin embargo, tanto la periferia como la centralidad se expresa en todos los niveles sistémicos a razón de la explotación laboral inherente al modelo de producción capitalista (WALLERSTEIN, 2005).

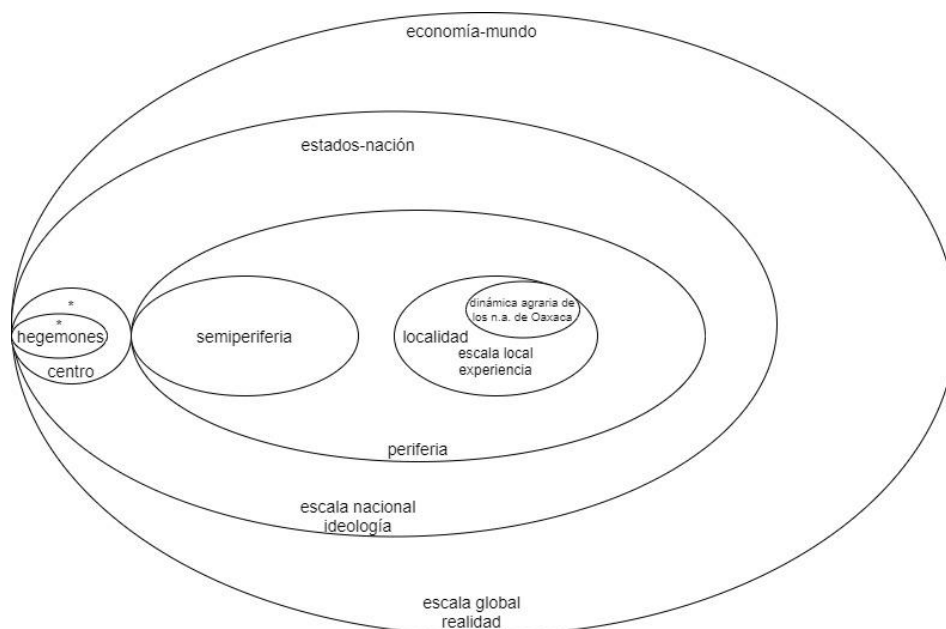
Además de los elementos contrastantes anteriores, hay una semiperiferia que transita entre los procesos centrales y periféricos, sin predominar ninguno de éstos por completo, y se puede suponer que la semiperiferia a su vez, domina y controla ciertos espacios periféricos para mantener su posición, aunque no tenga el control de mejorarla (ARRIGHI, 1997).

A lo anterior hay que adicionar el aporte de Taylor (2002) que elaboran la noción de estructura tripartita de Wallerstein, que permite controlar los conflictos como el de centro, semiperiferia y periferia. Así mismo existe una escala de análisis tripartita: la de la experiencia a nivel local -intraestatal-; la escala real o global a nivel de la economía-mundo y, la escala intermedia a nivel de los estados-nación, en la que opera la ideología.

Por lo anterior, el sistema de estudio, es decir, la dinámica agraria de Oaxaca está contenida en una serie de sistemas cada vez mayores (véase figura 5). Ciertamente a este punto del conceptagon, se trata de elementos de base teórica que, sin embargo, aunque presentados

como primer triplete, corresponde a una fase importante del análisis y es resultado de la relación de los siguientes tripletes y los datos recabados en campo.

Figura 5 - Dinámica agraria de Oaxaca incrustada en sistemas mayores.



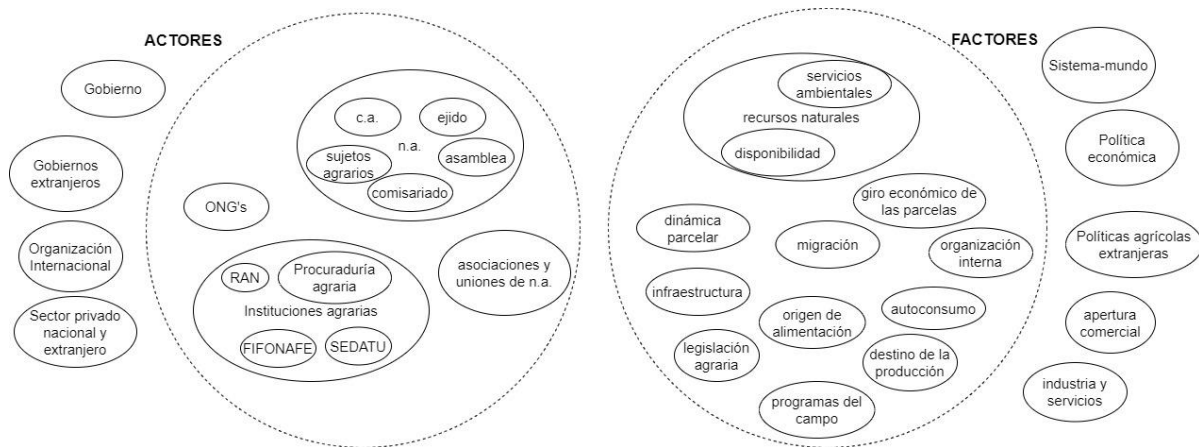
Fuente: Org. por autores, 2021.

Este sistema interior, la dinámica agraria de los n.a. de Oaxaca, se encuentra dentro del Estado-nación, el cual regula y filtra las direcciones provenientes desde la economía-mundo, es decir, opera en el convencimiento de que estas direcciones son tomadas para el bienestar a nivel de la localidad, para lo que se vale de la ideología política que sirve de base para caracterizar la política económica. De los sistemas supra internos fluye la circulación del capital permitiendo que sea a nivel de la economía-mundo en donde ocurre la acumulación mediante el mercado mundial (TAYLOR, 2002).

4.4 LÍMITES, INTERIOR, EXTERIOR

Los límites internos del sistema lo definen en una primera aproximación, según McGee y Edson (2010), se trata de elementos que son controlados o cambiados por el sistema, por el contrario, los elementos que componen las fronteras externas son aquellos que, desde el exterior, influyen al sistema, pero no pueden ser modificados o controlados por el mismo. En la figura 4, los elementos internos y externos al sistema se dividen en actores y factores de este.

Figura 6 - Límites internos y externos en actores y factores del sistema.



Fuente: Org. por autores, 2021.

Los factores son identificados a partir de la investigación documental y teórica, así, en primer punto se considera que toda economía nacional está restringida a un sistema-mundo conformado por una periferia y un centro que comanda a partir del control de los procesos financieros, económicos y comerciales (WALLERSTEIN, 2005). Por otro lado, surgen elementos como factores cuando en otros estudios sobresalen como condicionantes del potencial productivo de los núcleos agrarios (MORETT; COSSÍO, 2017).

4.4.1 Economía-mundo, subsistemas y la totalidad

Para entender las relaciones tanto de los factores como de los actores externos al sistema, hay que retomar la economía-mundo, según Arrighi (1996) el ciclo de acumulación de capital en turno es la hegemonía de Estados Unidos desde el siglo pasado, la que está experimentando una crisis iniciada en los años 80, empeorando a partir del año 2000 con los desequilibrios financieros derivados de la llamada “nueva economía” -relacionada a las empresas de internet- y la política neoliberal de desregulación financiera especulativa entre otras (DABAT; LEAL, 2019).

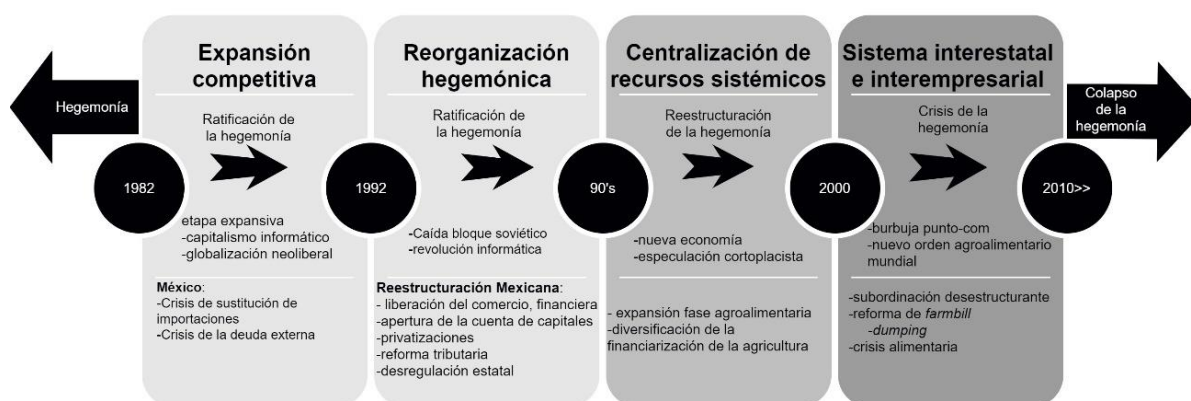
En ese sentido, la economía-mundo que opera desde el mercado mundial, regula la política económica, como se verá, y las políticas agrícolas extranjeras, principalmente la de Estados Unidos, puesto que en una primera instancia se desarrollaron las estructuras de organización internacional a las que Grosfoguel (2003, p.154) llama “organizaciones disciplinarias del capital global” -actores externos del sistema-.

En ese sentido, bajo estos mecanismos de centralización hegemónica, se encausó a México a una reestructuración más que nada relacionada a la apertura comercial y por lo tanto

al aumento de la industria y sector de servicios en tierras de Propiedad Social, con implicaciones a nivel de la legislación agraria, la organización interna de los n.a., el destino de la comercialización de la producción parcelar, por lo tanto, a cambios en el origen de los alimentos y del modelo de autoconsumo, y finalmente a formas distorsionadas de dinámicas económicas de las parcelas.

De forma concisa se ilustra este proceso mediante la Figura 7, en una línea del tiempo que contiene conceptos de Arrighi y Silver (2001) sobre las transiciones de hegemonía del mundo moderno en el sistema-mundo ligados a los acontecimientos a nivel estructural de México.

Figura 7 – Efectos de la transición hegemónica en el contexto mexicano



Fuente: Org. por autores, 2021.

Con la crisis de sustitución de importaciones y de la deuda externa, México intentó negociar nuevos préstamos para lo que el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y la Organización Mundial de Comercio condicionaron el rescate económico de México bajo ciertas reformas estructurales (HARVEY; MATEOS, 2007). Las que incluyeron la liberación del comercio y financiera interna, la apertura de la cuenta de capitales, privatizaciones sobre todo de paraestatales, una reforma tributaria y desregulación estatal (CLAVIJO; VALDIVIESO, 2000).

Lo anterior acontece en un marco de expansión competitiva de la hegemonía como mecanismo para ratificar a la misma, pues se habían experimentado para los años 80's, crisis que ponían en amenaza la hegemonía estadounidense (OSORIO, 2017).

En una nueva vuelta del modelo del ciclo de acumulación de Arrighi, la centralización de recursos sistémicos es una forma de reestructurar la hegemonía en colapso, en México se manifiestan desde el exterior la expansión de la fase agroalimentaria (RUBIO, 2004) y la

diversificación de la financiarización de la agricultura que venía conformándose desde los años 70 (ECHANOVE, 2017), por lo que se fortalecen las cadenas agroalimentarias dirigidas por grandes agroindustrias transnacionales (ROBLES; BÓRQUEZ, 2014).

4.4.2 Relaciones de las partes desde la economía-mundo a la dinámica estudiada

De la investigación documental, en su aspecto económico-productivo e histórico se derivó algunas características deseables en los ejidos y comunidades agrarias, a partir de la intención de, con este sistema agrario, desarrollar el mercado interno en una época de sustitución de importaciones, o sea, producir lo necesario para cubrir las demandas de consumo mediante una política subsidiaria, y de esta manera asegurar la permanencia y reproducción de la población rural (OLIVER, 1995).

Por esta razón, se consideraron como factores internos: la migración, el autoconsumo característico de la agricultura tradicional; la dinámica parcelar, o sea, la producción agropecuaria de la tierra parcelada y por lo tanto la presencia o no de cambios de estas actividades económicas; el destino de la comercialización -local/regional, nacional o internacional-; y, el efecto de la infraestructura y comunicaciones de los n.a. estudiados. De forma menos inmediata pero importante, la apropiación, comprensión y práctica de las regulaciones agrarias, es decir la observancia de la ley, y por lo tanto el efecto de esto sobre la organización interna del n.a. y entre éstos.

Si bien, la política económica no define al sistema, influye directamente sobre las prácticas concretas en el día a día del campo, pues a partir de los impactos de ésta por medio de la política agrícola se toman decisiones a nivel productivo de las tierras parceladas. Después de la reforma de 1992, la política agrícola en México se enfocó en desarrollar programas del campo que homogeneizaba a éste y fue disminuyendo con los años la ahora inexistente política agraria.

En ese sentido, los programas se orientaron hacia el aumento del apoyo económico en aquellos productores organizados, certificados -en el caso de n.a.-, en cierta medida capitalizados y con base en la productividad y las ventajas comparativas (DE GRAMMONT, 2010), lo que aumentó la polarización preexistente entre los productores rurales, surgiendo una adaptación mediante el aumento de la diversificación productiva y así mismo en cambios del giro económico de la tierra parcelada.

En ese sentido, los cinco n.a. únicamente han tenido acceso al programa de gobierno PROCAMPO, el cual había sido hasta la administración anterior, el principal apoyo al campo, en el que se dan pagos directos por hectáreas y por año. En todos los casos coinciden no hacer

uso directo del apoyo en la tierra parcelada pues los pagos no son suficientes para invertir en la producción (cuando la hay).

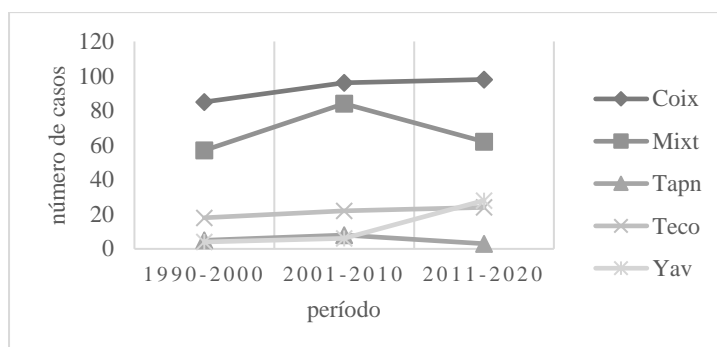
El aspecto de la capacitación, en todos los casos mencionaron no haber tenido ningún tipo de capacitación, la que fue clasificada en: capacitación agraria, que considera visitas agrarias, capacitación para organización interna, administración y derechos agrarios; capacitación para la producción que contempla: manejo de cultivos, de producción pecuaria y comercialización de la producción.

Por otro lado, tres de los cinco n.a. tuvo un cambio en el uso del suelo parcelar o abandono de éstas para realizar otra actividad económica después de la reforma de 1992, Santa María Tecomavaca que fue de producción de limón y hortalizas hacia los pequeños comercios en la localidad y transporte (mototaxi); San Pedro Tapanatepec que cambió por completo de la agricultura tradicional de la milpa a cultivos de mango; y, especialmente San Pedro Mixtepec, pues el cambio del giro económico fue de la agricultura de temporal al de servicios turísticos y venta de las tierras parceladas.

Si bien la migración desde décadas anteriores venía incrementando, es al final del periodo estabilizador, y con las reformas estructurales en que se acelera el proceso de abandono de la actividad agropecuaria en los hogares rurales y con ello, la migración a los centros (económicos) de la agricultura intensiva, a nivel local, nacional e internacional (LARA, 2012).

En todos los casos estudiados, se presentan casos de migración hacia los Estados Unidos (véase gráfica 1), la que sólo en los casos del cambio del giro económico se ve disminuida en la última década, como en Tapanatepec y Mixtepec; mientras que tuvo un aumento drástico en la comunidad de Yaviche. En el primer caso, la localidad se vio favorecida de una localización ideal para el transporte y acceso de comunicaciones (infraestructura), la transición hacia la producción de mango, con ello, el acceso a programas públicos de apoyo al campo y con el tiempo, el acceso al mercado de exportación; lo que relacionan los ejidatarios con la disminución del número de migraciones nacionales e internacionales de la localidad.

Gráfica 1 - Evolución de la migración en los n.a. estudiados.



Fuente: Org. por autores, 2021.

En el caso de Yaviche, se ve una tendencia que va en aumento en la última década, los representantes y entrevistados del n.a. relacionan esto con la baja productividad del café por causa de la roya (*Hemileia vastatrix*) que viene afectando a los cultivos del país desde el 2012, así como por los precios internacionales de éste, la escasa infraestructura con la que cuentan y el difícil acceso a la localidad; y, por las nuevas políticas migratorias de Estados Unidos para trabajo temporal.

De los cinco casos estudiados, todos presentaron en cierta medida la práctica del autoconsumo, sin embargo, de los alimentos que fueron considerados los más importantes en la alimentación de los n.a., en la mayoría de los casos es mayor el origen externo a la localidad que los producidos para autoconsumo (véase tabla 2) en kilogramos por consumo anual y por familia. Sólo en algunos casos la producción para autoconsumo fue mayor: Coixtlahuaca con maíz y Yaviche con maíz, frijol y panela.

Tabla 2 – Origen de alimentos de mayor importancia para los n.a.

Kg/año n.a.	maíz		frijol		huevo		pollo		azú-panela	
	ext.	produc	ext.	produc	ext.	produc	ext.	produc	ext.	produc
Coix	47,52	96,48	31,20	28,80	97,59	10,84	91,2	28,8	48	0
Mixt	72,36	35,64	23,76	12,24	101,78	13,88	115,58	18,81	72	0
Tapa	120	0	45	0	79,80	6,94	89,28	6,72	47,04	0,96
Teco	108	12	33,12	2,88	92,16	3,84	125,28	18,72	60	0
Yav	60,48	74,27	13,20	46,80	57,10	15,18	69,6	50,4	18,24	77,76

ext. = origen externo al n.a.; produc= producción para autoconsumo

Coix-Coixtlahuaca; Mixt-Mixtepec; Tapa-Tapanatepec; Teco-Tecomavaca; Yav-Yaviche

Fuente: Org. por autores, 2021.

En todos los casos en que los alimentos tienen origen externo a la localidad, los productos son provenientes del estado de Puebla, uno de los estados con mayor producción de alimentos tanto de origen agrícola como pecuario (SIAP, 2020).

Según la naturaleza de la actividad económica de las parcelas será la relación entre la economía nacional e internacional con el n.a. (véase Tabla 3), es decir, cuando la actividad económica se basa en la agricultura tradicional como en Coixtlahuaca el destino de la producción o comercialización será de autoconsumo y local respectivamente, y afectada por los precios internacionales que operan en el país.

Tabla 3 - Actividad económica predominante de las parcelas y comercialización.

	cultivo	destino
Coix	milpa/trigo	autoconsumo
Mixt	venta/servicios	local > internacional
Tapa	mango	exportación
Teco	limón	regional
Yav	café	regional > exportación

Coix-Coixtlahuaca; Mixt-Mixtepec; Tapa-Tapanatepec; Teco-Tecomavaca; Yav-Yaviche

Fuente: Org. por autores, 2021.

En el caso de productos que cotizan en la bolsa de valores (*commodities*) se trata de productos que transitan entre dos alternativas, o compiten en el mercado regional frente a los productos de importación o provenientes de las grandes empresas agrícolas nacionales con baja oportunidad de competitividad como Tecomavaca, o se integran a las empresas agroalimentares como Tapanatepec y Yaviche.

Lo anterior tiene relación en parte, con el “capital financiero-especulativo que controla las commodities en las bolsas de valores” (RUBIO, 2008); y con el factor externo del sistema de la política agrícola extranjera y cómo influencia ésta a niveles de la localidad, en este sentido, la política agrícola *Farm Bill* de Estados Unidos, caracterizada por altos subsidios a productores altamente capitalizados y a las grandes corporaciones y la reducción por debajo del valor real del precio del maíz, en un ambiente de liberación económica, incrementa las importaciones en México y acelera el proceso llamado *dumping*, afectando directamente a los n.a. basados en el cultivo tradicional de la milpa (ROBLES; BÓRQUEZ, 2014).

El caso de Mixtepec es especial puesto que se ha abandonado en la mayoría de sus parcelas la actividad agrícola para incursionar en el sector de servicios turísticos y la venta de las parcelas como terrenos privados. Esto porque la localidad se encuentra ubicada estratégicamente en una de las playas más concurridas de Oaxaca. No se han obtenido los datos de la cantidad de parcelas vendidas, sin embargo, los informantes clave que hicieron parte de la colecta de datos mencionan una alta presencia de población extranjera en posesión de estas tierras.

En el caso de Tapanatepec, se presenta compraventa de tierras parceladas valuadas según el tipo de cultivo de mango que tenga, y la compraventa explican los ejidatarios son por un lapso aproximado de 30 años o mientras dure la producción del fruto. La tierra en sí misma carece de valor, pues éste está dado sólo por la presencia del huerto y su calidad. La compraventa se da entre ejidatarios y personas ajenas al n.a., aunque los principales compradores son ejidatarios, las dimensiones vendidas oscilan entre 350 y 400 ha, aproximadamente el 30% de la tierra parcelada, que además mencionaron recaen en una familia en particular.

Otro aspecto que se consideró necesario de exponer fue la relacionada con la legislación agraria y la práctica de esta a nivel local. Pues, la intención de la reforma agraria de 1992 fue imperantemente por la necesidad de dar certeza jurídica a los ejidatarios y comuneros del país y permitir que, a partir de ésta, se obtuviera un control ideal de la información y organización territorial de los núcleos agrarios (RIVERA, 2003).

Domina en los n.a. estudiados, el bajo conocimiento de los reglamentos agrarios, así como la baja aplicación de éstos en la organización de cada ejido y c.a. y con registros muy antiguos y no actualizados, así como otros inexistentes (véase cuadro 2).

Cuadro 2 - Elementos de aplicabilidad de los reglamentos agrarios en los n.a. estudiados

n.a.	asambleas regulares	dominio de la legislación	ejercicio propio	cambios de comisariado	reglamento y estatutos internos	cultura registral
Coix	no	no	si	no	no	baja
Mixt	si	no	si	si	no	baja
Tapa	si	no	si	si	si	baja
Teco	si	no	si	no	no	baja
Yav	si	no	si	no	no	baja

Coix-Coixtlahuaca; Mixt-Mixtepec; Tapa-Tapanatepec; Teco-Tecomavaca; Yav-Yaviche
Fuente: Org. por autores, 2021.

En la mayoría de los casos se reúne la asamblea regularmente, a excepción de Coixtlahuaca, localidad que viene desintegrándose su organización desde hace más de 12 años. Esto lo relacionan los representantes a la baja participación que se ha tenido en la comunidad, pues el índice de migración hace una década era muy alto en la comunidad, y por otro lado mencionaron tener problemas internos.

Cada uno de los n.a. estudiados, tienen características que hacen de su organización interna un caso específico, es decir, que han adoptado prácticas de organización particulares y según sus propias lógicas, pues desconocen en la mayoría de los casos los mecanismos de

sucesión de derechos y nulamente llegan a tener visitantes agrarios por parte del Registro Agrario Nacional.

Así mismo, son comunes y frecuentes los conflictos agrarios entre localidades vecinas como el caso de Mixtepec, e internas como en el caso de Coixtlahuaca, esto lleva a suponer que por esta razón aún continúan las asambleas regulares en estos n.a. pero sin tener intenciones de regularizarse en las instituciones agrarias nacionales y manteniendo una baja cultura registral, amparándose en el derecho de usos y costumbres propios de las comunidades agrarias.

Otro factor que se consideró como interno del sistema, es la disponibilidad de recursos naturales y el manejo que tengan de éstos los n.a., pues en la medida que se presentó esta característica en cada uno de los n.a. se pudo observar un mayor arraigo de la población en la localidad por los servicios ambientales y mayor diversificación rural (ver anexo 1). Sobresale en este sentido la comunidad agraria de Yaviche, siendo que presenta los niveles más altos de servicios ambientales, de los cuáles consideraron los integrantes de la comunidad el factor cultural como uno de los más importantes para ellos, pues cohesiona los demás indicadores, además de considerar que, a partir de éste, la tendencia de los demás es alta, es decir, de mejora del servicio.

En cuanto a los actores del sistema, algunos ya han sido expuestos, como los gobiernos extranjeros mediante sus políticas agrícolas, la incursión en las formas de comercialización de las localidades de México; así mismo la organización internacional y sus directrices que modifican o alteran las estructuras políticas y económicas de México; y ciertamente la estructura que conforma a los n.a..

El sector privado nacional y extranjero son considerados actores puesto que aparecen en todos los n.a. estudiados, sobre todo en los mecanismos de comercialización, pues a través de empresas nacionales o transnacionales absorben la producción de los n.a. mediante sus propias condiciones y control de precios, e integran a estos n.a. a las cadenas agroindustriales sea para distribución nacional o para exportación (RUBIO, 2004; 2008; AKAKI; ECHÁNOVE, 2006).

En este sentido, los n.a. agrarios más afectados por las políticas de precios y los costos de insumos, ambos impuestos por el modelo del nuevo orden agroalimentario mundial son Tapanatepec con la comercialización del mango a JUMEX y a empresas transnacionales de fruta en Estados Unidos y Europa; Tecomavaca con los precios internacionales del limón y el nulo acceso a programas gubernamentales; y Yaviche con el bajísimo precio internacional del café, la venta de café verde a empresas europeas y estadounidenses que por su naturaleza de

producto orgánico absorben la producción para devolverla a sus mercados nacionales ya procesada y empaquetada.

Así mismo se consideró como actor a las ONG's, pues en el caso de Yaviche, la presencia de una ONG ha posibilitado en compañía con la comunidad, desde la Asamblea de Bienes Comunales, la integración de una Universidad con perspectiva comunitaria en la localidad, así mismo trabajan con los comuneros y comuneras en la revaloración y preservación de sus modos tradicionales de vida y de gestión del ambiente.

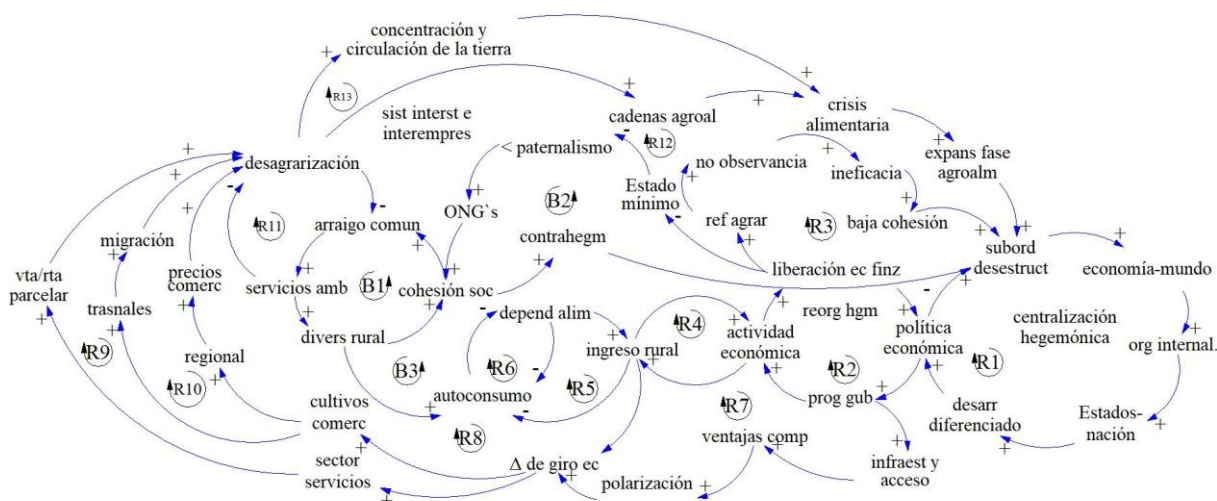
4.5 COMANDO, CONTROL, COMUNICACIONES

Boardman y Saucer (2008), nos indican que los tripletes anteriores son observacionales, es decir, que hasta este punto estaremos adecuadamente informados, y por lo tanto es momento de diseñar. Para esto, los pensadores sistémicos se valen del diagrama de bucle causal con la que se organiza los datos en relaciones -comunicaciones- que visibilizan los mecanismos de control y de comando -regulación del sistema-.

Este triplete, por lo tanto, muestra la arquitectura de gobernanza del sistema, es decir, el conjunto de elementos y sus comunicaciones a través de los que se determina la forma en que se ejerce el poder, o sea, la dinámica del sistema por causa del comando para controlar los procesos (McGee; Edson, 2010).

Con la información de los tripletes anteriores, que corresponden al todo, es el momento de categorizar la información para llegar a las partes y sus relaciones. Esto se realizó mediante el microanálisis de codificación abierta y axial (GLASER; STRAUSS, 2017), y se realizó con las categorías, un diagrama de bucle causal como una aproximación de la complejidad del sistema (véase Figura 8).

Figura 8 - Diagrama de bucle causal de la dinámica agraria de los n.a. estudiados



Clave: desarr diferenciado – modelos de desarrollo diferenciados; ingreso rural – necesidad de un ingreso económico; Δ de giro ec – cambio de giro económico; precios comerc – no control de precios de comercialización; vta/rta parcelar – venta y renta de la tierra parcelada; < paternalismo – disminución de paternalismo en políticas públicas; contrahegm – contrahegemonía.

Fuente: Org. por autores, 2021.

Con la información de los tripletes anteriores, es posible trazar los procesos bajo la lógica del control de los comandos del sistema, de forma tal que puede ilustrarse las relaciones o mecanismos por los que opera la economía-mundo desde fuera en la dinámica agraria de los n.a. estudiados. Se asocia cada una de las variables estudiadas con los conceptos teóricos que la explican desde la perspectiva de economía-mundo, para obtener la secuencia de causas que permiten al sistema reproducirse.

Los bucles se representan en la dirección de refuerzo (R) o de equilibrio (B), bajo la lógica del axioma que toda influencia es de causa y efecto, así, la retroalimentación (*feedback*) apunta a todo flujo recíproco de influencia (SENIGE, 1990). La relación de una variable a otra es de aumento, e.g., en el bucle R5, al aumentar la necesidad de ingreso económico en la mayoría de los casos hubo un cambio de giro económico en la tierra parcelada sea total o parcial. En el caso de una relación negativa, se representa con el símbolo (-), e.g., en el bucle R6, al aumentar el autoconsumo, disminuye la dependencia alimentaria, en consecuencia, al aumento de la dependencia alimentaria, se ve disminuido el autoconsumo.

Por un lado, las causas que llevaron a la toma de decisiones según las categorías estudiadas en los n.a. son complejas, pero se entiende que la mayor incidencia es externa, por otro lado, los bucles de equilibrio (B) son dos, de los que deriva en el caso de éstos n.a., la contrahegemonía, la cual, al aumentar, disminuye la subordinación desestructurante (RUBIO, 2004) que desde el exterior incide mediante diversos procesos sobre estos bucles.

4.6 ESTRUCTURA, FUNCIÓN, PROCESOS

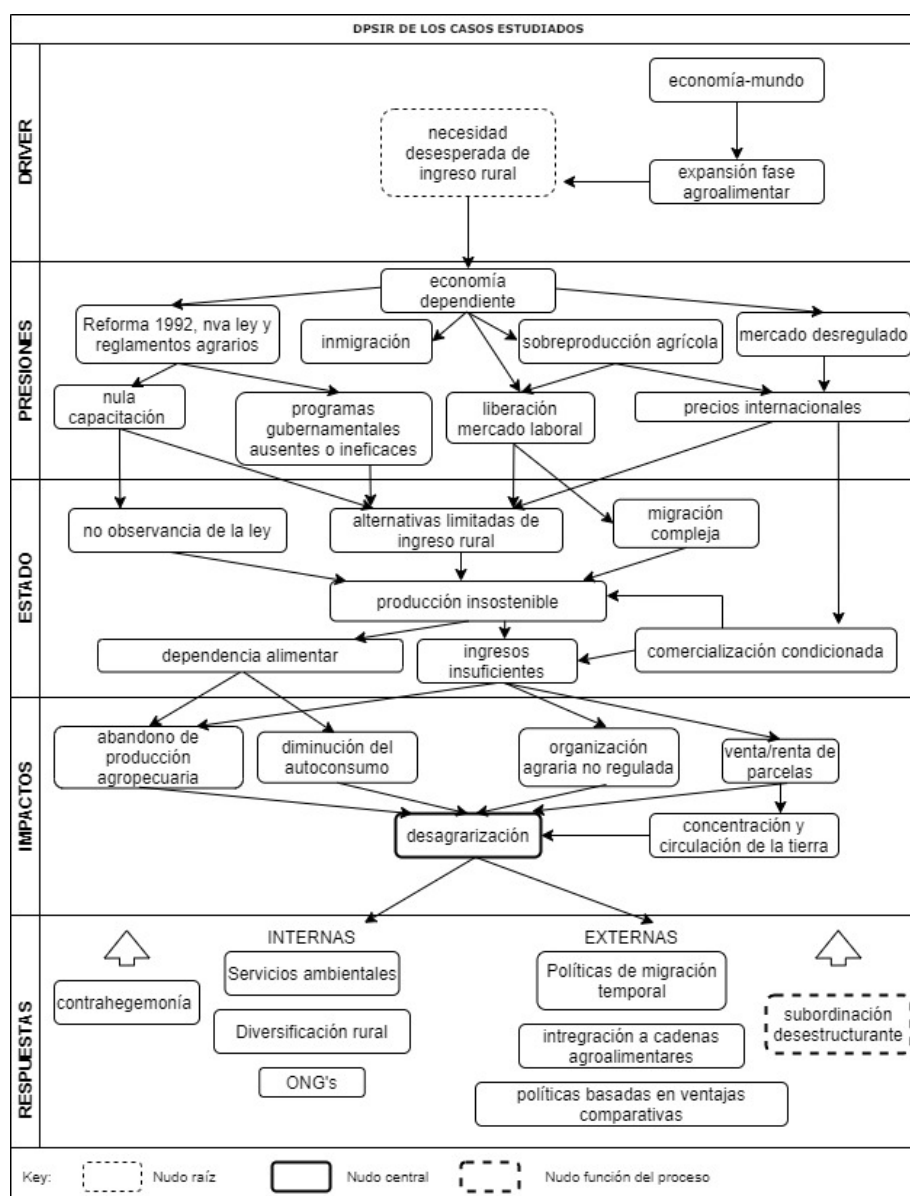
La complejidad de los procesos anteriores puede ser comprendida para cumplir con la condición de simplificación -no reducción- de éstos en un modelo conceptual que parte del *driver* del sistema, es decir de aquello que permite que el sistema exista como tal y permanezca en el tiempo. Bajo la lógica de relaciones del DPSIR sumado a la información anterior, determinamos el modelo conceptual como herramienta visual de comprensión del sistema.

Del flujo de los procesos de las variables del bucle causal, se determina los nudos del sistema, de manera que son claves las variables que tienen mayores incidencias para su aumento y aquellas que presentan mayor bifurcación. Por lo tanto, el nudo raíz, se consideró a la necesidad de ingreso rural, descrito por Rubio, 2004, como una necesidad desesperada, puesto que las decisiones tomadas a partir de ésta no implican un aumento del ingreso rural que disminuya la desagrarización del campo, el cual por su parte se considera necesario para la reproducción de la unidad de producción que estuvo ligada desde siempre a la estructura agraria de la Propiedad Social (DE GRAMMONT, 2016).

Puesto que la mayoría de las decisiones tomadas derivan directamente o no en una desagrarización del campo, es ésta una variable central, y uno de los comandos del sistema externo en el que está incrustada la dinámica agraria de éstos n.a.; finalmente la subordinación desestructurante (OSORIO, 2017; RUBIO, 2004) como nudo de función del proceso estructural de la dinámica (véase figura 9).

La dinámica agraria de éstos n.a., deviene de una verticalidad de procesos que se expandieron con las reformas estructurales, por lo que en todos los casos se observó una organización sistémica que antepone la actividad más lucrativa como mecanismo de ingresos, y la cuál marca la dinámica agraria.

Figura 9 – DPSIR de la dinámica agraria de los casos estudiados.



Fuente: Org. por autores, 2021.

La necesidad desesperada del ingreso rural se ve afectada inmediatamente por las presiones, las que operan desde la economía dependiente y que llevaron a las reformas de 1992, especialmente las que tienen que ver con lo agrario: la disminución y eliminación de los sistemas públicos de extensión y por tanto de capacitación tanto de lo agrario como de lo relacionado con la producción y comercialización; y la modificación de los programas gubernamentales que no consiguen alcanzar a los n.a. estudiados. Así mismo la presión por inmigración crea una demanda de tierra -en el caso de Mixtepec- abriendo “oportunidades” paliativas de ingreso rural.

Aunado a lo anterior los elementos provenientes del mercado desregulado mundial, llevan a un estado de los n.a. caracterizado por:

- la no observancia de ley, pues los casos estudiados no se apropiaron de los reglamentos y no han mantenido los registros actualizados, igualmente fue observado un gran desconocimiento de los mecanismos legales de sucesión de derechos; esta no observancia de ley contradictoriamente beneficia la hegemonía y por lo tanto su operación a través de los Estados-nación, pues se relaciona la educación jurídica como una forma de preparación contrahegemónica (SANDOVAL, 2020);
- alternativas limitadas de ingreso rural, pues sólo corren dos opciones en el caso de los n.a. que aún están en el campo agrícola, o se integran a las cadenas agroalimentarias, o compiten en el mercado frente a precios bajísimos fijados desde el exterior, por lo tanto, a un estado de comercialización condicionada;
- una migración compleja, en la que ya no es la migración definitiva que según De Grammont (2016) caracterizaba antes la desagrarización hasta los años 90's; sino una en la que el trabajo temporal ya no desaparece a la unidad de producción si no reformula la lógica de organización y a su vez, legitima los procesos de explotación laboral (OSORIO, 2010);
- en consecuencia, por una producción insostenible que aumenta la dependencia alimentaria y la insuficiencia de ingresos rurales.

Los impactos del estado bajo las presiones señaladas se traducen en el abandono de la producción agropecuaria, la disminución del autoconsumo, el aumento de la organización agraria no regulada, y tal vez la más fatal de todas la venta y renta de la tierra parcelada que conlleva a un aumento paulatino de la concentración y circulación de la tierra, en estos momentos en un nivel aparente entre ejidatarios y comuneros; finalmente éstas en conjunto son características de la desagrarización (DE GRAMMONT, 2016).

Ante esta desagrarización, las respuestas del modelo son internas, es decir en el seno de los n.a. y externas, las que vienen de la reorganización hegemónica mediante las políticas de migración temporal, la integración de los productores a las corporaciones comercializadoras y agroindustriales y las políticas públicas basadas en las ventajas comparativas de las que carecen estos n.a. y que se ve reflejado al no tener acceso a otros programas.

4.7 EMERGENCIA, JERARQUÍA, ABERTURA

El modelo evidentemente muestra una jerarquía de los procesos que deviene de la estructura mayor del Estado-nación, según Osorio (2017) la que es necesaria para legitimar los

mecanismos de acumulación de capital. La abertura del sistema a nivel interno es abierta, por lo que fácilmente sufre los efectos de los factores externos, por el contrario, el flujo de adentro hacia el exterior es en comparación mínimo. La variable contrahegemónica permite ilustrar algunos de los efectos que devienen de los bucles de equilibrio, sin embargo, no fue observado y rigurosamente estudiado en este sentido.

Lo anterior permite determinar qué tan adecuada es la estructura del sistema ante una emergencia sea externa o interna que afecte la reproducción de este, es decir su permanencia en el tiempo (BOARDMAN, et al. 2009). Por lo que, en el caso del modelo, la jerarquía especializada y la abertura hacia el interior, permiten esta capacidad al modelo descrito actualmente de continuar con esta estructura en el tiempo.

4.8 VARIEDAD, PARSIMONIA, ARMONÍA

Este triplete en su conjunto permite evidenciar los mecanismos suficientes del sistema ante diferentes problemas que pudieran presentarse (EDSON, 2008). Se identifica a través del estudio de la armonía, la que vuelve al sistema equilibrado y unifica sus partes mediante la parsimonia -simplicidad- y el nivel de variedad para adaptarse a su vez, a la variedad externa.

En el caso del modelo propuesto, el sistema, o la dinámica de los n.a. estudiados en el sentido interno a éstos, no le es suficiente la diversificación rural para verse reflejados los procesos que les permitirían un ingreso rural adecuado a sus necesidades y que a su vez posibilite la *agrarización* de las tierras parceladas que mantendría la estructura agraria como fue planteada antes de las reformas.

4.9 CONSIDERACIONES

El planteamiento inicial del trabajo fue la propuesta de método para el estudio de la dinámica agraria de n.a. de Oaxaca a causa de la Reforma de 1992, mediante la aplicación del pensamiento sistémico y de sus herramientas de análisis. Se considera que la metodología permite abarcar de forma sistematizada y simplificada una realidad altamente compleja.

La secuencia de las herramientas, tanto del conceptagon como del DPSIR permiten la relación lógica entre los componentes que influyen en el destino económico de las tierras parcelas. En este sentido, el modelo resultante permite entender estas relaciones y exponer la vulnerabilidad de la estructura agraria como inicialmente se había pensado y diseñado.

O sea, las características que la componían y en cierto sentido soportaron la existencia de la Propiedad Social de estos n.a., hoy en día se ve inmersa en una red de procesos que modifican a éstas y por lo tanto, las nociones que describen la estructura agraria, no son más suficientes para hablar de éstos en los términos clásicos del agrarismo mexicano. Estas mudanzas deben ser estudiadas a profundidad para poder ser actualizadas y corregidas.

Finalmente cabe decir, que no ha habido decisiones bajo la premisa de las categorías estudiadas que fueran por la dinámica interna, es decir, ésta no opera bajo el ejercicio de libertad y de adaptación a los efectos de la hegemonía y la economía-mundo, sino más bien bajo la idea de “inclusión” (OSORIO, 2010), que por estar dentro de la economía-mundo tiende la actividad económica de las tierras parceladas a un estado de exclusión económico-comercial y de la disminución de características deseables que una vez fueron las que describían a la Propiedad Social, al menos, de los casos estudiados.

4.10 REFERENCIAS

- AKAKI, P. P.; ECHÁNOVE, H.F. Cadenas globales y café en México. *Cuadernos geográficos de la Universidad de Granada*, v. 38, n. 1, p. 69-86, 2006.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Segunda edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Editora Contraponto. UNESP. RJ. 1996
- ARRIGHI, G. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. verso. 1994
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos y orden en el sistema-mundo moderno* (Vol. 10). Ediciones Akal. 2001
- BÁRCENAS, F. L. *El régimen de la propiedad agraria en México: primeros auxilios jurídicos para la defensa de la tierra y los recursos naturales*. Centro de Orientación y Asesoría a Pueblos Indígenas. 2017
- ROBLES, B. H.; BÓRQUEZ, L. C. Vigencia de la reforma agraria en América Latina. En: Hidalgo, F. ed. *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos*. Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN) Quito. pp. 107-140. 2014.
- BOARDMAN, J.; SAUSER, B.; JOHN, L.; EDSON, R. *The conceptagon: A framework for systems thinking and systems practice*. In 2009 IEEE International Conference on Systems, Man and Cybernetics (pp. 3299-3304). IEEE. 2009, October. <https://doi.org/10.1109/ICSMC.2009.5346211>
- BOARDMAN, J.; SAUSER, B. *Systems thinking: Coping with 21st century problems*. CRC Press, 2008.
- CASTAÑEDA, J. C., & Mackinlay, H. ¿Existe aún la propiedad social agraria en México?. *Polis*, 11(1), 45-82. 2015
- CLAVIJO, F.; VALDIVIESO, S. *Reformas estructurales y política macroeconómica: el caso de México 1982-1999*. DF: CEPAL/Estrategia y Análisis Económico Consultores/Fondo de Cultura Económica. 2000
- CONGOST, R., & Lana, J. M. *Campos cerrados, debates abiertos*. Análisis Histórico y propiedad de la tierra en Europa, siglos XVI-XIX, Navarra, Universidad Pública de Navarra. 2007
- CRUZ, A. C. A. *Ejidos e comunidades agrárias em Oaxaca, México: um estudo histórico, legal e da realidade atual*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. 2016
- CRUZ, A. C. A.; SILVEIRA, V.C.P. Enfoque sistémico de las formas de acceso a la tierra en la sociedad prehispánica náhuatl. *Brazilian Journal of Development*. Vol. 7, no. 8. 2021. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-086>
- DABAT, A.; LEAL, P. Ascenso y declive de Estados Unidos en la hegemonía mundial. *Problemas del desarrollo*, 50(199), 87-114. 2019
- DE GRAMMONT, H. C. Hacia una ruralidad fragmentada: La desagrarización del campo mexicano. *Nueva sociedad*, n. 262, p. 1, 2016.
- DE GRAMMONT, H. C. La evolución de la producción agropecuaria en el campo mexicano: concentración productiva, pobreza y pluriactividad. *Andamios*, v. 7, n. 13, p. 85-117, 2010.
- ECHÁNOVE, H. F. *La financiarización de la agricultura: La participación del plan de pensiones de Canadá en Glencore*. Papeles de Geografía, (63) pp. 133-145. 2017.
- EDSON, R. *Applied Systems Thinking*. Systems Engineering in the Fourth Industrial Revolution, p. 21-43, 2019.
- EDSON, R. *System Thinking. Applied*. A primer. ASyST Institute. Arlington, Virginia. 2008.
- FRANK, A. G. *The development of underdevelopment*. New York. 1966
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *Discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Routledge, 2017.
- GROSFUGUEL, R. Cambios conceptuales desde la perspectiva del sistema-mundo: Del cepalismo al neoliberalismo. *Nueva sociedad*, 183, 151-166. 2003
- HARD, M.; Negri, A. *Imperio*. Cambridge, Massachussets. 2000
- HARVEY, D.; MATEOS, A. V. *Breve historia del neoliberalismo* (Vol. 49). Ediciones Akal. 2007
- INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Censo Ejidal 2007. <https://www.inegi.org.mx/programas/cae/2007/>
- KOURÍ, E. La invención del ejido. *Nexos* (México, DF), 37(445), 2015. 54-61.
- KOURÍ, E. Sobre la propiedad comunal de los pueblos, de la Reforma a la Revolución. *Historia mexicana*, 66(4), 2017. 1923-1960. <https://doi.org/10.24201/hm.v66i4.3422>
- KRISTENSEN, P. *The DPSIR Framework. Workshop on a comprehensive/detailed assessment of the vulnerability of water resources to environmental change*. In Africa using river basin approach. UNEP Headquarters, Nairobi, Kenya. 2004
- LARA, F. S. M. Los territorios migratorios como espacios de articulación de migraciones nacionales e internacionales. Cuatro casos del contexto mexicano. *Política y Sociedad*, v. 49, n. 1, p. 89, 2012. http://dx.doi.org/10.5209/rev_POSO.2012.v49.n1.36519
- MCGEE, S; EDSON, R. *Extending the conceptagon as an analytic framework: A case study of public preparedness in israel*. In: Proceedings of the 8th Conference on Systems Engineering Research, Hoboken, NJ, USA. 2010. p. 17-19.

- MÉXICO. Ley Agraria. 1992
- MORETT, S. J. C.; COSÍO R. C. Panorama de los ejidos y comunidades agrarias en México. *Agricultura, sociedad y desarrollo*, 14(1), 125-152. 2017
- MOYA, E. F. La gestión de los comunes en México: hacia un modelo de análisis de los ejidos. *Perifèria. Revista d'investigació i formació en Antropologia*, 17(1), 1-26. 2012
- OECD–Organisation for Economic Co-operation and Development. *Environmental Indicators–Development, Measurement and Use. Reference paper*. 2003. Recuperado de: <http://www.oecd.org/env/>
- OLIVER, L. G. *El papel de la agricultura en el desarrollo de México* (No. HC131 G63). Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. 1995
- OSORIO, J. *Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas*. *Crítica Marxista*, 44, 73-85. 2017
- OSORIO, J. La exclusión desde la lógica del capital. *Migración y desarrollo*, v. 8, n. 14, p. 89-104, 2010.
- RIVERA, R. I. Seguridad jurídica para el desarrollo del campo mexicano. *Podium Notarial*. Núm. 27, junio, 2003.
- RUBIO, B. De la crisis hegemónica y financiera a la crisis alimentaria: Impacto sobre el campo mexicano. *Argumentos*. México, DF. v. 21, n. 57, p. 35-52. 2008.
- RUBIO, B. La fase agroalimentaria global y su repercusión en el campo mexicano. *Comercio exterior*, 54(11), 948-956. 2004
- SANDOVAL, T. G. M. La educación jurídica como preparación para la contrahegemonía. *Nuestra Praxis*. Revista de Investigación Interdisciplinaria y Crítica Jurídica. Año 3, núm. 6. pp. 63-76. 2020
- SENGE, P. *The fifth discipline*. The art and practice of the learning organisation. Currency Doubleday. New York. 1990.
- SIAP – Servicio de Información Agroalimentaria y Pesquera. *Panorama Agroalimentario 2020*. Datos de un campo que avanza sin dejar a nadie atrás. 2020. Disponible en: <https://www.inforural.com.mx/wp-content/uploads/2020/11/Atlas-Agroalimentario-2020.pdf> Acceso: 16/05/2021
- SILVEIRA, L. B. Agricultura familiar e informalidade: o seu papel no abastecimento local de alimentos (Tesis doctoral inédita) Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. 2013
- TAYLOR, P. J. *Geografía políticaeconomía mundo, estado-nación y localidad*. Trama Editorial. 1994
- TSCHERNING, K.; HELMING, K.; KRIPPNER, B.; SIEBER, S.; PALOMA, S. G. Does research applying the DPSIR framework support decision making?. *Land use policy*, v. 29, n. 1, p. 102-110, 2012.
- WALLERSTEIN, I. M. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Siglo xxi. 2005
- WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System I*. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. Academic Press Inc. 1974
- YÚNEZ, N. A.; TAYLOR, J. E. *Manual para la elaboración de matrices de contabilidad social con base en encuestas socioeconómicas aplicadas a pequeñas poblaciones rurales* (No. 339.310972 Y8). México: Centro de Estudios Económicos, El Colegio de México. 1999

ANEXO 1. Servicios ambientales

PROVISIÓN								
n.a.	Disp. agua	recolección alimentos	mat primas bióticas	mat. Construcción	combust. Renovables	recursos genéticos	rec. Ornamentales	recursos medicinales
Coix	baja	baja	alta	media	baja	alta	baja	baja
Mixt	alta	baja	baja	alta	baja	media	baja	baja
Tapn	alta	baja	baja	baja	baja	baja	baja	baja
Teco	baja	baja	baja	baja	baja	alta	alta	alta
Yav	alta	alta	alta	alta	alta	alta	alta	alta

Regulación									
n.a.	calidad del aire	regulación del clima	regulación del ciclo del agua	control de la erosión	fertilidad del suelo	reciclado de desechos	control de enfermedades y plagas	polinización	resiliencia
Coix	baja	baja	baja	baja	baja	baja	baja	baja	baja
Mixt	alta	alta	alta	baja	baja	baja	baja	alta	media
Tapn	alta	alta	alta	baja	baja	baja	baja	alta	media
Teco	media	baja	baja	baja	baja	baja	baja	alta	media
Yav	alta	alta	alta	alta	alta	alta	alta	alta	alta

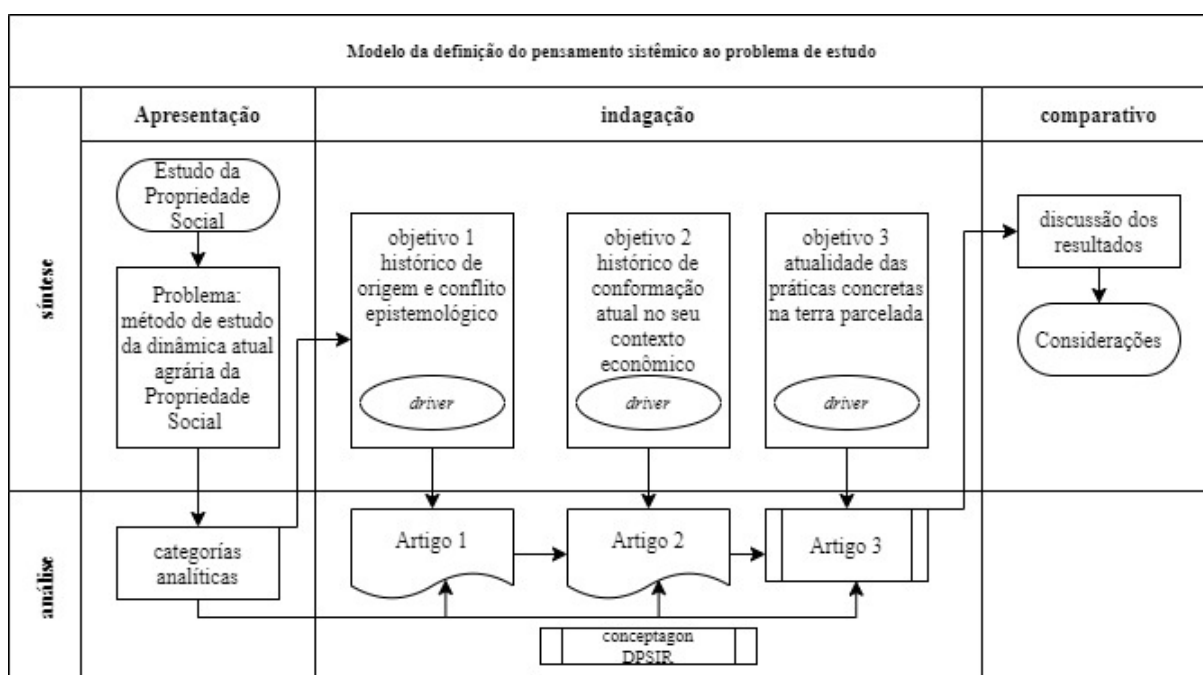
Culturales			
n.a.	recreación y turismo	estéticos	identidad cultural
Coix	media	media	baja
Mixt	alta	alta	baja
Tapn	baja	media	baja
Teco	media	alta	baja
Yav	alta	alta	alta

5 DISCUSSÃO

O modelo elaborado inicialmente permite organizar o estudo da dinâmica agrária atual mediante a definição do pensamento sistêmico. Além disso, ao se considerar no estudo da Propriedade Social fatores históricos, a análise de sistemas-mundo e pesquisa de campo, se obtém um modelo de estudo adequado para compreender o objeto de estudo desde uma visão sistêmica que tem em conta as práticas concretas do dia a dia no campo, as quais são condicionadas pelo efeito das influências externas de sistemas maiores; o que leva a não rejeição da primeira hipótese.

A fim de discutir os resultados dos artigos, é necessário voltar à estrutura metodológica elaborada na apresentação do trabalho, o modelo inicial se baseia na proposta teórico-metodológica para o estudo da dinâmica agrária atual da Propriedade Social (figura 6) na qual se considera essencial a discussão concatenada dos processos históricos que conformam a Propriedade Social.

Figura 6 - Modelo para o estudo da dinâmica atual agrária da Propriedade Social

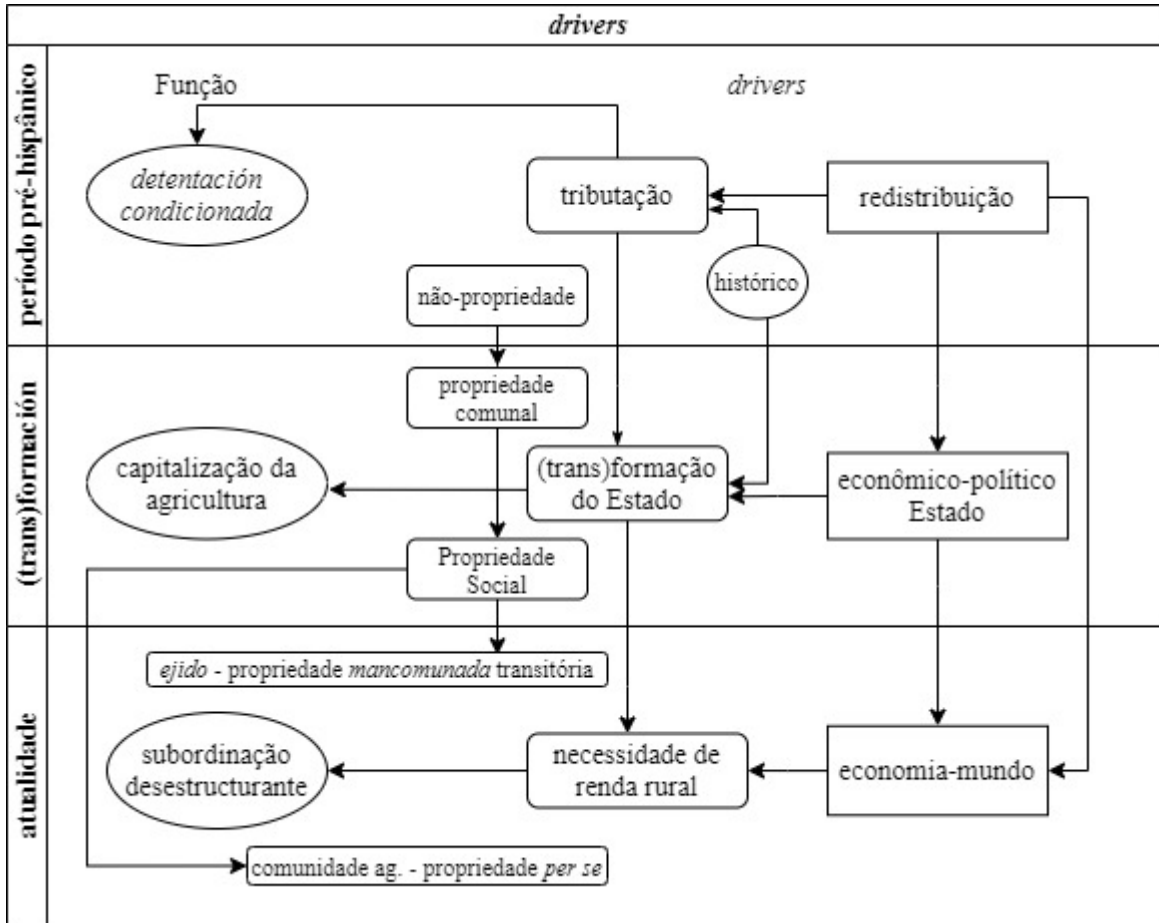


Fuente: propia, 2021.

Além disso, inicialmente se definiu o estudo de busca do fator determinante da estrutura da Propriedade Social segundo sua época e contexto; isto é, a atividade unificante que gera, organiza, hierarquiza e reproduz a dinâmica agrária num momento determinado. Ou seja, o *driver* de cada modelo. Nesse sentido, foi proposto que conhecendo o *driver* da dinâmica em

questão, seria possível determinar a estrutura e sobretudo a rede de relações que movimentam e reproduzem no tempo os elementos que conformam o sistema ou dinâmica (figura 7), portanto, não foi rejeitada a segunda hipótese.

Figura 7 - *Drivers* do modelo de comparação



Fonte: própria, 2021.

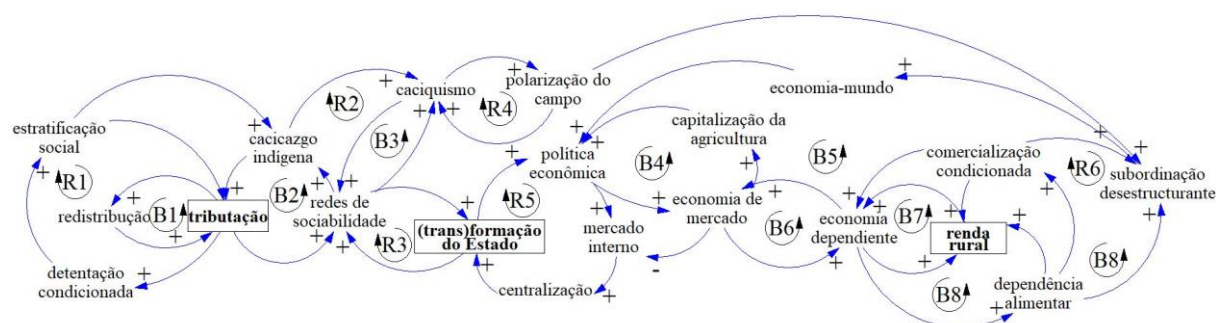
No modelo se observa que os *drivers* nos diferentes momentos históricos mudaram segundo o contexto, em primeiro lugar, de organização social da economia, como é o caso do primeiro momento histórico estudado, é dizer, a redistribuição como mecanismo de organização econômica, uma economia substantiva (POLANYI, 2007); no segundo contexto, pelas relações sociais *embebidas* na organização social -da dinâmica agrária-, com a política econômica de estado para o caso do período de reforma agrária e já estabelecida a economia-mundo na atualidade.

As relações econômicas nos dois últimos períodos condicionaram o *driver* que deveria organizar, hierarquizar e estruturar a dinâmica agrária. No caso do período de reforma agrária, tratou-se de uma dinâmica impulsionada pela (trans)formação (AZUELA, 2011) do Estado

revolucionário, que não deixou de lado as redes estruturadas de sociabilidade do século XIX, porém, com uma forte influência do exterior, incorporando políticas que foram replicadas em diferentes países.

Nesse sentido, a hierarquia acentuada da organização de base dos n.a. foi observada nos três momentos estudados. Esta hierarquia está relacionada a uma estrutura anterior que permitiu a modificação e transformação do sistema em um novo modelo com características similares (figura 8). Isto está relacionado com as estruturas do *caciquismo* desde tempos pré-hispânicos mediante a estratificação social passando para o *caciquismo* indígena (herdeiros dos *tlaoani*) durante a colonização, para depois funcionar como estrutura prévia às adaptações que tivera o *caciquismo* durante os séculos XIX e XX (BUVE, 2003). Portanto, isto leva à não rejeição da terceira hipótese.

Figura 8 – Loop causal dos drivers do modelo nos momentos estudados.



Fonte: própria, 2021.

Entretanto, com a expansão do modelo econômico da economia-mundo, se reconfigura a política econômica, como também a agrária no ano 1992, bem como as formas de produção e comercialização levando a uma subordinação *desestruturante*, mencionada no terceiro artigo, com isto, o *driver* tem um giro e por tanto é a necessidade -desesperada- de renda rural, o elemento que reorganiza, hierarquiza e reproduz os elementos que integram a dinâmica agrária a nível dos núcleos agrários. Em outras palavras, quando o *driver* muda como consequência das relações econômicas mundiais, muda também a configuração dos elementos que integram a dinâmica agrária como sistema.

A contribuição do ponto de vista acadêmico, historiográfico e jurídico vem do estudo das formas de acesso à terra no período pré-hispânico e que foram denominadas durante a colônia como propriedade comunal, uma noção que foi mantida durante séculos. Foi somente no período de (trans)formação do Estado revolucionário que surgiu a noção de Propriedade Social para se referir à estrutura agrária concebida como resultado da revolução mexicana, mas

que com o tempo e como resultado da superestrutura mundial, mudou tanto legal quanto nas suas práticas concretas.

Os aspectos que caracterizavam a Propriedade Social, legalmente foram modificados colocando primero o *ejido* com uma forma mais semelhante à propriedade privada do que à Propriedade Social. A comunidade agrária é considerada como uma forma de propriedade *per se*, distante de todas as formas estabelecidas -social, pública, privada- (CASTAÑEDA; MACKINLAY, 2015), no entanto, a noção de Propriedade Social alude precisamente a uma noção puramente legal, como foi possível observar durante a pesquisa, já que o conceito não reflete a prática diária que gera a dinâmica agrária dos núcleos agrários.

Por outro lado, os *drivers*, modificam a função da dinâmica agrária, pelo que quando mudam, a função também muda. A organização econômica como função da organização social no período pré-hispânico deu destaque à economia substantiva de redistribuição, sendo a tributação a primeira necessidade, cuja função final é a *detención condicionada*. As relações econômicas ao se primar sobre as relações sociais no período de formação do Estado revolucionário, a função se transforma para a demanda segundo as estratégias políticas de desenvolvimento.

Além disso, quando o *driver* se modifica com a expansão da economia-mundo para uma necessidade de renda rural, muda igualmente a função final do processo inicial para uma subordinação *desestruturante* (RUBIO, 2004), pois é o momento de crise hegemônica mundial (ARRIGHI, 1996), o que leva a hegemonia a se reorganizar expandindo e intensificando os processos pelos quais é fortalecida à acumulação de capital (OSORIO, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente é necessário mencionar os limitantes presentes durante o transcurso do método proposto para estudar a dinâmica agrária da Propriedade Social, por um lado, contar com dados secundários atualizados representou um problema, pois os *censos ejidales* não estão mais sendo realizados. O último disponível é de 2007, e mesmo os mais recentes trabalhos de pesquisa que abordam o panorama estatístico da Propriedade Social, utilizam esses dados, os quais não estão próximos do estado atual, pelo menos no caso de Oaxaca, já que esse estado se caracteriza por numerosos conflitos agrários desde há décadas, pelo que vários núcleos agrários de Oaxaca se opuseram à certificação de suas parcelas. Portanto, no caso dos n.a. estudados, os dados de campo ao se comparar com os dados do *censo ejidal* de 2007, apresentaram uma importante variação.

No referente aos resultados da pesquisa de campo, embora não seja completamente central na estrutura metodológica proposta, ressalta elementos de uma realidade mais próxima à dinâmica agrária de quem a vive dia a dia, pelo que a dimensão jurídica perde importância, inclusive aplicação. Nesse sentido, a centralidade que tem a dimensão jurídica nos estudos agrários não reflete essa realidade, pois na experiência de campo não se viu a aplicação da legislação agrária nem apropriação dos conceitos em si por serem complexos, o que leva a uma marcada “não observância de lei”.

Por outro lado, realizar o estudo de campo mediante informantes chave e pequenos grupos de *comuneros/ejidatários*, facilitou algumas informações que não puderam ser consideradas na metodologia, não por ser ela inadequada, mas por falta de um marco de referência para abordar uma problemática desafiante, como é o narcotráfico. Em mais de um dos casos estudados, foi mencionado o abandono de parcelas e migração por situações de extorsão, cobro por “direito de piso”, entre outras. Atualmente esse um campo de investigação que academicamente tem sido muito pouco incursionado, se conhece apenas uma pesquisa com estudos de caso (GARCIA, 2018).

Para além do mencionado, o método proposto deve desenvolver elementos analíticos que considerem o estudo da dinâmica de remessas que vêm dos Estados Unidos, pois, embora não foi observada em todos os casos estudados em campo, apenas em dois, o investimento local das famílias que recebem remessas tem um impacto na localidade, tanto de introdução de tecnologias da informação e comunicações, quanto de pequenos investimentos de importância na economia local.

Somado ao anterior, o trabalho de campo facilitou a observação de fatores importantes que compõem igualmente um campo de estudo para ser aprofundado, como aqueles relacionados como o contexto ecológico e povos originários. O desafio é incorporar esses elementos analíticos sem perder de vista aqueles considerados inicialmente. Igualmente, no referente à heterogeneidade dos casos de estudo em campo, não é imperativo aumentar essa ou ter maior número de observações só para constatar que os resultados podem ser generalizáveis. Nesse sentido é importante lembrar que:

[...] os estudos de caso, como os experimentos, são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações ou aos universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma ‘amostragem’ e ao realizar o estudo de caso, sua meta será expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não interferir probabilidades (generalização estatística) (YIN, 2015, p. 22).

No caso dos momentos históricos estudados, se considera que há um campo amplo por ser explorado, pois se teve a oportunidade de obter dados do período da colonização que não foram trabalhados na tese, por falta de recursos e tempo, mas que poderia ter sido interessante ter sido estudados num maior número de momentos históricos determinados. Um exemplo é a justaposição dos sistemas pré-hispânico de não-propriedade com o sistema de propriedade espanhol. Outro exemplo são os momentos que definidos pelas *encomendas*, *condueñazgos* e outras formas muito diversas criaram formas de acesso à terra no período colonial. Inclusive foram criados modelos desse período que não foi possível apresentar, mas que contribuíram na fase de compilação de informação do problema.

Considerar as relações de hoje, em qualquer nível de análise, imersas num sistema maior, que é a economia-mundo, permite ter uma melhor estratégia de compreensão dessas, portanto, do problema que se quer elaborar segundo a definição do pensamento sistêmico, porém, aplicar seus métodos requer uma posição epistemológica construtivista e uma desconstrução do pensamento tradicional para o estudo de dinâmicas agrárias, somente desde essas condições é possível considerar o maior número de elementos que integram um sistema.

O pensamento sistêmico, como se mencionou, parte da ideia que o sistema estudado não é material, isto é, não existe independente ao sujeito, ele é criado ou inventado, existe no momento que é pensado e configurado; isso resulta numa variação infinita de possibilidades no modelado de sistemas, que se chamar a atenção com isso, à imperativa delimitação teórica na qual será desenvolvido o estudo do sistema, portanto, necessário também para a posição teórico-política do sujeito, pois o método, como em qualquer área do conhecimento, não está isento de posições ideológicas, como também não é neutral nesse sentido (RICHARDSON, 2020).

Finalmente, a Propriedade Social é um resultado evolutivo de um acúmulo de intenções com bases estruturais prévias que facilitaram a configuração atual, porém, essa se adapta aos câmbios políticos e sociais, como também se adapta dinamicamente a nível dos n.a. segundo o contexto externo, em outras palavras, a propriedade da terra sob esta lógica social, está hoje totalmente aberta -fronteiras do sistema- a qualquer mudança externa, sua reprodução no tempo ou existência não depende mais das condições que tradicionalmente se lhe atribuíram em estudos passados, senão de um estado em que a terra *per se*, não tem mais espaço sob a lógica de acumulação hegemónica, o papel do México tem sido desde há décadas redirecionado para uma modalidade de exploração que dista muito do modelo de país produtor de matérias-primas, agroexportador, ou no melhor dos casos e intenções, de produtor de alimentos.

A dependência, porém, é real, o intercâmbio é desigual, portanto, a superexploração não permite aos n.a. manter as características que intencionalmente sempre se tentou atribuir à Propriedade Social; não se pode concluir dizendo se este tipo de modalidade de propriedade da terra tende a desaparecer ou a uma reconfiguração, pois na realidade não tem existido como tal, pelo menos, nos últimos cinquenta anos.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, C. P. Epistemologías otras: Conocimientos y saberes locales desde el pensamiento complejo. Tsintani AC/UNAM. 2019.
- ALEGRÍA, J. G. Z.; LÓPEZ, J. A. C. La Revolución de 1910 y el mito del ejido mexicano. **Alegatos**, v. 24, n. 75, p. 497-522, 2010.
- ARRIGHI, G. **The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times**. verso. 1994.
- AZUELA, A. Property in the post-post-revolution: notes on the crisis of the constitutional idea of property in contemporary Mexico. **Texas law review**. vol. 89, n. 7. 2010. pp. 1915-1942.
- BÁRCENAS, L. F. **El régimen de la propiedad agraria en México. Primeros auxilios jurídicos para la defensa de la tierra y los recursos naturales**. México: Centro de Orientación y Asesoría a Pueblos Indígenas A. C., Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano, Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario A.C.; Servicios para una Educación Alternativa EDUCA A.C., 2017.
- BÁRCENAS, L. F. Pueblos indígenas y megaproyectos en México: las nuevas rutas del despojo. In: APARICIO, M. (Org.). **Los derechos de los pueblos indígenas a los recursos naturales y al territorio: Conflictos y desafíos en América Latina**. 1. ed., Barcelona: Icaria, 2011. 396 ; (Akademia. Cooperación y desarrollo, 127). ISBN 978-84-9888-340-4, p. 181–202.
- BARTRA, R. Campesinado y poder político en México: un modelo teórico. **Revista mexicana de Sociología**. vol. 34, n. 3/4. 1972. pp. 659-684.
- BASSOLS, N. B. Saberes locales y territorios de América Latina. Popayán: Universidad del Cauca. 2018.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. Chandler Publishing, Ca. 1972.
- BERTALANFFY, L. **Modern theories of Development: An Introduction to Theoretical Biology**. New York: Oxford University Press, Harper. 1933.
- BOARDMAN, J.; SAUSER, B.; JOHN, L.; EDSON, R. **The conceptagon: A framework for systems thinking and systems practice**. In 2009 IEEE International Conference on Systems, Man and Cybernetics (pp. 3299-3304). IEEE. 2009, October. <https://doi.org/10.1109/ICSMC.2009.5346211>
- BOARDMAN, J; SAUSER, B. Systems thinking: Coping with 21st century problems. CRC Press, 2008.
- BÓRQUEZ, L. C. et al. Políticas públicas desde una perspectiva territorial campesina. En: Sociedad, Desarrollo y políticas públicas: I-II. Pública social, 19. México: Bonilla Artigas Editores. 2018
- BRAUDEL, F. Histoire et science sociales: la longue durée. **Annales E. S. C.** n. 4. 1958. pp. 725-723.

BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Paris: Flammarion, 1985.

BUVE, R. **Caciquismo, un principio de ejercicio de poder durante varios siglos**. *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*, 24(96), pp.17-39. 2003.

CALVA, J. L. **Los campesinos y su devenir en las economías de mercado**. México: Siglo XXI. 1998.

CASTAÑEDA, J. C. P. **Los condueñazgos en México durante el siglo XIX**. *Signos históricos* 20, no. 40 (2018): 178-231.

CASTAÑEDA, P. J. C.; MACKINLAY, H. ¿Existe aún la propiedad social agraria en México? **Polis**, v. 11, n. 1, p. 45–82, 2015. Disponible em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/polis/v11n1/1870-2333-polis-11-01-00045.pdf>>. Acceso em: 12 jul. 2018.

CHACÓN, H. D. ¿Y qué hay de los derechos humanos campesinos? **Alegatos**. *Revista Jurídica de la Universidad Autónoma Metropolitana*. n. 100. 2018. pp. 815-841.

CHACÓN, H. D. La propiedad social en México, ¿vuelta a la función social para resolver la crisis del agro? **Estudios Agrarios**, 55-56, p. 71–86, 2014.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHECKLAND, P. *Systems thinking, systems practice*. Chinchester, UK: John Wiley. 1981.

CHIRINO, R. C.; KRAMSKY, C. L. Antinomias y rumbos de la Reforma Agraria. **Estudios Agrarios**, n. 25, p. 169–207, 2004.

CONGOST, R.; LANA, J. M. **Campos cerrados, debates abiertos. Análisis Histórico y propiedad de la tierra en Europa, siglos XVI-XIX**, Navarra, Universidad Pública de Navarra. 2007.

CRUZ, A. C. A. **Ejidios e comunidades agrárias em Oaxaca, México: Um estudo histórico, legal e da realidade atual**. Santa Maria, RS, Brasil, 2016. Disponible em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8929>>.

CRUZ, A. C. A.; SILVEIRA, V. C. P. Dinámica de los núcleos agrarios en México. **Extensão Rural**, v. 24, n. 1, p. 7–19, 2017. doi:10.5902/2318179622814.

CRUZ, A. C. A.; SILVEIRA, V. C. P. Enfoque sistémico de las formas de acceso a la tierra en la sociedad prehispánica náhuatl. **Brazilian Journal of Development**. vol. 7, n. 8. 2021.

De GRAMMONT, H. C. Hacia una ruralidad fragmentada. La desagrarización del campo mexicano. **Nueva Sociedad**. n. 262. 2016

De GRAMMONT, H. C. Política agraria y estructura territorial. **Estudios Agrarios**, n. 2, 1996. Disponible em: <<http://www.pa.gob.mx/publica/pa070204.htm>>. Acceso em: 9 mai. 2016.

DIETZ, G. Del indigenismo al zapatismo: la lucha por una sociedad mexicana multi-étnica. In: GREY, P. N.; ZAMOSC, L. (Org.). **La lucha por los Derechos Indígenas en América Latina**. 1. ed., Ecuador: Abya-Yala, 2005, p. 53–128.

EDSON, R. Applied Systems Thinking. Systems Engineering in the Fourth Industrial Revolution, 2008. 21-43. <https://doi.org/10.1002/9781119513957.ch2>

FAO. **Tenencia de la tierra y desarrollo rural**. [Place of publication not identified]: Food & Agriculture Organization of the United Nations, 2003. ISBN 92-5-304846-8.

FEBVRE, L. **Combats pour l'Histoire**. Paris: librairie Armand Colin. Collection: Agora. Première édition: 1952.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004.

FERNÁNDEZ, C. L. Los desafíos del nuevo marco normativo agrario. **Estudios Agrarios**, n. 2, p. 38–55, 1996.

FLORES, R. C. E. Suelo ejidal en México: Un acercamiento al origen y destino del suelo ejidal en México. De lo comunal agrario a lo privado urbano. **Cuadernos de Investigación Urbanística**, n. 57, 21-, 2008.

FOERSTER, H. v. **Cybernetics**: circular causal and feedback mechanisms in biological and social systems. New York: Josiah Macy, Jr. Foundation. 1952.

FOERSTER, H. v. **Sistémica elemental**: desde un punto de vista superior. 3ª edición. Medellín: Fondo Editorial Universidad FIT EA. 2007.

FORRESTER, J. W. **Urban dynamics**. Cambridge, Mass, MIT: Pegasus. 1969.

GAMBOA, M. C. **Los usos y costumbres de pueblos indígenas**. Derecho comparado a nivel estatal. Dirección General de Servicios de Documentación, Información y Análisis. México. 2018.

GARCIA, R. K. G. **Poverty, gender and violence in the narratives of former narcos**: accounting for drug trafficking violence in Mexico. Thesis for award of the degree of Doctor of Philosophy in the Faculty of the School of Sociology Politics and International Studies. University of Bristol. 2018.

GAYTÁN, F. S. C. Breve y sumario estudio de la comunidad indígena y la comunidad agraria en la nueva legislación agraria y la aplicación supletoria y analógica del PROCEDE. **Estudios Agrarios**, n. 32, p. 31–82, 2006. Disponible em: <<http://www.pa.gob.mx/publica/PA073201.HTM>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

GILLY, A. Tres concepciones de la Revolución Mexicana. In: BÓRQUEZ, E. C. et al. (Org.). **Antología del pensamiento crítico mexicano contemporáneo**, Buenos Aires: CLACSO, 2015. (Colección Antologías del pensamiento social latinoamericano y caribeño). p. 67–81.

GROSGOUEL, R. Caos sistémico, crisis civilizatoria y proyectos descoloniales: pensar más allá del proceso civilizatorio de la modernidad/colonialidad. **Tabula Rasa**, n. 25, p. 153–174, 2016. Disponible em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-25/05Grosfoguel.pdf>>.

IMAZ, J. A. G. **Pensar sistémico**: una introducción al pensamiento sistémico. Editorial Pontificia Universidad Javeriana. 2011.

INEGI. **Censo ejidal.** México, 2007. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/agro/default.aspx>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Lisboa: Portucalense, 1972. 27-29. (Vol. II).

KOURÍ, E. **La invención del ejido.** Nexos (México, DF), 37(445), 2015. 54-61.

KOURÍ, E. La promesa agraria del artículo 27. **Nexos**, n. 1, 2017a. Disponível em: <<https://www.nexos.com.mx/?p=31269>>.

KOURÍ, E. Sobre la propiedad comunal de los pueblos. De la Reforma a la Revolución. **Historia de México**, v. 66, n. 4, 1923-1960, 2017b. Disponível em: <<http://historiamexicana.colmex.mx/index.php/RHM/article/view/3422/0>>.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo, Brasil, 1982.

LUJÁN, L. L.; AUSTIN, A. L. Los Mexicas en Tula y Tula en México-Tecnochtitlan. **Estudios de cultura Náhuatl**, n. 38, p. 33-83, 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2959192&orden=224308&info=link>>. Acesso em: 6 mai. 2016.

MARX, C. **El capital: crítica de la economía política: libro primero.** México: Siglo Veintiuno, 1975.

MATURANA; H, R.; VARELA, G, F. **De máquinas y seres vivos: una tierra sobre la organización biológica.** Santiago: Editorial Universitaria. 1973.

MENDIETA; y N. L. Noticia Histórica sobre la distribución y Tenencia de la tierra en México. In: Universidad Nacional Autónoma de México (Org.). **Panorama del derecho mexicano.** 1. ed., México, 1965. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/590/40.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2016, p. 167-174.

MENEGUS, B. M. Los títulos primordiales de los pueblos de indios. **Revista de Historia Moderna**, n. 20, p. 207-230, 1994. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3741681>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

MÉXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos.** 5 de febrero de 1917, 5 de febrero de 1917. Disponível em: <<https://www.diputados.gob.mx%2FLeyesBiblio%2Fhtm%2F1.htm&usg=AFQjCNEpaH9iq9baJHbQO3Mzx87rZ338mA&sig2=edhzZieEbr8oArlpdkQKfQ>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

MÉXICO. **Ley Agraria.** LA. 1992, 1992. Disponível em: <https://www.diputados.gob.mx%2FLeyesBiblio%2Fpdf%2F13.pdf&usg=AFQjCNH6W-ZYJDlkNOO5fOTruKUi9Gm6Fg&sig2=5VjdE_FNVdmSuWKGhSIAQ>. Acesso em: 2 mai. 2016.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo.** Barcelona: Editorial Gedisa. 1998.

MOYA, E. F. La gestión de los comunes en México: hacia un modelos de análisis de los ejidos. **periféria**, n. 16, p. 1-26, 2012.

NOEJOVICH, H. O. **El régimen de bienes en la América Precolombina y el hecho colonial**. Serie de Documentos de Trabajo núm. 106. Octubre, 1992.

ORNELAS, L. Z. **La Legislación y la Política agraria como factores del cambio social, la experiencia de México**. San José, C.R.: IICA, 2004. 39 p. (Cuaderno Técnico de Desarrollo Rural, no. 30). ISBN 92-9039-611-3.

OSORIO, J. Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente. **Cuadernos de Economía Crítica**, v. 4, n. 8, pp. 153-181, 2018.

OSORIO, J. Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas. **Crítica Marxista**, v. 44, pp. 73-85, 2017.

OSORIO, J. El sistema-mundo de Wallerstein y su transformación: una lectura crítica. **Argumentos**, v. 28, n. 77, 2015. pp. 131-154. Disponible em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-57952015000100007&script=sci_arttext&tlng=pt>.

OSORIO, J. **Estado, reproducción del capital y lucha de clases. La unidad económico/política del capital**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

OSORIO, J. La exclusión desde la lógica del capital. **Migración y desarrollo**, v. 8, n. 14, p. 89-104, 2010.

PALERM, A. **Antropología y marxismo**. México: Centro de Investigaciones y estudios superiores en Antropología (CIESAS). 1980.

PARSONS, T. **The structure of Social Action**. New York: Free Press. 1937.

PINCHETTI, J. A. O. La difícil historia del calpulli o como defenderse con éxito de la civilización y la modernidad. **Jurídica. Anuario del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana**, n. 4, p. 327-348, 1972. Disponible em: <<http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/indice.htm?r=jurid&n=4>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

POLANYI, K. **The great transformation**. New York: Farrar & Rinehart. 1944.

POLANYI, Karl. **La gran transformación: Crítica del liberalismo económico**. Madrid: Eds. de la Piqueta, 2007. 466 p. ISBN 84-7731-047-5.

POLANYI, K. **A grande transformação**. e-book Ed. 70, edição em português. 2013.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. (E/CN 12/89). Santiago: CEPAL. 1949.

RAN. Registro Agrario Nacional. **Información de interés nacional: Información Estadística de la estructura de la Propiedad Social en México: Situación Agraria Nacional**. 2019. Disponible em: <http://www.ran.gob.mx/ran/index.php/sistemas-de-consulta/estadistica-agraria/informacion-de-interes-nacional> Acceso: abril 10, 2020.

RAN. Registro Agrario Nacional. **Propiedad social fundamental para la conservación y aprovechamiento de la Biodiversidad en México**. México, 23 abr. 2015. Disponible em:

<<https://www.gob.mx/ran/prensa/propiedad-social-fundamental-para-la-conservacion-y-aprovechamiento-de-la-biodiversidad-en-mexico?idiom=es>>.

RENTERÍA, G. C. **De la Ley Lerdo a la Reforma Agraria en México**: Desamortización y restitución de los ejidos en el municipio de La Antigua (Veracruz). Informes y documentos de trabajo. México, 2011.

REYES, O. S. *et al.* **Estructura agraria y desarrollo agrícola en México, estudio sobre las relaciones entre la tenencia de la tierra y el desarrollo agrícola de México**. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

RICHARDSON, G. P. Can systems thinking be an antidote to extensive evil? **System Research and Behavioral Science**. v. 38, n. 4. pp. 401-412. 2020.

RICHARDSON, G. P. Introduction: system thinkers, system thinking. **System dynamics review**. v. 10, n. 2-3. 1994.

RIVERA, M. G. (Ed.) **El Patronato Real: instrumento de control de la riqueza del clero**. México, 1988. Disponible em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/722/21.pdf>>. Acceso em: 2 mai. 2016.

RIVERA, M. G. La legislación cortesiana y los títulos de dominio del marquesado, 1984. Disponible em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=700>>. Acceso em: 2 mai. 2016.

RIVERA, R. I. La procuración agraria en la historia de México: Análisis. **Estudios Agrarios**, n. 56, 1986.

ROBLES, B. H. **El empleo en el sector rural en México**. México: Subsídios al Campo.org, 2013. ISBN 978-607-7631-12-5.

ROBLES, B. H. La pequeña agricultura campesina y familiar: construyendo una propuesta desde la sociedad. *EntreDiversidades*. Revista de ciencias y humanidades, n. 7. 2016. pp. 46-83

ROBLES, B. H. Propiedad de la tierra y población indígena. **Estudios Agrarios**, n. 14, p. 123-147, 2000.

ROBLES, B. H.; BÓRQUEZ L. C. Vigencia de la reforma agraria en América Latina. In: HIDALGO FLOR, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA ARANÍBAR, P. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**: Propuestas y desafíos, Quito Ecuador: IAEN Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2014. (Memoria viva, 1). p. 107-139.

ROUX, R. El mito, la tierra, el Príncipe. *Argumentos* (México, DF), 24(65), 2011. pp.11-35.

RUBIO, B. La fase agroalimentaria global y su repercusión en el campo mexicano. *Comercio exterior*, 54(11), 948-956. 2004

SANTAMARINA, N. C. El sistema de dominación azteca: el Imperio Tepaneca: Madrid: Fundación Universitaria Española. 2006. Disponible em: <<http://biblioteca.ucm.es/tesis/ghi/ucm-t28903.pdf>>.

SECRETARIA DE LA REFORMA AGRARIA. **Informe de Rendición de cuentas 2000-2006**: Libro Blanco PROCEDE, 2006.

SEMO, E. El ciclo de las revoluciones mexicanas. In: BÓRQUEZ, L. C. et al. (Org.). **Antología del pensamiento crítico mexicano contemporáneo**, Buenos Aires: CLACSO, 2015. (Colección Antologías del pensamiento social latinoamericano y caribeño. pp. 33–66.

SENGE, P. et al. **La quinta disciplina en la práctica**. Estrategia y herramientas para construir la organización abierta al aprendizaje. Buenos Aires: Granica. 2006.

SENGE, P. **The fifth discipline: the art and practice of the learning organization**. 1990. New York: Currency Doubleday. 1990.

SMITH, A. **The Wealth of Nations: An inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations**. Harriman House Limited, 2010.

STAVENHAGEN, R. Aspectos sociales de la estructura agraria en México. En: **Neolatifundismo y explotación de Emiliano Zapata a Anderson**, Clayton & Co. Centro Latino-Americano de Investigaciones en Ciencias Sociales; 1965.

TOLEDO, V. El paradigma biocultural: crisis ecológica, modernidad y culturas tradicionales. **Sociedad y Ambiente**. año 1, vol. 1, n. 1. 2013. pp. 50-60

TRUJILLO, B. J. M. **El ejido, símbolo de la Revolución Mexicana**: En: Luzón, J. L.; Cardim, M. Problemas sociales y regionales en América Latina. España: Publicacions I Edicions de la Universitat de Barcelona, 2009.

TRUJILLO, B. J. M. **El sistema ejidal, inhibidor del desarrollo rural**: Casos de los municipios de Casas y de Güemez, Estado de Tamaulipas, México, 2006.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Academic Press Inc. 1974

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo**: Una introducción. 2. ed. México D.F.: Siglo XXI Editores, 2006. 153 p.

WARMAN, Arturo. La reforma agraria mexicana: una visión de largo plazo. **Reforma agraria: Colonización y cooperativas**, v. 2, p. 85–94, 2003.

WARMAN, Arturo. La reforma al artículo 27 constitucional. **Estudios Agrarios**, n. 2, 1996. Acceso em: 9 mai. 2016.

WOLF, E. **Peasants**. New Jersey. Prentice Hall. 1966.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed: Bookman, 2015.

YOUNG, E. v. **Haciendo historia regional**. Consideraciones metodológicas y teóricas. Anuario IEHS, Tandil, n. 2. 1987